



Revisão do Plano Diretor Municipal de Cabedelo – PB

Produto 6 – Plano de Diretrizes e Propostas Consolidado

Etapa 3 – Definição e pactuação das diretrizes e propostas

Apresentação

Este relatório é parte integrante da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cabedelo – PB, referente ao Contrato nº 004/2023 firmado entre a Prefeitura Municipal de Cabedelo – PB e a URBTEC™ na data de 18 de janeiro de 2023, com Ordem de Serviço expedida em 07 de fevereiro de 2023.

Comissão Técnica Municipal

Portaria nº 3.707/2023

FLAVIO HENRIQUE DANTAS DA NÓBREGA | TITULAR
LIVIA LIRA PIRES DE ASSIS | SUPLENTE
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

EMANUEL SARMENTO MARACAJÁ | TITULAR
ARMENIA NERY DE MIRANDA PINTO | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DO CONTROLE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

JEYZON HENDREW SOUSA DE FARIAS | TITULAR
MATHEUS ABRANTES CAVALCANTE AYRES | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, PESCA E AQUICULTURA

EDME QUEIROGA LIRA | TITULAR
CARMEN JULIETA VILARIM GOMES | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

RODRIGO MARTINES MOREIRA DE LIMA | TITULAR
WELLINGTON ARAÚJO OLIVEIRA | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO

LEANDRO BORBA GOMES | TITULAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL

PRETONIO SILVA PEREIRA | TITULAR
THIAGO RODRIGUES DIAS | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Grupo de Acompanhamento

EDLGEY BEZERRA DE CARVALHO
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

HANNE GABRIELLE DE ARRUDA OLIVEIRA
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

TALITA BALBINO
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

ADALBERTO JOSÉ ROSSI
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

AGUINALDO GONÇALVES DA SILVA
MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA

ANDRÉA KARLA DA SILVA MIRANDA
COLETIVO CABEDELÓ FORTE

DIEGO DA SILVA FRANÇA
COLETIVO CABEDELÓ FORTE

KARINA PEREIRA SOUTO
COLETIVO CABEDELÓ FORTE

EDILSON LIMEIRA
COLETIVO CABEDELÓ FORTE

VALÉRIA VON BULDRING
CENTRO NÁUTICO JACARÉ

UBIRAJARA MARQUES DE ALMEIDA LIMA JUNIOR
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 21ª REGIÃO DA PARAÍBA

JULLIANA QUEIROGA DE LUCENA
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAÍBA

VALÉRIA CAMBOIM GOÉS
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

ILTON DA COSTA SOUZA FILHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

MARIETA CAMPOS REZENDE
FUNDAÇÃO FORTALEZA DE SANTA CATARINA

SEBASTIÃO FELINTRO
ASSOCIAÇÃO PORTAL DO POÇO

RUAN PONTES NAVARRO LIMA
GREENPEACE JOÃO PESSOA

ISAAC DA SILVA BARBOSA
SOCIEDADE DE AÇÃO COMUNITÁRIA DO JACARÉ

NIDIA MARIA LORENCATO PAZZINI
ASSOCIAÇÃO AMAZÔNIA PARK

ANA LÚCIA FRANÇA
ASSOCIAÇÃO GUAJIRU

SUENIO SOARES DO RAMOS
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RENASCER II

JOSÉ EDGLEI RAMALHO
ASSOCIAÇÃO FREI GREGÓRIO

NISELMA DO NASCIMENTO SANTOS
ASSOCIAÇÃO DE MÃES PAIS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

JANAINA CLEA CARVALHO CAVALCANTI
INSTITUTO SOCIAL ESPORTE E CIDADANIA SURF ESCOLA

FRANÇUALDO ALVES DA SILVA
COLETIVO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE - INTERMARES

Equipe Técnica Principal URBTEC™

GUSTAVO TANIGUCHI | COORDENADOR
M.e ENGENHEIRO CIVIL

MANOELA FAIGENBAUM FEIGES | COORDENADORA ADJUNTA
M.e ARQUITETA URBANISTA

DÉBORA PINTO FOLLADOR | COORDENADORA TÉCNICA
Dr.ª ARQUITETA URBANISTA

ALTAIR ROSA
Dr. ENGENHEIRO AMBIENTAL

LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI
Esp. ADVOGADA

MARIANO MATOS MACEDO
Dr. ECONOMISTA

MAXIMO A. MIQUELES
Esp. ENGENHEIRO CARTÓGRAFO

Equipe Técnica Complementar URBTEC™

ALCEU DAL BOSCO JUNIOR
M.e. ENGENHEIRO CIVIL

ARIADNE CRISTINA FERREIRA DE SOUZA
DESIGNER GRÁFICO E DE PRODUTO

ARTHUR RIPKA BARBOSA
GEÓGRAFO

AUGUSTO DOS SANTOS PEREIRA
Dr. GEÓGRAFO

CECÍLIA PAROLIM FERRAZ
ENGENHEIRA CARTÓGRAFA E AGRIMENSORA

GIOVANNA KAPASI TRAMUJAS
ARQUITETA URBANISTA

ILANA KRUCHELSKI
ARQUITETA URBANISTA

ISABELE DE SANTIS SOUZA
DESIGNER

LISSANDRA BALDISSERA
ARQUITETA URBANISTA

MARISTELA UEMA
ASSISTENTE SOCIAL

MATHEUS ROCHA CARNEIRO
JORNALISTA

OTAVIO SOCACHEWSKY
ARQUITETO URBANISTA

PAULO NASCIMENTO NETO
Dr. ARQUITETO URBANISTA

RENATO STALL FILHO
ARQUITETO URBANISTA

SÉRGIO LUIZ ZACARIAS
M.e JORNALISTA

TATIANA QUADROS ZARTH
ASSISTENTE SOCIAL

GABRIELA BORN
ESTAGIÁRIA DE ARQUITETURA E URBANISMO

JÚLIA OLIVEIRA RODRIGUES
ESTAGIÁRIA DE ARQUITETURA E URBANISMO

RICARDO LOPES
ESTAGIÁRIO DE LETRAS

Siglas e abreviaturas

APA	Área de Preservação Ambiental
APPs	Áreas de Preservação Permanente
BID	Banco de Desenvolvimento Interamericano
CA	Coeficiente de Aproveitamento
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIT	Destino Turístico Inteligente
DOTS	Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável
ECS	Eixo de Comércio e Serviço
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
FLONA	Floresta Nacional
IAI	Indivíduos Arquitetônicos Isolados
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MAP	Macrozona de Adensamento Prioritário
MCE	Macrozona do Centro Expandido
MCO	Macrozona de Controle de Ocupação
MIN	Macrozona Industrial
MLIN	Macrozona Logístico Industrial

MPA	Macrozona de Proteção Ambiental
MPO	Macrozona Portuária
MQU	Macrozona de Qualificação Urbana
NAU	Nova Agenda Urbana
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir
PAI	Plano de Ação e Investimentos
PEUC	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios
PGIRS	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIB	Produto Interno Bruto
PDM	Plano Diretor Municipal
PDTTUR	Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial do Turismo da Paraíba
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
RMJP	Região Metropolitana de João Pessoa
RCC	Resíduos de Construção e Demolição
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RIV	Relatório de Impacto de Vizinhança
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SECOS	Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo
SECTIN	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SEMAPA	Secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura
SETUR	Secretaria de Turismo
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública

SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
TDC	Transferência do Direito de Construir
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
2. Princípios para a revisão do PDM.....	17
3. Síntese das Contribuições Públicas.....	21
3.1. <i>Aspectos Socioespaciais.....</i>	23
3.2. <i>Aspectos Ambientais.....</i>	29
4. Diretrizes, Estratégias e Ações.....	35
4.1. <i>Aspectos Socioespaciais.....</i>	37
4.1.1. <i>Uso e ocupação do solo.....</i>	37
4.1.2. <i>Estrutura fundiária e aspectos habitacionais.....</i>	43
4.1.3. <i>Saneamento básico.....</i>	47
4.1.4. <i>Equipamentos comunitários e sociais.....</i>	52
4.1.5. <i>Mobilidade urbana.....</i>	57
4.2. <i>Aspectos Ambientais.....</i>	63
4.3. <i>Aspectos Socioeconômicos.....</i>	67
5. Ordenamento Territorial.....	70
5.1. <i>Macrozoneamento municipal.....</i>	71
5.2. <i>Zoneamento municipal.....</i>	75
6. Sistema Viário.....	98
7. Instrumentos Urbanísticos.....	103
7.1. <i>Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC).....</i>	103
7.2. <i>Transferência do Direito de Construir (TDC).....</i>	105
7.3. <i>Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória (PEUC).....</i>	106
7.4. <i>Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).....</i>	107
7.5. <i>Direito de Preempção.....</i>	110
8. Projetos Estruturantes Estratégicos.....	111
8.1. <i>Qualificação urbana e regularização fundiária.....</i>	111
8.1.1. <i>Desenvolvimento dos Centros de Bairro.....</i>	111
8.1.2. <i>Áreas de ocupação do Rio Jaguaribe.....</i>	113
8.1.3. <i>Regularização fundiária e edilícia no Centro e entorno.....</i>	115
8.2. <i>Desenvolvimento do Turismo.....</i>	118
8.3. <i>Ilha da restinga.....</i>	124
8.4. <i>Transformação Digital.....</i>	129
Referências.....	135

Índice de Figuras

Figura 1 – Estruturação de propostas.....	15
Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	17
Figura 3 – Esquema de divisão por temáticas	21
Figura 4 – Apresentação das Diretrizes, Estratégias e Ações	36
Figura 5 – Setorização da via	102
Figura 6 – Esquema de área sujeita à Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)	104
Figura 7 – Esquema de área sujeita à Transferência do Direito de Construir.....	106
Figura 8 – Esquema de aplicação do PEUC.....	107
Figura 9 – Empreendimento sujeito ao Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV)	108
Figura 10 – Esquema de aplicação do Direito de Preempção	110
Figura 11 – Trechos do Rio Jaguaribe.....	114
Figura 12 – Imagem aérea e perfil dos lotes da região próxima à Fortaleza de Santa Catarina	116
Figura 13 – Área delimitada de concentração de imóveis em necessidade de regularização cadastral.....	117
Figura 14 – Portal Cabedelo + Criativa.....	120
Figura 15 – Eixos estratégicos do Programa Investe Turismo.....	121
Figura 16 – Ônibus turístico "Aqui é Cabedelo"	124
Figura 17 – Plataforma Rede GOV.BR: dimensões da transformação digital.....	133
Figura 18 – Recursos da Plataforma Rede GOV.BR.....	134

Índice de Mapas

Mapa 1 – Macrozoneamento proposto	74
Mapa 2 – Zoneamento proposto.....	83

Índice de Quadros

Quadro 1 – Metas para as Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11).....	18
Quadro 2 – Contribuições Uso do Solo e Moradia.....	23
Quadro 3 – Contribuições Infraestrutura.....	25
Quadro 4 – Contribuições de Mobilidade.....	26
Quadro 5 – Contribuições Serviços e Equipamentos Públicos.....	27
Quadro 6 – Contribuições Poluição.....	29
Quadro 7 – Contribuições Interesse de Proteção Ambiental.....	30
Quadro 8 – Contribuições Turismo.....	31
Quadro 9 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 1.....	40
Quadro 10 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 2.....	41
Quadro 11 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 3.....	42
Quadro 12 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 4.....	45
Quadro 13 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 5.....	46
Quadro 14 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 6.....	50
Quadro 15 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 7.....	54
Quadro 16 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 8.....	55
Quadro 17 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 9.....	56
Quadro 18 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 10.....	59
Quadro 19 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 11.....	60
Quadro 20 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 12.....	61
Quadro 21 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 13.....	62
Quadro 22 – Aspectos Ambientais, Diretriz 14.....	65
Quadro 23 – Aspectos Ambientais, Diretriz 15.....	66
Quadro 24 – Aspectos Socioeconômicos, Diretriz 16.....	68
Quadro 25 – Definições dos parâmetros de uso e ocupação do solo.....	77
Quadro 26 – Classificação das atividades por tipo de uso.....	78
Quadro 27 – Dimensões mínimas de vias.....	101
Quadro 28 – Fatores para o cálculo do valor da OODC.....	105
Quadro 29 – Critérios para exigência de EIV.....	109
Quadro 30 – Mapa de Governo Digital para o município de Cabedelo: Indicadores de Demanda.....	130
Quadro 31 – Mapa de Governo Digital para o município de Cabedelo: Indicadores de Gestão e Infraestrutura.....	131
Quadro 32 – Mapa de Governo Digital para o município de Cabedelo: Indicadores de Oferta.....	132

1. Introdução

O *Produto 5 – Plano de Diretrizes e Propostas Preliminar* é um documento que pertence à *Etapa 3 – Definição e Pactuação de Diretrizes* da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cabedelo. Essa etapa busca realizar a construção e a pactuação dos objetivos para o futuro de Cabedelo nos próximos anos, tomando como base o diagnóstico da realidade municipal elaborado na etapa anterior. A estruturação das propostas fundamenta-se na integração entre as visões técnica, que é constituída pelas equipes da consultora e da prefeitura, e comunitária, que é composta pela população e pelas organizações sociais.

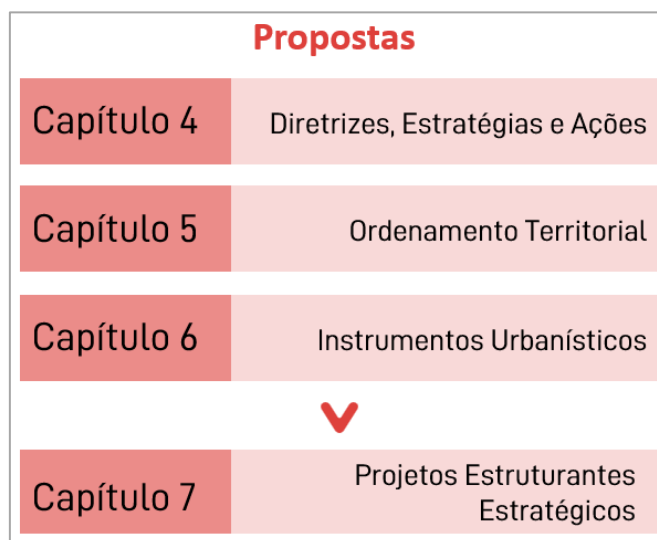
Nesse sentido, assim como ressaltado na etapa anterior, a associação entre tais visões mostra-se essencial para o desenvolvimento do plano diretor e para a elaboração de propostas que estejam pareadas com a realidade municipal. Como foi descrito no Plano de Trabalho, o presente documento buscou a ampla participação das equipes e dos atores envolvidos no processo, balizando os diferentes interesses e expectativas por meio de propostas voltadas ao desenvolvimento urbano e territorial.

Após o presente capítulo, serão elencados, no capítulo 2, Princípios para a revisão do PDM, os princípios norteadores adotados para a revisão do PDM de Cabedelo. Tais princípios são essenciais para a presente etapa, uma vez que guiam o desenvolvimento das propostas do plano. Para isso, serão abordados os objetivos que balizam o plano diretor atual, bem como outros princípios relativos às questões de construção de cidades mais sustentáveis e de combate à mudança climática.

Posteriormente, serão apresentadas as proposições comunitárias para a revisão do plano diretor realizadas tanto nos fóruns comunitários da presente etapa quanto nas etapas anteriores, partindo também de outras formas de contribuição, como as fichas de contribuição e o formulário online disponível no site do PDM. Tal seção busca, dessa forma, sistematizar as contribuições realizadas pela comunidade, facilitando a identificação de propostas a serem compatibilizadas e inseridas nos capítulos seguintes.

As propostas do presente relatório encontram-se, por sua vez, estruturadas em quatro capítulos, levando em conta a existência de distintas naturezas propositivas. Tal organização pode ser verificada na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Estruturação de propostas



Fonte: URBTEC™ (2023).

No capítulo 4, será realizada a apresentação das diretrizes, estratégias e ações referentes aos aspectos socioespaciais, ambientais e socioeconômicos anteriormente analisados no diagnóstico do *Produto 04 – Relatório de Leitura da Realidade*. Na sequência, o capítulo 5 tratará das proposições relativas exclusivamente ao ordenamento territorial, apresentando tanto o macrozoneamento quanto o zoneamento municipal propostos. Nessa seção, serão explicadas a conceituação e os principais objetivos previstos para cada zona e macrozona de Cabedelo, além de ser realizada uma proposição para os seus parâmetros construtivos.

O capítulo 6, por sua vez, apresentará os instrumentos urbanísticos propostos para Cabedelo, utilizando como base o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), bem como outras legislações aplicadas no contexto brasileiro. Tais instrumentos possuem o objetivo de viabilizar, de forma efetiva, as diretrizes presentes no Estatuto da Cidade, além das propostas que nortearão a política municipal e o ordenamento territorial do município.

A última parte do presente relatório busca sintetizar os principais planos para o município por meio de projetos estruturantes estratégicos que possuem caráter intersetorial, articulando os aspectos socioespaciais, ambientais e socioeconômicos tratados ao longo da revisão do PDM. Tais projetos possuem o intuito de incorporar as diferentes propostas tratadas ao longo do relatório, estabelecendo um diálogo entre

diretrizes, estratégias e ações, e aspectos relacionados ao zoneamento e ao ordenamento territorial e a instrumentos urbanísticos.

Posteriormente, as propostas trazidas nesses capítulos se traduzirão, de forma mais detalhada, nas minutas de lei, nas ações do Plano de Ação e Investimentos (PAI) e na proposição de um sistema de acompanhamento e controle do Plano Diretor, a serem desenvolvidos na *Etapa 4 – Institucionalização do PDM*.

2. Princípios para a revisão do PDM

Para que as diretrizes e as propostas da revisão do Plano Diretor Municipal de Cabedelo estejam em conformidade com os compromissos internacionais vigentes, bem como o preconizado no Termo de Referência, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados como conceito essencial para o desenvolvimento da presente etapa.

Estabelecidos em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), os ODS foram traçados a partir de debates globais, que levaram em consideração a busca pelo desenvolvimento sustentável. Dessa forma, os ODS estabelecem não apenas princípios para o interesse global, relativos às mudanças climáticas, e ao uso sustentável do solo, das águas e dos ecossistemas da Terra, como também traçam preceitos para o interesse coletivo local, considerando questões como erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, respeito à diversidade e redução de desigualdades (ONU-BR, 2022). A seguir, na Figura 2, são representados os 17 ODS, os quais possuem 196 metas associadas, a fim de nortear as ações a serem implantadas.

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU-BR (2022).

No caso do PDM de Cabedelo, a revisão busca dar enfoque principalmente para o alcance do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, o qual busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Partindo dessa questão, o Quadro 1 destaca suas metas associadas, como de fortalecimento dos esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo e de aumento da urbanização inclusiva e sustentável, servindo de base orientativa para o desenvolvimento de diretrizes no presente relatório.

Quadro 1 – Metas para as Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11)

Cidades e Comunidades sustentáveis ODS 11	
11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos

	recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

Fonte: ONU-BR (2022).

Cabe pontuar que dentro do escopo do Plano Diretor, alguns dos ODS mostram-se mais ou menos impactantes, a depender da capacidade de aproximação de cada objetivo com a escala de atuação do PDM. Dessa forma, certos ODS estão mais presentes no plano por aproximarem-se da realidade local, enquanto outros são menos representados por possuírem uma relação mais indireta às questões trabalhadas no PDM.

Paralelamente aos 17 ODS, nota-se ainda a relevância da Nova Agenda Urbana (NAU) para o desenvolvimento do PDM. Elaborada em 2016 pela Agência ONU-Habitat, a NAU trata-se de um documento guia para os próximos 20 anos, que reforça a importância dos ODS, e determina metas para que as cidades sejam habitáveis, inclusivas, saudáveis, seguras, com as funções urbanas organizadas e compactas e resilientes aos fenômenos naturais. O documento incorpora a visão da “cidade para todos” e incentiva todos os níveis de governo, assim como a sociedade civil, a tomarem parte dos compromissos pelo desenvolvimento urbano sustentável.

Destaca-se também que esses dois documentos (os ODS e a NAU), formam conceitos norteadores de grande relevância para a revisão, tendo sido considerados desde a elaboração do diagnóstico até os debates para a formulação das propostas para o Plano Diretor. Para além dos ODS e do NAU, deve-se também pontuar a existência de outros princípios norteadores de grande relevância para o desenvolvimento do presente plano, principalmente devido à coerência de suas delimitações com a realidade do município de Cabedelo, sendo eles apresentados na sequência.

O conceito de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTs), busca estimular uma ocupação do uso do solo compacta, mista, de uso mais intenso e diversificado, e que seja segura para pedestres, bicicletas, transporte público e, com menor prioridade, para o transporte individual. Tais preceitos estiveram sempre presentes junto ao desenvolvimento do PDM, uma vez que se observou a necessidade da elaboração de

propostas para o fortalecimento de centralidades no município, auxiliando na redução da necessidade de deslocamento pela população, por exemplo.

Paralelamente, observa-se a relevância do conceito de Cidades Sustentáveis, que define a necessidade de um planejamento que defenda a sustentabilidade, a qual encontra-se determinada, por sua vez, pelo equilíbrio entre as necessidades do ser humano e a preservação dos recursos naturais nos aspectos culturais, sociais, econômicos, ecológicos e espaciais. Tal conceito possui um entendimento relativamente amplo, abrangendo as demais preocupações priorizadas neste plano.

Outro princípio norteador trata-se do *Smart Cities*, ou cidades inteligentes, o qual relaciona-se com o uso de recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e da gestão e do manuseio de dados para garantir a melhora no processo de gestão das cidades, as quais tornam-se mais eficientes, conectadas e sustentáveis. O uso da tecnologia digital trata-se de uma grande potencialidade para o PDM, evidenciando a importância do avanço da modernização do município de Cabedelo para que possa responder às demandas da população, por exemplo.

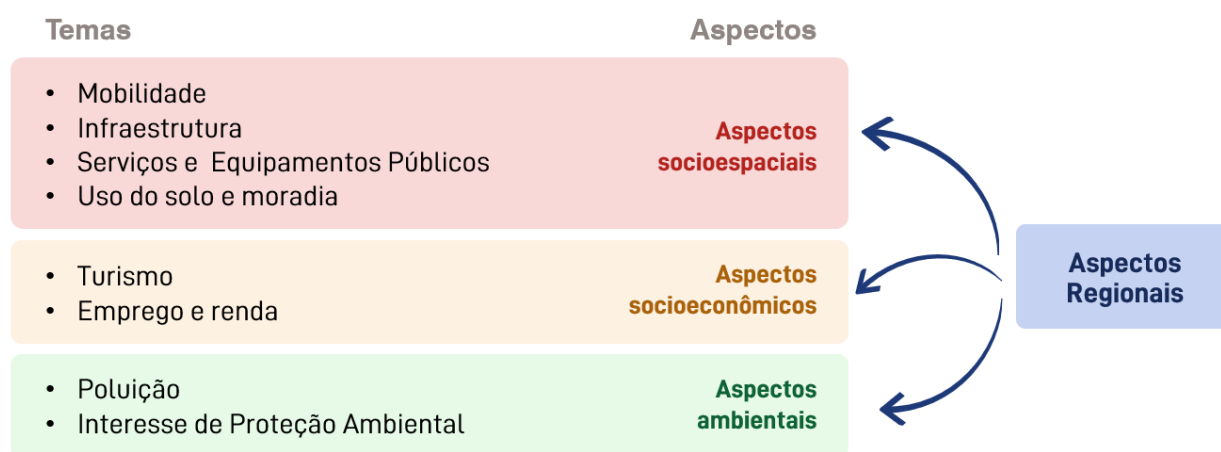
Por fim, a preparação e o combate ao avanço das mudanças climáticas, trata-se de uma questão que merece cada vez mais destaque dentro do processo de planejamento das cidades, principalmente no que tange as formas de ocupação do solo e o crescimento dos assentamentos informais, e a ocupação de áreas ambientalmente frágeis e de risco no território.

3. Síntese das Contribuições Públicas

São apresentadas neste capítulo as proposições realizadas pela comunidade para o Plano Diretor Municipal, envolvendo tanto as propostas trabalhadas ao longo dos Fóruns Comunitários 5,6,7 e 8¹, quanto as contribuições propositivas expressas nas Fichas de Contribuição e em outros meios de comunicação, como o Formulário online presente no site do PDM, por exemplo. Nesse sentido, cabe ressaltar que as propostas aqui registradas não foram elementos elaborados exclusivamente ao longo da presente etapa (*Etapa 3 – Definição e Pactuação de Diretrizes*), tendo sido registrado o envio de propostas na *Etapa 1 – Etapa Preparatória* e na *Etapa 2 – Leitura da Realidade Municipal*. Assim, para título de desenvolvimento do presente relatório, tais materiais também foram considerados.

As propostas comunitárias para o PDM foram organizadas por temáticas específicas, as quais derivam-se dos aspectos Regionais, Socioespaciais, Ambientais e Socioeconômicos trabalhados anteriormente longo da leitura da realidade, conforme esquematizado na Figura 3. Quanto aos aspectos Regionais, destaca-se a sua incorporação a mais de uma temática específica, devido ao seu forte caráter intersetorial.

Figura 3 – Esquema de divisão por temáticas



Fonte: URBTEC™ (2023).

¹ O registro de tais eventos pode ser verificado no Relatório do Processo Participativo 3.

Tais temáticas foram utilizadas nos Fóruns Comunitários da presente etapa como forma de facilitar a discussão pela população de questões específicas do município. Paralelamente, foram também inseridas nos quadros pontuações positivas e negativas sobre problemáticas levantadas no diagnóstico técnico e comunitário da realidade, funcionando como uma ferramenta de auxílio para o fomento da discussão e a elaboração das propostas pela população.

Nos quadros, além dos pontos positivos e negativos utilizados para discussão, e das propostas construídas pela comunidade, registrou-se um código para cada proposta comunitária inserida no PDM. Tal código foi utilizado como forma de compatibilizar, posteriormente, as visões técnica e comunitária no relatório, estando tal identificação presente novamente no Capítulo 4 – Diretrizes, Estratégias e Ações.

Cabe destacar que algumas das contribuições foram adaptadas ou inseridas em ações maiores, pareando as propostas com as possibilidades dentro do escopo do PDM. Também é registrado, nos quadros desta seção, em qual Fórum cada proposição foi levantada. Tal identificação busca não apenas correlacionar as propostas com as regiões nas quais os Fóruns realizados, como também verificar se a mesma proposição foi elaborada em mais de um Fórum Comunitário.

Apesar de uma análise técnica ser realizada sobre todas as propostas levantadas no presente capítulo, deve-se destacar que nem todas foram inseridas para a revisão do Plano Diretor. Tal questão ocorre, principalmente, em razão da eventual incompatibilidade de uma proposta específica com o escopo da competência da revisão do PDM, ou até mesmo pela falta de maior detalhamento sobre sua aplicação. Partindo dessa questão, pontua-se a recomendação de que as contribuições não incluídas nas propostas de revisão do Plano Diretor sejam encaminhadas às secretarias competentes relacionadas ao tema, para que tais assuntos possam ainda ser considerados pelo corpo técnico municipal.

Além dos quadros organizados por temáticas, é também apresentado um quadro destinado às propostas complementares, que foram elaboradas sem estarem atreladas aos pontos positivos e negativos de uma temática específica. Nesse quadro, as propostas realizadas fora da dinâmica dos Fóruns Comunitários e da presente etapa foram também inseridas, havendo a identificação da origem de tal proposição.

3.1. Aspectos Socioespaciais

Quadro 2 – Contribuições Uso do Solo e Moradia

USO DO SOLO E MORADIA				
PONTO POSITIVO	PROBLEMÁTICA	CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM
-	A taxa de permeabilidade é incompatível com a necessidade de drenagem	U1	Fiscalização para execução de projetos com redimensionamento da infraestrutura e da tubulação de escoamento das águas pluviais	5 6
		U2	Promover a limpeza urbana com frequência	5
		U3	Investir em campanhas de conscientização quanto ao descarte de lixo	5
		U4	Promover parcerias entre prefeitura e estado para viabilizar o saneamento completo do município	5
		U5	Implantação de calçamento permeável	6
		U6	Realização das obras de drenagem, identificando pontos críticos de alagamento para a instalação de infraestruturas	8
Um novo pátio de passagem para caminhões, no bairro do Jacaré, está sendo implantado para que os veículos de carga não permaneçam estacionados no entorno do Porto e no centro da cidade	Existem conflitos de usos na área do porto, com proximidade ao patrimônio histórico e riscos à qualidade de vida e ao meio ambiente	U7	Construção de estacionamento para os caminhoneiros, com hotéis e pousadas para esse público	5
		U8	Estudar a viabilidade para realocação do <i>petcoke</i> (coque de petróleo) em área industrial	6
		U9	Aplicação dos Estudos de Impacto de Vizinhança	6
		U10	Projeto paisagístico com utilização de elementos naturais, como barreira entre os dois usos	8
-	Existem muitas irregularidades na construção civil, ocorrendo alterações após a aprovação da obra que não respeitam os parâmetros construtivos definidos para os edifícios da região	U11	Multar e proibir construções irregulares que não respeitem as Áreas de Preservação Permanente (APPs)	5
		U12	Melhorar fiscalização após a conclusão das obras	8
		U13	Ampliar poder de fiscalização das obras edificadas	8
-	O crescimento de Cabedelo é desordenado, causando ocupações informais ao longo da linha férrea e dos rios Paraíba e Jaguaribe, que apresentam situação precária de moradia	U14	Construir conjuntos habitacionais, pelos órgãos públicos, próximo ao condomínio Alamoana e à Praia do Poço	5
		U15	Mapear as ocupações (em especial no Renascer) e oferecer condições de moradia digna	7
		U16	Fiscalizar para não ocuparem novamente as áreas ambientais	7
		U17	Ampliação para outras áreas	8
		U18	Monitorar área desocupada e garantir novos usos	8

USO DO SOLO E MORADIA				
PONTO POSITIVO	PROBLEMÁTICA	CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM
-	Há concentração de atividades industriais de grande porte ao sul do município, próximo à comunidade do Renascer, gerando conflito com o uso habitacional	U19	Realocar as moradias das áreas industriais para áreas salubres	5
		U20	Compatibilizar o tipo de uso industrial (pequeno, médio e grande porte)	6
		U21	Conscientizar a respeito do zoneamento	8
-	Existem comunidades em áreas de fragilidade ambiental que carecem de infraestruturas e de serviços públicos, principalmente no Renascer, em Salinas e junto ao "Rio Morto" (Rio Jaguaribe), no Jardim América	U22	Realocar as comunidades para áreas salubres	5
		U23	Financiamento para adequação das casas, uma vez que, ao ser implantada a infraestrutura viária, a rua fica mais alta que as casas	6
		U24	Construir passagem de nível no Rabo da Gata, Renascer IV e Salinas sobre a linha férrea	7
		U25	Saneamento básico e drenagem no Renascer	7
		U26	Implementar áreas verdes junto às APPs	8
		U27	Corrigir no zoneamento, com as APPs sendo destinadas às áreas verdes no Rio Jaguaribe	8
Existem centralidades (oferta de comércio e serviços) em Intermares e Camboinha, com potencial de adensamento populacional e intensificação de atividade comercial	Em Camboinha não há, ainda, potencial para comércio	U28	É necessário investimento do município para incentivar um comércio forte	5
	Um número enorme de lotes vazios	U29	Regulamentar IPTU Progressivo e PEUC	8
		U30	Multas caso não limpem os terrenos, regulamentando a higienização	8
Existe centralidade na Praia do jacaré, principalmente devido ao turismo náutico e ao artesanato	Não há incentivo público para o turismo em Ponta de Matos, Fortaleza e Camboinha	U31	Criação de curso para capacitar pessoas para serem guias turístico da cidade	5
		U32	Criação de propaganda institucional	5
		U33	Instrução de pessoas com capacitação em libras para receber as pessoas com deficiência	5
	Centralidade gerada por condomínios e casas de festa, com o uso desordenado e mobilidade comprometida	U34	Abrir mais vias de acesso ao Jacaré	8
-	Há conflito espacial entre a ferrovia e a comunidade Renascer, por causa da proximidade da linha férrea, dificultando o trânsito de pedestres e intensificando a segregação socioespacial	U35	Retirar e dar moradia popular para a população	5
		U36	Transformação em parque linear a área não edificada através da sua municipalização	8

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 3 – Contribuições Infraestrutura

INFRAESTRUTURA				
PONTO POSITIVO	PROBLEMÁTICA	CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM
-	Menos de 30% do município tem esgoto tratado, existindo muitos pontos de lançamento irregular do esgoto nos rios e no mar	I1	Criação de parceria público-privada, para que haja destino para resíduos, esgotos e águas pluviais	5
		I2	Ampliação da rede de esgotamento sanitário para 100% de atendimento do município	5 8
		I3	Antes do loteamento ou calçamento, realizar a previsão para a instalação da infraestrutura	6
		I4	Campanha de conscientização para a população não jogar lixo nas ruas	8
Cabedelo apresenta 100% da sua população atendida com abastecimento de água	Ocorrem oscilações no abastecimento de água no período de alta temporada, por causa do aumento da demanda	I5	Regularização da rede de água e esgoto e fiscalização das ligações (principalmente das casas com piscina)	5 6
		I6	Realizar a comunicação da previsão de falta e do retorno do abastecimento	6
		I7	Ampliação do abastecimento de água	6 8
		I8	Construção de reservatórios para armazenar água e redistribuição no período onde existe a presença da população flutuante (períodos de alta temporada)	8
-	Muitos bairros não possuem rede de drenagem para águas pluviais, como Ponta de Campina, Poço e Portal do Poço, resultando em alagamentos frequentes	I9	Implantação e redimensionamento da rede de drenagem pluvial (Centro da cidade)	5
		I10	Colocação de calçamento adequado	6
		I11	Ampliação e criação de galerias para escoamento das águas pluviais	8
Foram iniciados projetos, em alguns bairros, para colocação de lâmpadas LED, principalmente na Praia do Poço, a orla de Intermares e em Jardim Manguinhos	Existem pontos do município com iluminação precária, como no Recanto do Poço, nas praças, nos viadutos e em pontos das obras da BR-230	-	Ampliação da rede de iluminação pública (LED) através do convênio entre município e a empresa ENERGISA	5 8
A BR-230 passa atualmente por obras de triplicação, podendo comportar futuramente um volume maior de tráfego	A rodovia causa divisão socioespacial/segregação no sentido leste-oeste, dificultando a travessia e a acessibilidade de pedestres	I12	Criação de passarelas na Rodovia (BR-230) para facilitar a locomoção de pessoas com segurança	5 8
		I13	Criação de linha municipal circular para ligar os dois lados da cidade	5
		I14	Criação de alternativas à transposição por passarelas, que não são convidativas	6

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 4 – Contribuições de Mobilidade

MOBILIDADE				
PONTO POSITIVO	PROBLEMÁTICA	CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM
-	O trajeto das linhas do transporte público coletivo por ônibus se concentra ao longo da BR-230, dificultando o deslocamento da população entre os diferentes bairros	M1	Criação de uma linha ônibus de circulação municipal, com a possibilidade de implantação de um ligeirinho	5 6
		-	Revisar a concessão municipal (hoje é da competência do Departamento de Estradas e Rodagens)	6
		M2	Aumentar a frota de ônibus	7
		M3	Ampliar o horário de atendimento dos ônibus (até as 23h)	6 7
		M4	Ampliar os dias de atendimento dos ônibus, devendo funcionar também aos domingos	7
		M5	Linha para Salinas e Ribamar	7
		M6	Criação/ampliação de mais linhas de ônibus para atender os bairros que se encontram fora da rota da BR-230	8
		-	Entrar na via central do bairro Bela Vista e sair na dupla de Intermares. Rua Djalma Vilar de Gusmão saindo na Avenida Mar Vermelho (no que tange a linha 5101)	8
-	Os pontos de ônibus são precários, sem cobertura e assentos, e o terminal de ônibus possui pouca infraestrutura para comportar os passageiros	M7	Criar uma padronização para os pontos de ônibus	5
		-	Permitir a compensação por parte do setor privado	5
		M8	Acompanhar a implantação dos abrigos de ônibus no projeto de triplicação da BR-230	6
		M9	Garantir pontos de ônibus de qualidade em todos os bairros, se necessário firmando Parcerias Público-Privadas	8
Há previsão de novas ciclovias ao longo das praias, pelo Projeto Orla, e na extensão da BR-230, pelo projeto de triplicação da rodovia	São poucas as ciclovias na cidade e as existentes não estão conectadas entre si	M10	Implantar ciclovias na via que corta os bairros após a ferrovia	5
		M11	Levar ciclovias para os bairros, construindo onde houver espaço disponível	6 8
		-	Utilizar área da CBTU para controlar a ocupação do espaço	6
		M12	Reforma da ciclovia do bairro do Jacaré, se possível firmando Parcerias Público-Privadas	8
-	Muitas vias do município não possuem calçadas e outros tipos de infraestrutura, principalmente em Ponta de Campina, Poço e Portal do Poço	M13	Criação do Plano Municipal de Acessibilidade (regulação da acessibilidade)	5
		M14	Padronização de calçadas nos bairros do Poço, Recanto do Poço e Ponta de Campina com acessibilidade	8
-	Não existe padronização nem acessibilidade das calçadas, que apresentam desníveis e obstáculos, dificultando a locomoção	M15	Criação de um Plano municipal de Padronização segundo a NBR9050, com a diminuição do IPTU como incentivo para seguir a padronização	5
O transporte por trem e por balsa possui interligação metropolitana	O transporte público coletivo no município não possui integração entre si. Falta conexão das estações ferroviárias com outros modos de transporte	-	Integração municipal em pontos próximos às estações para interligação dos modais	5
		-	Utilização da "3A via" para realização dos transbordos dos passageiros, com alargamento da 3VIA	5
		-	Sugestão de trajeto: Por dentro dos bairros de Ponta de Campina até o Bessa	6
		M16	Integração intermodal (linha férrea com o uso leste/oeste)	6
		M17	Criação de pontos de integração e construção de uma integração geral	8
-	Faltam placas de sinalização viária pela cidade, inclusive com o nome das ruas nos bairros	M18	Colocação de placas em todas as ruas e em todos os bairros para melhor localização e acesso da população	5 8
		M19	Revisão dos nomes e atualização junto às secretarias e órgãos competentes	5

		M20	Colocação de passarelas na BR-230 na Salinas-Ribamar	7
		M21	Construção de lombadas físicas em todas as ruas com fiscalização visível e adequada	8
A BR-230 forma uma ligação consolidada entre Cabedelo e João Pessoa	A ligação viária com João Pessoa ocorre principalmente pela BR-230, sem outras alternativas qualificadas de conexão	-	Consideração da 3ª Via para o uso de transporte público	5
		-	Via só pavimentada paralela à ferrovia	5
		M22	Ampliação do horário de atendimento dos serviços de trens	8

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 5 – Contribuições Serviços e Equipamentos Públicos

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS				
PONTO POSITIVO	PROBLEMÁTICA	CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM
-	Há necessidade de melhoria da oferta de serviços de saúde, faltando, por exemplo, postos de atendimento em Ponta de Campina	S1	Construir postos de saúde e/ou ampliar em Oceania, Portal do Poço, Jacaré, Renascer e Centro	5
		S2	Verifica-se a existência dos equipamentos, todavia há a necessidade de melhoria no serviço, como no Renascer	6 7
		S3	Equalizar o atendimento em diferentes bairros	6
		S4	Ofertar atendimento no período noturno	6
		S5	Avisar no sistema quando for marcada a consulta	7
		S6	Criar mais equipamentos a oeste da BR-230	8
-	Faltam equipamentos culturais e áreas de lazer, existindo uma carência de atividades voltadas para a população mais jovem	S7	Incentivo e apoio às práticas culturais (hip-hop, danças, rap, quadrilhas juninas etc.) e desportivas (esportes, caminhada) por parte do poder público	5
		S8	Levar atividades para os bairros, como construção de quadras e espaços coletivos	6 8
		S9	Incentivar o uso cultural dos espaços públicos (praças ficam vazias)	6
		S10	Melhorar acessibilidade nos equipamentos públicos, como no posto do Renascer III	7
		S11	Associação do Renascer precisa de melhoras, faz eventos culturais, mas falta estrutura	7
		S12	Melhorar infraestrutura dos equipamentos existentes	8
		S13	Apoiar e incentivar os grupos já existentes	8
-	Faltam escolas e creches, principalmente na região central e sul da cidade. A creche do Poço, por exemplo, é mal localizada e atende a crianças do Portal do Poço	S14	Criação de escola, creche e biblioteca no Jardim Camboinha, Jacaré, Portal do Poço, Renascer e Salinas Ribamar	5
		S15	Ampliar vagas e qualidade dos serviços nos bairros (material escolar, cardápio), responsabilizando os gestores	6
		S16	Fiscalizar favorecimento na oferta de vagas	6
		S17	Utilizar pais como vetores de fiscalização	6
		S18	Construção de novas creches e escolas em tempo integral, principalmente a oeste da rodovia, nos bairros periféricos	7 8
		S19	Realização de concurso público para suprir a insuficiência profissional, oferecendo cursos para os guardas	5

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS				
PONTO POSITIVO	PROBLEMÁTICA	CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM
A presença de guarda municipal e dos totens de vigilância melhora a sensação de segurança, e há atuação da guarda municipal ao longo da orla	A segurança pública apresenta quadro profissional insuficiente	S20	Ampliar o quadro técnico	6
		S21	Fornecer melhor comunicação com o setor de segurança municipal	6
		S22	Realizar o monitoramento das praças	8
		S23	Cuidado com a formação da guarda, com cursos de reciclagem	8
		S24	Criação de postos policiais, ou delegacias, sendo necessário registrar as ocorrências	8
-	As praças estão concentradas na área central, havendo uma carência em outros bairros, como em Ponta de Campina	S25	Criação de praças com equipamentos de academia para idosos e educadores físicos, equipamentos para crianças e com acessibilidade para pessoas com deficiência, principalmente em Jardim Manguinhos, Jardim Cambinha, Recanto do Poço, Portal do Poço, Jacaré, miramar e Camalaú	5 7
		S26	Instalação de praça	7
		S27	Aumentar monitoramento da cidade	8
		S28	Praças precisam ser feitas num todo	8
		S29	Estimular parcerias público-privadas nos espaços públicos	8
-	As praças e áreas verdes carecem de manutenção e limpeza, faltando também a adequação desses locais para idosos e crianças, com projetos mais específicos	S30	Construir novas praças a oeste do rio, com atenção ao público local, com fornecimento de atividades	8

Fonte: URBTEC™ (2023).

3.2. Aspectos Ambientais

Quadro 6 – Contribuições Poluição

POLUIÇÃO				
PONTO POSITIVO	PROBLEMÁTICA	CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM
O município possui um serviço de coleta de resíduos sólidos	A irregularidade desse serviço, sem horários específicos, causa a existência de pontos de acúmulo de lixo na cidade, como ao longo da linha do trem e no entorno da Fortaleza	P1	Criação e implementação do Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS), com a revisão do sistema de coleta	5
		P2	Regularizar o serviço de coleta	6
	Faltam coleta seletiva e estratégias para recolhimento de móveis velhos e outros objetos (como lixo eletrônico), como ecopontos coletores	P3	Incentivo às cooperativas de reciclagem	5
		P4	Implantar a coleta seletiva	6
		P5	Criação de pontos de coleta nos órgãos públicos e pontos estratégicos na cidade	8
-	Resíduos de construção civil são descartados em ruas, praias e imóveis vazios, sem fiscalização	P6	Ampliação da fiscalização pelo poder público e aplicação de multas para quem desobedecer jogando resíduos nas áreas impróprias	5 8
		P7	Realização do recolhimento de podas e lixos grandes	6
-	As lixeiras são em quantidade e tamanho insuficientes para a quantidade de lixo gerado nas praias	P8	Implantação de mais lixeiras ecológicas e fixas nas praias	5 8
		P9	Campanhas educativas para o descarte de resíduos	5
		P10	Construção de banheiros públicos nas praias com infraestrutura e acesso a cadeirantes	8
-	Ocorre poluição das águas dos rios, como o Jaguaribe, com descarte de resíduos sólidos e líquidos vindos das ocupações no entorno e de outros municípios	P11	Limpeza e canalização do rio	5
		P12	Criação do parque linear	5
		P13	Firmar parceria com o município de João Pessoa para limpeza e preservação do Rio Jaguaribe pelos dois municípios	8
		P14	Fazer uma campanha educativa entre os dois municípios, para que as pessoas não joguem lixo, nem móveis e objetos descartáveis na margem e no entorno do rio	8
-	A deficiência na coleta de esgoto leva à poluição dos rios e lençóis freáticos (por exemplo em Intermares, com despejo de lixo e esgoto, e na Praia do Jacaré)	P15	Criação e ampliação de 100% da rede de esgoto	5 8

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 7 – Contribuições Interesse de Proteção Ambiental

INTERESSE DE PROTEÇÃO AMBIENTAL				
PONTO POSITIVO	PROBLEMÁTICA	CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM
-	A pressão de crescimento do Recanto do Poço em direção ao Rio Paraíba gera riscos ambientais em áreas de mangues	A1	Preservação dos mangues	5
		A2	Ordenar e estabelecer infraestrutura, podendo ser criada uma barreira nas áreas de mangue, por cercas, ciclovias e calçadas e equipamentos para uso das áreas	5 6
		A3	Replicar o projeto do Parque Natural Municipal	6
A presença de Unidades de Conservação, como a Mata de AMEM, possibilita contato com a natureza	Faltam opções de lazer e atividades educativas nas Unidades de Conservação do município	A4	Criação de trilhas e monitoramento	5
-	Falta fiscalização eficiente na Areia Vermelha, causando o risco de ocorrer a degradação da área	A5	Fiscalização e regulamento eficaz	5
		A6	Controle do número de visitantes diários	8
-	O crescimento desordenado do município pressiona a ocupação irregular das Áreas de Preservação Permanente (APPs), incluindo a faixa dos rios	A7	Prever áreas para habitação social, nos quais os empreendimentos possam ser verticalizados	6
		A8	Levar a população para vivenciar as Áreas de Preservação (parques), como será feito no Parque Nacional Municipal	6
		A9	Ciclovias que ligue o início de Cabedelo até o Dique, com outras ciclovias interligadas	8
-	Falta fiscalização ambiental no município, tendo sido verificada a degradação de Áreas de Preservação Permanente (APPs)	A10	Intensificar fiscalização	5

Fonte: URBTEC™ (2023).

Aspectos Socioeconômicos

Quadro 8 – Contribuições Turismo

TURISMO					
PONTO POSITIVO	PROBLEMÁTICA	CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM	
Cabedelo tem grande potencial turístico, e o fortalecimento desse setor tem favorecido a abertura de vagas de emprego no município	Falta formação profissional para atender à demanda turística com qualidade	T1	Parcerias com universidades e outras instituições de ensino	5 7 8	
		T2	Suporte da indústria e do comércio	5	
		T3	Incentivo à instalação da rede hoteleira	5	
		T4	Criação de cursos preparatórios	5	
	Falta divulgação dos vários pontos turísticos do município	Há o risco do turismo predatório, que destrói a natureza e polui o meio ambiente	T5	Divulgação nas redes sociais	8
			T6	Evitar a privatização dos atrativos turísticos e áreas ambientais	5
			T7	Intensificar a fiscalização e taxa de multa aos infratores	7
			T8	Criação de campanhas educacionais	8
			T9	Implantação da coleta seletiva do lixo	8
			T10	Centro de triagem de reciclados	8
O Parque Estadual de Areia Vermelha e a Praia do Jacaré são importantes pontos turísticos	Falta estrutura turística, principalmente para o acesso à praia do Jacaré e Areia Vermelha	T11	Tornar padrão pontos específicos e quantidades de pessoas	5	
		T12	Realizar investimentos na infraestrutura	7	
Cabedelo possui um importante patrimônio histórico, com bens tombados e de interesse de tombamento	Patrimônio histórico de Cabedelo é pouco valorizado, carecendo de condições adequadas de conservação e de suporte à atividade turística	T13	Cadastrar os bens antigos da parte municipal	5	
Conflitos são observados pelos artesãos de Cabedelo no Parque Turístico do Jacaré, com a valorização da marca "Eu amo João Pessoa"		T14	Fortalecimento da identidade, tornar obrigatória a exposição da marca cabedelense	5	
		T15	Campanha educativa	7	
		T16	Incentivos fiscais para quem trabalha com a marca de Cabedelo	7 8	
Faltam incentivos para o uso das áreas verdes para turismo ecológico sustentável		T17	Adaptar espaços, criar infraestruturas, exposição fomentadora	5	
		T18	Criar projeto de Ecoturismo	8	
		T19	Estimular os moradores a cuidarem dos jardins e praças públicas	8	
		T20	Criação de parque ecológico no Renascer valorizando o manguezal e Rio Paraíba	7	

Fonte: URBTEC™ (2023).

EMPREGO E RENDA				
PONTO POSITIVO	PROBLEMÁTICA	CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM
Cabedelo passa por um momento de crescimento econômico e de investimentos, favorecendo a entrada de empreendimentos e a oferta de novas oportunidades de emprego	Embora haja um crescimento no número de empregos no município, ainda faltam empregos e oportunidades para a população	E1	Promover a população de Cabedelo para cargos melhores nas empresas	5 7
		E2	Reativação do SINE e da Casa da Cidadania	7
	O município carece de incentivos para a geração de empregos pela iniciativa privada	E3	Conscientização educativa	5
		E4	Receber propostas de iniciativa privada. Empresas podem oferecer contrapartidas ao incentivo do município	5 7
		E5	Criação de centros profissionalizantes	7
		E6	Políticas públicas para valorização da mão de obra qualificada	7
		E7	Incentivos fiscais para capacitação e absorção de mão-de-obra	8
São ofertados diversos cursos em instituições de ensino	Falta mão de obra qualificada no município	E8	Estimular e incentivar a qualificação e formação técnica	5
		E9	Mapear a necessidade de mão de obra	8
O Porto de Cabedelo exerce importante papel na economia do município	Perda em estrutura para portos vizinhos	E10	Estimular e incentivar a qualificação e formação técnica	5
	As opções de carga têm sido de material nocivo à vida humana e ao meio ambiente	E11	Preparo do porto para receber cargas que gerem renda e agridam menos a vida	8
		E12	Buscar competitividade com a SUAP visto a posição privilegiada	8

Fonte: URBTEC™ (2023).

PROPOSTAS COMPLEMENTARES			
CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM/ORIGEM	ETAPA
C1	Implantar áreas de convivência para crianças, jovens e idosos	Fórum 5	3
C2	Implantar arborização urbana	Fórum 5	3
C3	Acesso ao transporte público nos bairros periféricos da cidade. Paradas de ônibus com acessibilidade	Fórum 5	3
C4	Revisão dos postes antigos e manutenção periódica	Fórum 5	3
C5	Garantir acessibilidade nas escolas para pessoas deficientes de vários tipos	Fórum 5	3
C6	Construção de novo Cemitério Público ou reforma no Cemitério do Poço, podendo ser realizado um Cemitério vertical. Criação da lei de regulamentação do cemitério	Fórum 5	3
C7	Moradias com acessibilidade nas comunidades. Locais públicos com acessibilidade	Fórum 5	3
C8	Realização de convênios com clínicas de reabilitação	Fórum 5	3
C9	Construção do CAPS infantil e do 24 horas	Fórum 5	3
C10	Intérpretes de libras em todos os serviços e eventos da cidade	Fórum 5	3
C11	Realizar limpeza urbana nas comunidades ribeirinhas	Fórum 5	3
C12	Criação de casa de acolhimentos e abrigos públicos para idosos	Fórum 5	3
C13	Realizar ação para combater os insetos que são atraídos para a vizinhança pelos silos	Fórum 5	3
C14	Reclassificar os usos incômodos que são permitidos	Fórum 6	3
C15	Pela comunicação com a prefeitura ser difícil, continuar processo de licitação de um novo serviço para telefone da prefeitura	Fórum 6	3
C16	Trabalhar a comunicação com a população	Fórum 6	3
C17	Criação de espaços para os pescadores e artesanato	Fórum 7	3
C18	Avaliar as causas da evasão/desistência de alunos em cursos e escolas por meio de uma pesquisa pela secretaria de educação	Fórum 7	3
C19	Construção de uma creche e uma escola que atenda o segmento da educação Infantil e anos iniciais e finais no bairro de Camboinha	Fórum 8	3
C20	Mobilidade urbana que inclua ciclovias/ciclofaixas por toda a cidade, não só nas praias	Formulário online	1
C21	Nas áreas de restinga, sugiro o plantio de castanholas ao longo de todo o calçamento de Intermares, criando uma identidade visual e aumentando o conforto para turistas e moradores	Formulário online	1
C22	Realizar a padronização e nivelamento das calçadas de todas as ruas da cidade, a fim de dar acessibilidade e mobilidade adequadas aos deficientes físicos principalmente cadeirantes. A prefeitura ficaria responsável pela pavimentação (e manutenção) das calçadas e incluiria uma taxa no IPTU do proprietário do lote	Formulário online	1
C23	Criação de Ecopontos (local para descarte de entulhos e materiais descartáveis)	Formulário online	1
C24	Parceria com a CAGEPA para implantação de duchas e banheiros públicos em toda a orla	Formulário online	1
C25	Distribuição de mudas de árvores específicas para que sejam plantadas em calçadas e concessão de incentivo fiscal no IPTU	Formulário online	1
C26	Implantação do sistema de coleta seletiva. Criação de cooperativas de reciclagem e entrega de resíduos voluntários pela comunidade	Formulário online	1
C27	Realizar a padronização das calçadas com acessibilidade e a implantação dos jardins de chuva para complementa o escoamento das águas fluviais	Formulário online	2
C28	Instalar dos painéis solares nas repartições públicas do município, fazendo assim a mudança da matriz energética dos órgãos municipais	Formulário online	2

PROPOSTAS COMPLEMENTARES			
CÓDIGO	PROPOSTA	FÓRUM/ORIGEM	ETAPA
C29	Realizar parceria com o governo da Paraíba para a implantação da rede de tratamento de esgoto da cidade, a competência do tratamento de esgoto e da empresa pública do estado da Paraíba chamada CAGEPA	Formulário online	2
C30	Implementar o plano de resíduos sólidos na cidade, incentivo para a instalação de empresas da indústria de resíduos sólidos para fomentar a valorização da reciclagem	Formulário online	2
C 31	Monitorar corpos vegetativos, corpos d'água, uso e ocupação do solo, mapeamento de áreas de riscos ambientais, gestão dos resíduos, proteção a fauna e flora, etc.	Formulário online	3
C 32	Realizar projetos que atendam a rede de captação e tratamento da água pluvial (tendo seu uso destinado a armazenamento para uso em controle do próprio município)	Formulário online	3
C 33	Implantar rede de coleta de resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos (tendo o destino destes para centros de reciclagem e compostagem. Ligando-os à atividade econômica pela comercialização no mercado de polímeros, metais e outros materiais inorgânicos reciclados. Para a compostagem, o uso em fertilização de plantação urbana, até fornecimento comercial para propriedades privadas e assentamentos rurais em regiões ao redor da cidade, via estuário).	Formulário online	3
C 34	Gerar de atividades econômicas a partir de mecanismos sustentáveis. Visando o desenvolvimento urbano da cidade em todas as perspectivas, social, econômico e ambiental	Formulário online	3
C 35	O PDMC deve além de tudo prever e seu texto as operações urbanas consorciadas com empresas, indústrias e comércios da região para que haja de forma eficiente a adequação de áreas urbanas não atingidas pelo poder público, como é o caso da comunidade do "lixão", assim como também deve reforçar as áreas de interesse social para a construção de habitações sociais por meio do direito de preempção previsto pelo estatuto das cidades	Formulário online	3
C36	Nosso bairro foi sempre "Verdes Mares" e de repente mudou para Amazônia Park, seria esse um bairro muito extenso. Sugiro que volte ao antigo nome ou Intermares II incluindo assim o Condomínio Setai até o Condomínio Bosque de Intermares e o Amazônia Park até a Mata do AMEM.	Fichas de Contribuição	2
C37	Construção de um "centro de convivência dos idosos", onde seriam oferecidos cursos e as próprias aulas de ginástica.	Fichas de Contribuição	2
C38	Implantar ciclovia dentro dos bairros para locomoção de mães que levam seus filhos para creche e escola usando as bicicletas.	Fichas de Contribuição	2

Fonte: URBTEC™ (2023).

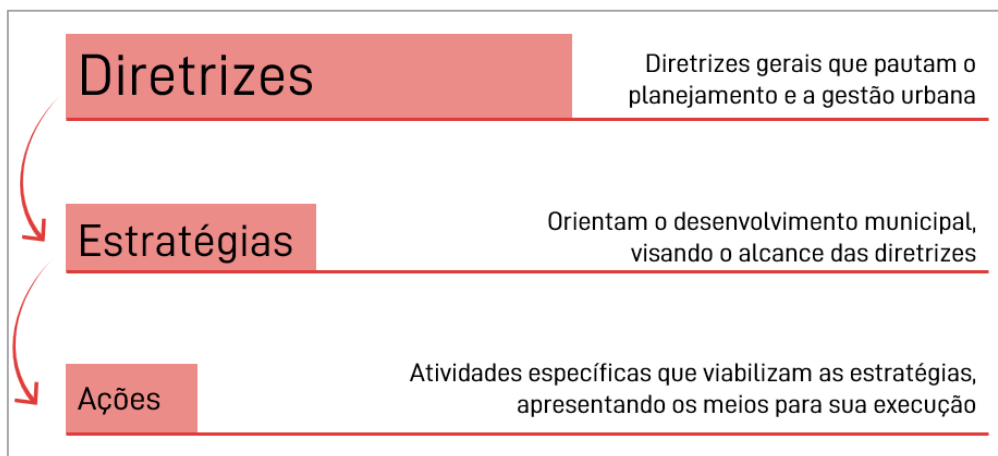
4. Diretrizes, Estratégias e Ações

O conteúdo deste capítulo estrutura-se a partir de três eixos principais: (I) aspectos socioespaciais; (II) aspectos ambientais; e (III) aspectos socioeconômicos, em cada qual são apresentados quadros compostos por uma diretriz, por cenários e por estratégias e ações direcionadas para o cumprimento da diretriz específica. Cada diretriz desenvolvida baseia-se na construção de cenários da realidade municipal, que auxiliam na melhor contextualização frente a aspectos do município, justificam a necessidade de melhora e direcionam para a conceituação de determinada diretriz. Dessa forma, para o embasamento das diretrizes, são apresentados os seguintes cenários:

- **Cenário real:** é originado a partir da leitura técnica e comunitária sobre a realidade municipal, expondo a realidade atual sobre algum aspecto específico do município;
- **Cenário tendencial:** trata-se de um exercício de projeção, imaginando um futuro em que nenhuma medida seja tomada sobre tal aspecto específico;
- **Cenário desejável:** indica, em um panorama ideal, qual seria a realidade, caso tal aspecto do município fosse sanado completamente;
- **Cenário prospectivo:** apresenta, dentro dos horizontes do Plano Diretor, as possibilidades de melhora para tal aspecto municipal específico.

As **diretrizes**, por sua vez, tratam de orientações gerais que realizam um papel condutor no planejamento urbano, enquanto as **estratégias** possuem um caráter mais direcionado, visando o alcance das diretrizes. Por fim, as **ações** relacionam-se com atividades específicas que viabilizam as estratégias, detalhando formas para sua execução, conforme pode ser observado na Figura 4. Dessa forma, para o cumprimento de uma única diretriz, podem ser elaboradas distintas estratégias, as quais, por sua vez, podem ser refletidas em diferentes tipos de ações sobre o município.

Figura 4 – Apresentação das Diretrizes, Estratégias e Ações



Fonte: URBTEC™ (2023).

Conforme destacado no capítulo 3 – Síntese das Contribuições Públicas, cabe reforçar que as diretrizes, estratégias e ações aqui propostas baseiam-se também em uma leitura sobre as proposições construídas pela comunidade ao longo da revisão do PDM. Nesse sentido, cada ação que tomou como referência proposições realizadas pela população encontra-se referenciada às tabelas de contribuições comunitárias a partir dos códigos de cada temática. Partindo ainda de uma visão geral, foram elaboradas no total, 16 diretrizes, com suas respectivas estratégias e ações, que serão detalhadas posteriormente no Plano de Ação e Investimento (PAI), auxiliando a guiar a atuação do poder público para os próximos anos.

4.1. Aspectos Socioespaciais

4.1.1. Uso e ocupação do solo

A série de análises empreendidas no Produto 3 da revisão do Plano Diretor de Cabedelo demonstrou a complexidade das questões a serem enfrentadas pelo município. As múltiplas espacialidades decorrentes da distribuição da população e atividades no território, resultantes da divisão social do trabalho, da natureza das atividades econômicas, da oferta de bens e serviços, assim como dos recursos naturais presentes no município, demandam respostas consistentes quanto ao ordenamento do uso e ocupação do solo urbano.

De forma a evitar uma descrição extensa e a reprodução do conteúdo apresentado na síntese do Diagnóstico (para isso, ver Produto 3), retoma-se aqui os principais tópicos identificados com o objetivo de subsidiar as diretrizes propostas. Inicialmente, deve-se mencionar a configuração territorial ímpar de Cabedelo, com estreita largura ao longo de toda a extensão Norte-Sul, na qual os grandes eixos de mobilidade (BR-230 e linha férrea) atuam simultaneamente como limites de paisagem urbana e como obstáculos à integração. À leste tem-se a orla marítima, de grande potencial turístico e pressão por ocupação pelo mercado imobiliário formal. A renda familiar é superior à média municipal e, além de edifícios multifamiliares, há também a presença de grandes condomínios horizontais fechados de alto padrão. Trata-se da área com melhor infraestrutura, inclusive de coleta e tratamento de esgoto. Constitui o principal vetor de crescimento urbano, concentrando uma série de atrativos turísticos, dos quais pode-se citar as praias de Intermares, Ponta de Campina e Camboinha, além das Ruínas de Almagre e a Ilha da Areia Vermelha.

À oeste tem-se o estuário do Rio Paraíba, abrigando a orla fluvial do Jacaré, uma série de manguezais e de comunidades tradicionais ribeirinhas, além do próprio Porto Organizado de Cabedelo. O porto, pois, tem especial destaque para o Plano Diretor tanto por seu importante papel logístico no Estado quanto pelos conflitos decorrentes da sua localização em área lindeira ao centro histórico consolidado e à Fortaleza de Santa Catarina, bem tombado pelo IPHAN. Em termos espaciais, a porção norte do município é marcada por um uso misto intensivo, com ocupação média intralote superior ao permitido pelo zoneamento atual, apesar de baixos índices de verticalização. Ademais, nota-se

diversos conflitos viários decorrentes da confluência do tráfego de caminhões de carga (Porto), dos modais de transporte coletivo (estações de trem e do ônibus intermunicipal) e da própria centralidade da área para a população local. A sul dessa área expandida central, os bairros de Jardim Camboinha, Recanto do Poço, Portal do Poço e Jacaré apresentam uma ocupação urbana dispersa e predominantemente unifamiliar, com níveis baixos de infraestrutura urbana (inclusive pavimentação). Trata-se de uma área com maior presença de vazios urbanos. A área também é marcada pelas áreas de apoio ao porto, que ocupam grande área à oeste da linha férrea.

Por fim, a porção sul do município se caracteriza pela conurbação à João Pessoa. Há uma concentração de comércios de grande porte, áreas institucionais e indústrias. Tais atividades são permeadas por alguns dos principais assentamentos informais. Trata-se de área com baixo percentual de infraestrutura urbana, concentrando população com renda familiar menor do que 3 s.m., com determinadas áreas com renda familiar inferior a 1 s.m.

Paralelamente à caracterização da ocupação antrópica, deve-se mencionar os recursos naturais de grande relevância em Cabedelo, nominalmente a Floresta Nacional da Restinga, o Parque Natural Municipal, a Ilha da Restinga, o Parque Estadual Areia Vermelha e a APA Naufrágio Queimado. Juntamente às áreas de manguezais, tais áreas ambientalmente sensíveis configuram importantes marcos do território, tanto em termos de limites à ocupação quanto de atratividade ao turismo. Ademais, registra-se as ressalvas advindas das dificuldades de extensão das infraestruturas urbanas básicas no município em face do relevo predominantemente plano, elementos que tornam ainda mais premente garantir o adequado uso e ocupação do solo.

Diante da breve síntese, percebe-se que o desafio central para o uso e ocupação do solo em Cabedelo envolve qualificar a ocupação urbana e direcionar os vetores de expansão, garantindo a conservação das áreas ambientalmente sensíveis e o respeito às populações tradicionais ribeirinhas. Deve-se recordar que as taxas de crescimento demográfico de Cabedelo mostram-se superiores ao dobro da média nacional ao longo das últimas décadas, colocando para o Plano Diretor o desafio de comportar o crescimento esperado e direcioná-lo para as áreas mais adequadas. Concomitantemente, um segundo desafio envolve a necessidade de recepcionar novas áreas para a atividade logístico-portuária em expansão em Cabedelo, *pari passu* ao terceiro desafio, de consolidar a atividade turística local, ampliando a oferta da rede especializada de atividades e

interconectando-a em uma malha estruturada que garanta a fixação do fluxo turístico em períodos mais extensos, bem como a socialização dos lucros entre diferentes grupos sociais cabedelenses.

Diante dos três desafios centrais para o uso e ocupação do solo urbano, propõe-se um conjunto de três diretrizes respondendo diretamente à cada uma das questões. O desdobramento destas diretrizes em estratégias e ações é apresentado nos quadros presentes nas páginas seguintes.

- **Diretriz 1.** Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção à uma cidade compacta, conectada e policêntrica.
- **Diretriz 2.** Consolidar a atividade turística sustentável por meio de uma rede especializada de atividades que assuma o protagonismo exercido pelo patrimônio natural, histórico e cultural de Cabedelo para a estruturação do território.
- **Diretriz 3.** Equalizar as demandas logísticas advindas das atividades portuárias e industriais desenvolvidas no município, mitigando conflitos com demais usos urbanos.

Quadro 9 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 1

ASPECTOS SOCIOESPAIAIS			
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
<p>A ocupação urbana em Cabedelo apresenta-se dispersa ao longo de toda a extensão do território, com baixas densidades e níveis não adequados de infraestrutura. O padrão disperso de ocupação tem gerado conflitos em face da transposição dos eixos rodoviários e ferroviário, além da pressão sobre as áreas ambientalmente sensíveis. Ademais, verifica-se um contraste de realidades, com áreas de vulnerabilidade urbanística e ambiental em contraposição às áreas de elevado padrão econômico.</p>	<p>O cenário tendencial aponta para uma expansão crescente do solo urbanizado, com ocupação urbana de baixa densidade, ampliando a pressão por infraestruturas urbanas em toda a extensão do território, que se somará à piora das condições de mobilidade, conflitos viários e degradação das áreas ambientalmente sensíveis, situadas no entorno destes vetores de ocupação. A expansão dispersa da ocupação traz consigo a elevação do valor da terra, dificultando o acesso pela população de menor renda.</p>	<p>O cenário desejável é de disciplinamento dos vetores de ocupação urbana ora identificados, de forma a concentrar a ocupação nos vazios urbanos existentes em áreas de melhor infraestrutura. Almeja-se uma ocupação com uso misto conjuntamente à distribuição adequada de equipamentos e de condições de mobilidade e saneamento básico para os diferentes compartimentos municipais, promovendo uma cidade com centralidades intermediárias que aliviem a pressão sobre o centro histórico. Tal cenário envolve também a promoção de habitação social bem localizada a partir da adoção consistente de instrumentos urbanísticos de indução ao desenvolvimento urbano.</p>	<p>Diante da limitação temporal do Plano Diretor em comparação ao tempo de consolidação do quadro urbano de Cabedelo, o cenário prospectivo envolve o estabelecimento de estratégias e instrumentos para direcionar a ocupação urbana para áreas já infraestruturadas, fortalecendo nós intermediários na malha urbana do município.</p>
DIRETRIZ 1	D1 Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção à uma cidade compacta, conectada e policêntrica		
	ESTRATÉGIAS	AÇÕES	
	E1.1 Fomentar o adensamento das áreas urbanas consolidadas com adequada infraestrutura, qualificando as áreas consolidadas precárias.	A1.1.1 Implementar e monitorar a aplicação de instrumentos urbanísticos de indução ao desenvolvimento urbano para estimular a ocupação de vazios urbanos e o adensamento de áreas subutilizadas em compartimentos que já disponham de adequada infraestrutura urbana. (U9 U17 U29)	
		A1.1.2 Fomentar, por meio de instrumentos urbanísticos como a OODC, a ocupação mista e intensiva dos lotes em áreas prioritárias de ocupação, com a confluência de atividades de comércio, serviço e moradia em consonância aos coeficientes máximos permitidos, gerando vitalidade urbana e a oferta de serviços vicinais para os moradores do entorno, estimulando a redução dos deslocamentos cotidianos e a apropriação do espaço público pelos moradores. (U28)	
		A1.1.3 Restringir a expansão da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente sensíveis e áreas sem suficiente infraestrutura a partir de ações integradas de fiscalização urbana e de educação socioambiental, articuladas à instalação de equipamentos comunitários que estabeleçam limites espaciais para tais vetores de ocupação. (U10 U11 U16 U17 U18)	
		A1.1.4 Implementar mecanismos de controle efetivo dos impactos de grandes empreendimentos, como o EIV, estabelecendo medidas mitigatórias e compensatórias para sua instalação e funcionamento. (U9)	
		A1.1.5 Desenvolver projetos técnicos específicos para quantificação das necessidades efetivas de expansão e instalação de redes de infraestrutura urbana mínima no município, de forma a delinear de forma precisa os recursos financeiros necessários e as fontes possíveis para sua consecução.	
		A1.1.6 Promover a qualificação urbanística e habitacional das comunidades tradicionais locais, garantindo sua adequada integração à rede urbana e criando condições de articulação às demais atividades turísticas locais	
	E1.2 Consolidar centralidades intermediárias de forma a constituir uma rede policêntrica descentralizada.	A1.2.1 Consolidar, por meio de instrumentos urbanísticos como a OODC, centros de bairros que reduzam os deslocamentos intraurbanos e metropolitanos, fomentando centralidades intermediárias que ofereçam equipamentos comunitários, comércios e serviços cotidianos e áreas de lazer para a vizinhança que abrangem.	
		A1.2.2 Garantir a estruturação de uma rede cicloviária inicial já previstas em projetos em andamento (Triplificação BR-230 e Projeto Orla) de forma a fortalecer as centralidades intermediárias propostas e constituir uma rede policêntrica intramunicipal.	
		A1.2.3 Estabelecer um Fundo Local de Desenvolvimento Urbano e promover a recuperação de parte da valorização da terra por meio dos respectivos instrumentos urbanísticos, como a OODC, com vistas a ampliar a capacidade fiscal para a implantação de obras urbanas estratégicas.	

Quadro 10 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 2

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
O município de Cabedelo tem no turismo uma fonte central de geração de emprego e renda, vinculado ao patrimônio natural e histórico-edificado. Ao mesmo tempo, identificou-se a falta de integração entre as atividades existentes, além da carência de uma rede de apoio e estadia robusta que propiciasse uma permanência de longa duração dos turistas. Paralelamente, as populações tradicionais e o patrimônio cultural que preservam não possuem condições adequadas de atração de turistas, atividade que contribuiria com a complementação de renda e valorização da cultura local.	O cenário tendencial aponta para o ganho crescente de protagonismo de atrações específicas, que captam o fluxo turístico para tempos curtos de permanência. Assim, ocorre rápida dissipação de tal contingente de pessoas, que retorno às cidades de origem ou estadia, notadamente João Pessoa. Como consequência, tem-se uma crescente invisibilidade de potenciais atividades turísticas, como a visita às comunidades ribeirinhas tradicionais. Também ocorre o avanço na degradação do patrimônio histórico edificado existente em Cabedelo, que não tem recebido o necessário aporte de recursos para sua conservação e visitação.	O cenário desejável envolve a integração do conjunto de atrativos turísticos municipais, articulando os bens naturais já amplamente conhecidos (praias, Ilha de Areia Vermelha, Orla Fluvial do Jacaré, entre outros) com os bens históricos tombados e àqueles da cultura local, de forma a estimular o fluxo de turistas a conhecer mais profundamente o município, permanecendo mais tempo em Cabedelo e ampliando a geração de emprego e renda decorrente de tal atividade econômica. Para tanto, almeja-se haver uma oferta consistente de rede hoteleira e de atividades de apoio que levem Cabedelo a se constituir como um dos principais pontos turísticos da Paraíba.	Diante da limitação temporal do Plano Diretor em comparação ao tempo de estruturação de uma rede hoteleira e de integração turística municipal, o cenário prospectivo envolve o estabelecimento de estratégias e ações para criar uma rota turística intramunicipal, garantir a preservação dos bens tombados e a exploração sustentável do turismo natural e cultural, fortalecendo a economia local de base comunitária e promovendo o desenvolvimento endógeno.
DIRETRIZ 2	D2 Consolidar a atividade turística sustentável por meio de uma rede especializada de atividades que assuma o protagonismo exercido pelo patrimônio natural, histórico e cultural de Cabedelo para a estruturação do território		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E2.1 Estabelecer uma rota turística intramunicipal que conecte os principais atrativos turísticos naturais, históricos e culturais, de forma a tomar partido do intenso fluxo de veranistas para promover o desenvolvimento socioeconômico de toda a população local.	A2.1.1	Fomentar a estruturação da rota turística por meio da instalação de pontos de apoio ao turista, com informações sobre os atrativos, sugestões de percursos sequenciais e guias locais, além de infraestrutura de apoio, com banheiros e estacionamento. Tais pontos de apoio incluem estruturas fixas, mas também píer públicos, possibilitando o embarque seguro de turistas e a cobrança da taxa de serviço, constituindo uma forma de arrecadação para novos investimentos pelo município.	
	A2.1.2	Estabelecer parceria com agentes de desenvolvimento endógeno, como o IFPB, ICMBio e arranjos associativos locais visando a convergência de esforços para fortalecimento das bases territoriais de desenvolvimento turístico.	
E2.2 Fortalecer capacidades institucionais para a gestão integrada da rota turística intermunicipal	A2.2.1	Desenvolver um plano de ação para viabilizar a implementação de Rota Turística Intramunicipal por meio do Conselho Municipal de Turismo de Cabedelo (COMTUR), convergindo esforços às demais diretrizes de desenvolvimento territorial estabelecidas no Plano Diretor.	
	A2.2.2	Criar uma instância adicional, interna à estrutura do COMTUR, denominada Fórum de Turismo Local, com vistas a promover a integração dos atores do setor de turismo e da sociedade civil vinculados à temática. Este fórum terá como objetivo articular a estrutura turística já existente àquela de natureza potencial / latente de base comunitária, que poderiam se integrar as demais atividades ao contarem com suporte do poder público e dos demais agentes institucionalizados.	

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 11 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 3

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
A atividade portuária encontra-se encravada no centro tradicional do município, com significativos conflitos viários e de uso do solo tanto no entorno imediato do Porto Organizado de Cabedelo quanto nas áreas logísticas de apoio no bairro Recanto do Poço, lindeiras a áreas ambientalmente sensíveis. Há um conflito em face do entorno de bem tombado da Fortaleza de Santa Catarina, impactando sobre o fluxo turístico potencial. O fluxo de chegada e saída de cargas ocorre apenas por meio de caminhões. Não há a parada de navios de turismo no porto.	O cenário tendencial aponta para a ampliação dos conflitos viários e de uso do solo tendo em vista três variáveis centrais: a elevada taxa de crescimento demográfico, a crescente demanda por áreas de apoio à atividade portuária e a utilização exclusiva de caminhões para chegada e saída de produtos do porto. O risco de prejuízos crescentes à preservação da Fortaleza de Santa Catarina e a sua exploração turística não prementes. Os conflitos crescentes impactam diretamente na qualidade de vida urbana e na capacidade do município de garantir a esperada qualificação da ocupação urbana existente e vindoura. Há risco de degradação ambiental sobre as áreas de mangue.	O cenário desejável sinaliza para uma redução dos conflitos urbanos existentes, possibilitando tirar partido dos aspectos positivos advindos da atividade portuária sem que essa impacte sobre as atividades turísticas e demais atividades urbanas desenvolvidas em Cabedelo. Para tanto, almeja-se que parte das cargas passem a ser transportadas pela linha férrea, reduzindo o volume de caminhões circulando nas vias urbanas. Paralelamente, deseja-se o direcionamento da expansão das atividades logístico-portuárias para áreas aptas a este fim, distanciando-as da ocupação urbana consolidada.	Por se tratar de transformações de longo prazo, o cenário prospectivo acena para a concentração de novas edificações vinculadas à atividade portuária apenas no núcleo de apoio logístico proposto neste Plano Diretor. Há real possibilidade de implementação das obras de readequação da hierarquia viária municipal e das tratativas para estudos técnicos de utilização progressiva da linha férrea para transporte de cargas.
DIRETRIZ 3	D3 Equalizar as demandas logísticas advindas das atividades portuárias e industriais desenvolvidas no município, mitigando conflitos com demais usos urbanos.		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E3.1 Mitigar os conflitos urbanos por meio da implementação efetiva das diretrizes de ordenamento territorial e hierarquia viária.		A3.1.1	Instituir incentivos fiscais e tributários para estimular a instalação de novos empreendimentos na Zona Industrial. (U19)
		A3.1.2	Firmar parceria com órgãos ambientais e de controle supramunicipais para criação de um Grupo de Trabalho intersetorial, com vistas a ampliar ações de monitoramento das medidas mitigadoras e compensatórias previstas no EIA/RIMA dos empreendimentos portuários e correlatos, de forma a garantir a redução dos impactos ao contexto urbano em que se inserem. (U8)
E3.2 Viabilizar a utilização da linha férrea para transporte de parte das cargas movimentadas a partir do Porto Organizado de Cabedelo, reduzindo o fluxo de veículos pesados na cidade.		A3.2.1	Firmar parceria com a CBTU e IFPB para o desenvolvimento de estudos técnicos preliminares com vistas a incentivar o uso da linha férrea durante o período noturno para transporte de carga ao porto, reduzindo o volume de caminhões circulando na cidade.
		A3.2.2	Desenvolver e implementar Plano de Circulação Viária que restrinja o tráfego de veículos de carga na área central de Cabedelo, notadamente durante o horário comercial e períodos festivos.

Fonte: URBTEC™ (2023).

4.1.2. Estrutura fundiária e aspectos habitacionais

Conforme discutido no Produto 3, há uma carência significativa de dados para subsidiar o diagnóstico habitacional e da estrutura fundiária municipal. Um aspecto central para a política habitacional é o adequado dimensionamento do déficit, por tipologia e faixa de renda. Para tanto, faz-se necessário possuir dados consistentes sobre a realidade, envolvendo o mapeamento dos assentamentos informais consolidados, sua classificação quanto aos níveis de precariedade urbanística e habitacional, sua caracterização em termos de estrutura fundiária e a quantificação de unidades e famílias residentes. Paralelamente, o mapeamento de áreas de risco é fundamental. Sem estas informações, o desenho de estratégias específicas de resposta habitacional arrisca ser insuficiente, impreciso e até mesmo contraditório às reais demandas locais.

Por isso, as Diretrizes para as questões habitacionais passam pela construção de capacidade institucional pelo governo local para produzir respostas robustas à questão. Mesmo sem dados precisos, tem-se que aproximadamente 30% das residências de Cabedelo possuem algum grau de irregularidade fundiária. Paralelamente, o diagnóstico realizado no Produto 3 apontou para um elevadíssimo número de lotes em que a taxa de ocupação ultrapassa significativamente o parâmetro previsto pelo zoneamento vigente, do qual depreende-se haver um alto grau de irregularidade edilícia. Por fim, os dados disponíveis de infraestrutura urbana apontam para a ausência generalizada de redes de drenagem urbana e esgotamento sanitário, com situação também precária de extensão da malha viária pavimentada bem como da rede de calçadas.

A Zona Residencial 4, estabelecida no Zoneamento vigente, apesar de anunciar que está voltava à habitação social, não pode ser plenamente equiparada à ZEIS em face da ampla possibilidade de usos permitidos. Em levantamento realizado no diagnóstico, identificou-se que mais de 60% dos lotes em ZR4 possui taxa de ocupação superior ao permitido para a zona. Além disso, deve-se pontuar que as ZEIS, em sua concepção original, constituem áreas específicas em que (i) se reconhecem assentamentos informais consolidados, para os quais prevê-se a urbanização e regularização fundiária ou (ii) se identificam vazios urbanos e áreas subutilizadas nas quais há interesse para implantação de conjuntos habitacionais, restringindo usos permitidos e parâmetros para este fim. Mostra-se, portanto, fundamental, estabelecer estratégias consistentes de promoção do

direito à moradia à população de baixa renda de Cabedelo, seja na melhoria das condições urbanísticas e habitacionais, via provisão de habitação de interesse social ou aluguel social.

Neste contexto, três desafios se colocam ao Plano Diretor de Cabedelo. O primeiro deles tem relação com a construção de capacidade institucional para responder à demanda de habitação social municipal. Faz-se fundamental construir uma base de dados robusta da realidade para estabelecer prioridades de ação, bem como reativar o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação, que atualmente não estão em funcionamento. O segundo desafio diz respeito à resposta imediata às demandas de áreas historicamente consolidadas em Cabedelo e para as quais faz-se urgente a garantia de condições urbanísticas mínimas e de realocação nos casos necessários. Trata-se de respostas emergenciais enquanto as capacidades institucionais para resposta habitacional integral são construídas. O terceiro desafio está no controle do parcelamento e uso do solo para além dos assentamentos informais, fortalecendo a capacidade institucional da prefeitura para licenciamento e monitoramento da ocupação urbana, tanto em termos de consultas e autorizações, quanto de fiscalização, embargo e judicialização com vistas à ação cominatória de demolição. Trata-se de um conjunto de atividades técnicas especializadas e que demanda estruturação processual e de recursos humanos para a plena efetivação.

Diante dos três desafios centrais para os aspectos habitacionais e a estrutura fundiária, propõe-se um conjunto de duas diretrizes que responde articuladamente às questões. O desdobramento destas diretrizes em estratégias e ações é apresentado nos quadros presentes nas páginas seguintes.

- **Diretriz 4.** Garantir o pleno direito à moradia digna em Cabedelo por meio da construção de capacidade institucional municipal e resposta emergencial à questão habitacional.
- **Diretriz 5.** Garantir o adequado processo de parcelamento e ocupação do solo urbano por meio de processos efetivos e consistentes de licenciamento, monitoramento e fiscalização urbana.

Quadro 12 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 4

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
Há uma extensão significativa de assentamentos informais com condições precárias de habitabilidade e saneamento básico. Sua localização é majoritariamente sobre áreas ambientalmente sensíveis, em um quadro de gravidade para a população residente e para os recursos naturais do entorno. Paralelamente, não há uma estrutura adequada de resposta à habitação social ou mesmo dados suficientemente robustos para subsidiar a ação pública.	Sem o mapeamento preciso das áreas de risco, a caracterização dos assentamentos informais de Cabedelo e uma estrutura institucional adequada, o cenário tendencial aponta para o agravamento do quadro atual, com avanço da ocupação irregular sobre áreas de preservação ambiental. A periferização tende a se acentuar, aprofundando o quadro de desigualdade socioespacial já observado no município.	O cenário desejado sinaliza para a requalificação urbanística e habitacional das áreas de assentamentos informais consolidadas, aliada à provisão habitacional e a oferta de unidades de aluguel social que, em conjunto, permitirão a garantia plena ao direito à moradia digna para os moradores de Cabedelo.	Diante das medidas de longo prazo demandas para o cenário desejável, o cenário prospectivo envolve a consolidação da capacidade institucional para resposta à demanda habitacional, com levantamentos extensivos das áreas existentes, formação de bancos de terras municipais e implementação de instrumentos urbanísticos de garantia do direito à moradia e recuperação da valorização da terra, nos termos previstos no Estatuto da Cidade. Ademais, almeja-se a implementação de melhorias emergenciais nos assentamentos informais consolidados.
DIRETRIZ 4	D4 Garantir o pleno direito à moradia digna em Cabedelo por meio da construção de capacidade institucional municipal e resposta emergencial à questão habitacional		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E4.1 Fortalecer a capacidade institucional local para responder às demandas de habitação social	A4.1.1	Desenvolver um Plano de Regularização Fundiária Sustentável no qual se realize um levantamento extensivo dos assentamentos informais consolidados de Cabedelo, caracterizando sua situação fundiária, urbanística, edilícia e socioeconômica, de forma a permitir a delimitação de estratégias consistentes de resposta habitacional pelo governo local. (U14 U15 U35)	
	A4.1.2	Prospectar e adquirir terrenos prioritários para formação de banco de terras municipais, visando a utilização futura para provisão habitacional. O banco de terras poderá ser formado por áreas com incidência do direito de preempção, áreas concedidas como medida compensatória de empreendimentos de grande porte ou adquiridas com recursos do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano, já mencionado nas diretrizes de Uso e Ocupação do Solo Urbano. (U14 U15)	
	A4.1.3	Negociar junto à órgãos estaduais e federais a doação de terrenos sob sua propriedade para a implementação de programas habitacionais de interesse social. (U14 U15)	
	A4.1.4	Garantir a efetiva implementação das Zonas Especiais de Interesse Social previstas no novo Zoneamento, restringindo os empreendimentos permitidos apenas àqueles destinados a este fim. (U14 U15)	
	A4.1.5	Reservar um percentual mínimo de 30% dos recursos do (futuro) Fundo Local de Desenvolvimento Urbano para investimentos em habitação de interesse social. (U14 U15)	
	A4.1.6	Reativar o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação Social, garantindo o controle social e a plena gestão democrática da política habitacional local.	
	A4.1.7	Estabelecer benefícios fiscais e tributários para empreendimentos de habitação social destinados a famílias de 0 a 5 s.m.	
E4.2 Responder de forma emergencial as demandas mais prementes de habitação social de Cabedelo	A4.2.1	Implementar obras de infraestrutura mínima de saneamento básico e habitabilidade nos assentamentos informais consolidados do Rabo da Gata, Salinas Ribamar, Jardim Gama, Lixão e Moinho Antigo, tidos como prioridade emergencial desde o PLHIS de 2013. (I2 I7 I11)	
	A4.2.2	Realizar a demarcação urbanística de áreas ocupadas por assentamentos informais nos termos da Lei Federal nº 13465/2017, conferindo maior segurança da posse aos moradores enquanto não se avança para o processo integral de urbanização e regularização fundiária. (U15)	
	A4.2.3	Atualizar o cadastro da fila habitacional no prazo máximo de 1 ano, de forma a possuir dados concretos que subsidiem a ação pública no campo habitacional. (U14 U15 U35)	
	A4.2.4	Promover a realocação emergencial de famílias residentes em áreas de risco, estabelecendo parceria com órgãos estaduais e federais para a necessária provisão habitacional. (U14 U15 U19 U35)	

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 13 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 5

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
O cenário atual aponta para um quadro amplo e complexo de irregularidade fundiária e edificação englobando não apenas as áreas de assentamentos informais, mas também áreas centrais consolidadas em que não são respeitados os parâmetros previstos no Zoneamento vigente. Os processos de licenciamento e fiscalização do parcelamento, uso e ocupação do solo também se mostram insuficientes para regular de forma efetiva as atividades em curso no município.	O cenário tendencial sugere o agravamento da situação no quadro urbano de Cabedelo com sobreutilização do solo urbano e inefetividade dos instrumentos de planejamento, com desdobramentos também na sobrecarga dos sistemas de mobilidade urbana e infraestruturas de saneamento.	Almeja-se a recuperação do controle urbano por meio do licenciamento e fiscalização do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano em Cabedelo, garantindo o atendimento as diretrizes e parâmetros planejados que, junto com a consecução dos projetos estratégicos previstos neste plano, possibilitarão ao município alcançar um desenvolvimento urbano sustentável.	Em face do extenso prazo de consolidação do cenário desejável, prospectivamente sinaliza-se para o fortalecimento da capacidade institucional de controle do licenciamento e fiscalização, com resposta direta sobre novos empreendimentos em instalação no município.
DIRETRIZ 5	D5 Garantir o adequado processo de parcelamento e ocupação do solo urbano por meio de processos efetivos e consistentes de licenciamento, monitoramento e fiscalização urbana.		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E5.1 Fortalecer a capacidade institucional local para gestão do licenciamento e fiscalização do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano	A5.1.1	Desenvolver um Plano de Ação para concentrar ações fiscalizatórias sobre as situações de maior complexidade no município.	
	A5.1.2	Aprimorar os processos de fiscalização urbana para encaminhar casos complexos para ingresso de ações judiciais com vistas a ações cominatórias de demolição.	
	A5.1.3	Estabelecer uma Comissão Especial de Aprovação de Loteamentos, integrando diferentes secretaria com o objetivo de facilitar a regularização de loteamentos irregulares com condições de adequação à legislação vigente.	
	A5.1.4	Realizar estudos técnicos com vistas a definir novos critérios para a Lei de Regularização Edilícia, haja vista que a normativa vigente proíbe o avanço sobre o recuo frontal e esta é uma característica majoritária das edificações em situação irregular.	
	A5.1.5	Incluir no planejamento municipal de longo prazo a previsão de abertura de concurso público para provimento de novas vagas em cargo efetivo com vistas a manutenção do corpo técnico da SECOS. Recorda-se que o poder de polícia só pode ser exercido por servidores de carreira, o que implica na necessidade de manter, em seu corpo técnico, servidores estatutários em quantidade suficiente para cumprimento de seu mister.	

Fonte: URBTEC™ (2023).

4.1.3. Saneamento básico

O acesso à água e aos outros serviços de saneamento básico (como a coleta e o tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos e drenagem) é recurso essencial para a saúde, sustentabilidade ambiental e prosperidade econômica e configura um objetivo específico da agenda 2030. Desse modo, busca-se assegurar que o acesso a água e saneamento seja garantido para todos, independentemente de condição social, econômica e cultural, visando ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, como em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento (PACTO GLOBAL, 2020).

Reforçando a necessidade de adoção de políticas públicas que considerem as inter-relações entre os vetores determinantes do desenvolvimento equilibrado, destacam-se os seguintes ODS (introduzidos no Princípios para a revisão do PDM) associados ao tema de saneamento básico: ODS 6 (Água Potável e Saneamento – Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis). No Brasil, o Marco Legal de Saneamento Básico, Lei Federal nº 14.026/2020, tem o objetivo de universalizar e qualificar os serviços no setor até 2033.

A partir das análises realizadas no Produto 3 da revisão do Plano Diretor de Cabedelo, são abordadas a seguir as problemáticas relacionadas ao saneamento básico no município, com o objetivo de subsidiar as diretrizes propostas. Identifica-se como um primeiro tópico que 100% da população cabedelense é atendida pelo abastecimento de água. O sistema, no entanto, apresenta oscilações no fornecimento, em especial em períodos de alta temporada, conforme apontado pelo Plano Municipal de Saneamento Básico (2015) e relatado nos Fóruns Comunitários dessa revisão. Relata-se, ainda, que a informação sobre os períodos de falta de água não é clara. Em termos quantitativos, registra-se um aumento de 20% no consumo residencial de água nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro em relação ao consumo médio (CAGEPA, 2020, p. 36). Além disso, espera-se um aumento de aproximadamente 27% na demanda de abastecimento de água nos próximos 10 anos (CAGEPA, 2020, p. 44).

Em relação ao esgotamento sanitário, observa-se uma baixa extensão da rede de coleta, atendendo apenas aproximadamente 38% da população. As áreas com rede em funcionamento concentram-se nos bairros de Camboinha, Intermares, Jardim Mangueiros e Jardim Brasília. Outros bairros (Areia Dourada, Camalaú e Formosa) possuem rede implantada, porém sem funcionamento por falta de infraestruturas como estações elevatórias. Assim, tem-se uma porção relevante do território de Cabedelo que depende de soluções alternativas para o esgotamento sanitário, representando risco de contaminação do lençol freático ou incorrendo em situações de lançamento de efluentes sem tratamento em corpos hídricos.

Paralelamente, a geomorfologia de Cabedelo apresenta desafios para a drenagem urbana no município, devido às baixas declividades presentes em todo o território, à baixa profundidade do lençol freático e à proximidade com corpos hídricos. Essas características, associadas ao fato de o município não possuir sistema de drenagem de águas pluviais em diversas áreas, resultam na ocorrência de uma série de alagamentos e enchentes em períodos chuvosos.

Quanto ao manejo de resíduos sólidos, destaca-se que a coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos (RSU) é feita pela Prefeitura Municipal, atendendo a todos os bairros. O resíduo é destinado para o Aterro Sanitário Metropolitano, localizado em João Pessoa². Ainda assim, observa-se o descarte de resíduos irregular em diversas áreas de Cabedelo, em especial resíduos sólidos da construção civil (RCC).

Por fim, em termos institucionais, ressalta-se que a Prefeitura de Cabedelo compartilha a responsabilidade pelos serviços de saneamento com outros entes — o abastecimento de água e o esgotamento sanitário são planejados, executados e operados pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), e os resíduos sólidos, como mencionado, se beneficiam da destinação para o Aterro Sanitário Metropolitano. Isso indica que existe o desafio de articulação interinstitucional para a superação das deficiências nos serviços, mas também a oportunidade de desenho de soluções compartilhadas.

A partir dessas considerações, propõe-se, como resposta às problemáticas colocadas uma diretriz cujo conjunto de estratégias busca abordar cada um dos desafios

² Cabedelo integra o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal da Região Metropolitana de João Pessoa (CODIAN) em conjunto com os municípios de Santa Rita, Bayeux, Conde, Caaporã, Alhandra e João Pessoa para compartilhamento do Aterro Metropolitano de João Pessoa.

descritos as oscilações no abastecimento de água, a baixa extensão da rede de esgotamento sanitário, a falta de drenagem adequada e a destinação irregular de resíduos:

- **Diretriz 6.** Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos).

Quadro 14 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 6

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
SANEAMENTO BÁSICO			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
O município apresenta deficiências nos serviços de saneamento básico, em especial na coleta e tratamento de esgoto e na drenagem urbana. Cabedelo compartilha a responsabilidade pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário com a concessionária CAGEPA. Existem dificuldades quanto à drenagem, pelas características do município, sendo a manutenção da rede realizada pela SEINFRA. Quanto ao manejo dos resíduos sólidos, a coleta e destinação (para o Aterro Sanitário Metropolitano) é realizada pela Prefeitura, mas existe o descarte irregular em diversas áreas, em especial de RCC.	O cenário tendencial, considerando-se o horizonte de crescimento significativo da população, tanto residente quanto sazonal, aponta para o agravamento dos problemas relativos ao saneamento básico, diante do descompasso entre esse crescimento e a implantação de novas infraestruturas.	Almeja-se a universalização dos serviços de saneamento básico, a partir do aprimoramento da infraestrutura já implantada e da sua ampliação para áreas ocupadas, porém desatendidas, do território, bem como para áreas previstas para o adensamento populacional futuro.	Por se tratar de um desafio de longo prazo, envolvendo diferentes atores para a sua consecução, e diante da limitação de recursos municipais, vislumbra-se a consolidação da capacidade institucional da Prefeitura, assim como o fortalecimento das parcerias interinstitucionais, relacionadas aos serviços de saneamento. Ademais, almeja-se a ampliação da captação de recursos para obras de infraestrutura, com planejamento e priorização de investimentos.

DIRETRIZ 6 D6 Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E6.1 Ampliar a capacidade institucional da Prefeitura para o monitoramento e planejamento dos serviços de saneamento básico, bem como para a articulação com diferentes entes	A6.1.1 Consolidar um órgão integrante do Poder Executivo municipal dedicado ao saneamento, com o objetivo de articular as demandas da população nos seus quatro componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos).
	A6.1.2 Implantar sistema de informações de saneamento básico, com informações georreferenciadas, inclusive compatibilizando as informações entre a Prefeitura e a concessionária.
	A6.1.3 Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico (2015), tendo em vista a sua previsão de revisão a cada quatro anos.
	A6.1.4 Avaliar a possibilidade de firmar parcerias público-privadas para melhorar os serviços de saneamento (I1)
E6.2 Aumentar a capacidade, a eficiência e a extensão das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	A6.2.1 Fortalecer as parcerias interinstitucionais com o Governo do Estado e com a CAGEPA, atual concessionária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. (U4)
	A6.2.2 Implementar medidas para a diminuição do volume perdido na rede de abastecimento de água.
	A6.2.3 Aumentar a capacidade de fornecimento da rede de abastecimento de água, como pela construção de reservatórios de armazenagem, buscando a regularidade no serviço em todas as regiões e épocas do ano (I7 I8)
	A6.2.4 Promover meios de monitoramento do sistema de abastecimento de água, para aumentar a capacidade de resposta e melhorar a comunicação aos usuários do sistema em situações de falta de água. (I6)
	A6.2.5 Ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, priorizando áreas mais populosas e desatendidas, bem como áreas previstas para o adensamento futuro, buscando a universalização do serviço. (I2)
	A6.2.6 Fiscalizar ligações clandestinas de esgoto e despejo de poluentes na rede de drenagem e nos corpos hídricos.
	A6.2.7 Promover campanhas educativas e mecanismos de fiscalização sobre o uso da água, para evitar gastos com usos não prioritários. (I5)

DIRETRIZ 6 D6 Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)	
ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E6.3 Melhorar as condições de drenagem para sanar ou mitigar situações de risco de alagamentos	A6.3.1 Monitorar os sistemas de drenagem do município, incluindo no sistema de informações de saneamento básico a identificação da infraestrutura existente — sua capacidade e condição de drenagem — e o registro das ocorrências de alagamentos.
	A6.3.2 Realizar manutenção e ampliação dos sistemas de drenagem, com a implantação de novas galerias ou de soluções alternativas, como áreas para retenção de água (U1 U2 U6 U25 I9 I11)
	A6.3.3 Buscar prever a instalação de infraestrutura de drenagem em todas as obras de pavimentação (I3)
	A6.3.4 Integrar mecanismos de retenção e de drenagem pluvial, como reservatórios de armazenamento de água e de amortecimento de vazões, como exigência para grandes empreendimentos.
	A6.3.5 Adquirir áreas, utilizando-se de instrumentos com o Diretor de Preempção, para a implantação de infraestruturas de contenção.
	A6.3.6 Ampliar a taxa de permeabilidade do solo, por meio da fiscalização de situações de impermeabilização irregular do solo, bem como buscando alternativas para pavimentos impermeáveis em obras públicas. (U5 U12 U13 I10)
E6.4 Melhorar a ampliar o sistema de gestão de resíduos sólidos	A6.4.1 Fortalecer as parcerias intermunicipais, no âmbito da governança na Região Metropolitana de João Pessoa, para buscar soluções compartilhadas para o manejo de resíduos sólidos, em especial os RCC.
	A6.4.2 Promove a valorização dos resíduos do município, com a ampliação e criação de novas unidades de triagem e com o engajamento de empresas e consumidores para destinação de seus resíduos a cooperativas de reciclagem.
	A6.4.3 Criar programa de apoio às associações de catadores e outros entes que geram renda a partir dos resíduos recicláveis.
	A6.4.4 Promover campanhas de conscientização quanto a destinação de resíduos sólidos (U3 I4).
	A6.4.5 Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos, a exemplo do projeto piloto no bairro do Poço.
	A6.4.6 Avaliar a possibilidade de criação de pátios de compostagem para a destinação de resíduos orgânicos compostáveis, visando a redução do volume destinado ao aterro sanitário.
	A6.4.7 Implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

Fonte: URBTEC™ (2023).

4.1.4. Equipamentos comunitários e sociais

A avaliação dos equipamentos já existentes e de suas condições, bem como das necessidades e demandas da população em relação a estes serviços, mostra-se essencial para a elaboração de diretrizes e ações que visem garantir o acesso universal e a qualidade dos serviços públicos em Cabedelo. Considerando as condições de desigualdade social e carência no acesso aos serviços essenciais no município, as proposições de tal temática visam contribuir para a consolidação de uma cidade mais inclusiva, capaz de fornecer melhor qualidade de vida para seus habitantes como um todo, tanto no que diz respeito à educação, quanto à saúde, lazer e segurança.

Dessarte, um dos principais tópicos para a elaboração de propostas trata-se dos serviços relativos aos equipamentos de educação no município. Conforme foi constatado ao longo do diagnóstico municipal, são muitos os desafios no sistema público de ensino em Cabedelo, tais como os altos índices de abandono escolar, a ausência de vagas em creches e escolas, a necessidade de melhoria da qualidade do ensino e da estrutura das escolas e a concentração de equipamentos de educação em partes específicas do território. Nesse último tópico, observa-se a concentração específica de equipamentos de educação na porção norte do município, enquanto nota-se a deficiência na distribuição de creches em algumas regiões de Cabedelo. Assim, considera-se a importância no desenvolvimento de estratégias e políticas educacionais que reduzam as desigualdades e garantam o acesso igualitário em todos os bairros do município.

Outro tópico a ser abordado diz respeito aos **equipamentos de saúde** de Cabedelo, os quais carecem de melhorias no serviço de atendimento e comunicação com a população, além da necessidade de construção de novos postos em áreas com maior defasagem de unidades de saúde. Frente a isso, destaca-se a importância em elaborar estratégias que visem à equidade no acesso aos serviços, especialmente em áreas onde há ausência de unidades de saúde próximas.

Paralelamente, os equipamentos de assistência social são essenciais para garantir a proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, pontua-se a importância de priorizar a ampliação das unidades de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo importante o aprimoramento dos

equipamentos sociais para acessibilidade das pessoas com necessidades especiais e a construção de uma nova cozinha comunitária para atender a demanda da população.

Também são temas relevantes surgidos na análise dos equipamentos públicos do município os equipamentos de segurança e os de lazer no município, tendo sido verificada a carência do melhor treinamento e aumento do quadro técnico no setor de segurança pública, e a necessidade de melhor tratamento e desenho dos espaços públicos destinados ao lazer, como parques e praças.

As diretrizes para os equipamentos comunitários e sociais na Revisão do Plano Diretor de Cabedelo são elaboradas contanto **com três principais diretrizes**, originadas a partir das demandas dos setores de educação, saúde e assistência social, principalmente. Destaca-se aqui que os equipamentos de segurança foram incorporados às diretrizes de Assistência Social, enquanto os equipamentos públicos de lazer encontram-se trabalhados em outras temáticas além de equipamentos comunitários, por exemplo.

Também se reitera a compatibilidade de tais diretrizes junto ao Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estando entre eles: ODS 1 (Erradicação da Pobreza – Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares); ODS 10 (Redução das Desigualdades – Reduzir a desigualdade no interior dos países e entre países); e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis – Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis).

Dessa forma, as diretrizes são as seguintes:

- **Diretriz 7.** Garantir a qualificação da oferta e distribuição de equipamentos de educação em cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população.
- **Diretriz 8.** Reduzir a taxa de mortalidade infantil e garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Saúde em Cabedelo.
- **Diretriz 9.** Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.

Quadro 15 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 7

ASPECTOS SOCIOESPAIAIS			
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
A distribuição dos equipamentos de educação em Cabedelo mostra uma concentração significativa de instituições educacionais nos bairros da região norte do município. No entanto, os bairros de Salinas, Parque Verde, Morada Nova, Ribamar, Renascer, Jacaré, Portal do Poço, Recanto do Poço, Camboinha, Jardim Camboinha e Centro apresentam alguma defasagem no que diz respeito a creches e outros equipamentos educacionais. Há escolas com salas de aula insuficientes e falta de espaços adequados para atividades extracurriculares. Isso compromete a qualidade do ensino e o atendimento às necessidades da comunidade.	Se nenhuma proposta ou ação for tomada nos próximos anos, é provável que a situação de infraestrutura básica em Cabedelo se deteriore ainda mais. A falta de investimentos contínuos pode levar ao aumento das deficiências, com escolas superlotadas, espaços inadequados e dificuldades para atender às demandas da população, dificultado também o acesso igualitário à educação em todas as localidades do município.	O cenário desejável para a infraestrutura básica em Cabedelo relaciona-se com a disponibilidade de equipamentos comunitários e sociais de qualidade, atendendo às necessidades da população. Isso inclui escolas com espaços amplos e bem equipados, áreas de lazer e esportes acessíveis, bibliotecas, centros comunitários e outros espaços que promovam o desenvolvimento social e educacional da comunidade com uma distribuição equitativa dos equipamentos.	Considerando a limitação de prazo envolvendo o Plano Diretor, é possível tomar algumas ações para melhorar a infraestrutura básica em Cabedelo. Isso pode incluir a busca por parcerias com instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil para obter recursos financeiros e apoio na construção e revitalização de equipamentos comunitários e sociais. Além disso, é importante direcionar recursos existentes para aprimorar as condições das escolas e criar espaços adequados para atividades extracurriculares.
DIRETRIZ 7	D7 Garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Educação em Cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população municipal.		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E7.1 Implementar escolas, creches e instituições de ensino superior nos bairros com defasagem, buscando reduzir as desigualdades espaciais e garantir o acesso à educação em todas as localidades.		A7.1.1 Elaborar plano para instalação e reforma de escolas, creches e instituições, a partir das necessidades educacionais levantadas nos bairros do município, estando entre eles Salinas, Parque Verde, Morada Nova, Ribamar, Renascer, Jacaré, Portal do Poço, Recanto do Poço, Camboinha, Jardim Camboinha e Centro. (S14 C19)	
		A7.1.2 Criar um banco de terras públicas com vistas a implantação de equipamentos de educação, por meio da utilização dos instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e do Direito de Preempção.	
		A7.1.3 Promover a instalação de creches e colégios com acessibilidade nos bairros em defasagem, dando prioridade para a implantação do turno integral. (S18 C5)	
		A7.1.4 Implementar / fortalecer o sistema de transporte escolar para garantir o acesso dos alunos a instituições educacionais mais distantes de suas residências.	
		A7.1.5 Priorizar a ampliação de vagas e o melhoramento da qualidade de ensino ofertado no município. (S15)	
		A7.1.6 Realizar pesquisa que avalie as causas da evasão/desistência de alunos em cursos e escolas. (C18)	
		A7.1.7 Desenvolver programas de educação para adultos, com foco na conclusão do ensino fundamental, visando reduzir a taxa de pessoas sem escolaridade adequada.	
		A7.1.8 Aprimorar a forma de vistoria sobre o número de vagas, inserindo os pais como vetores de fiscalização (S16 S17)	
E7.2 Estabelecer parcerias com instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil para obter recursos financeiros e apoio na construção e revitalização dos equipamentos educacionais nos bairros com defasagem.		A7.2.1 Buscar parcerias com instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil interessadas em apoiar a construção e revitalização dos equipamentos educacionais.	
		A7.2.2 Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior para ampliar a oferta de cursos e oportunidades de formação acadêmica.	
		A7.2.3 Fornecer acesso igualitário a recursos e tecnologia educacionais para todos os alunos.	

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 16 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 8

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
<p>Cabedelo enfrenta atualmente o desafio de reduzir a taxa de mortalidade infantil, apesar de ter registrado uma tendência positiva de redução entre os anos 2000 e 2010. No entanto, nos últimos anos, observou-se um aumento nessa taxa, demandando atenção por parte da gestão municipal e estadual. Além disso, o município ainda não alcançou a meta estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa situação requer a intensificação de esforços para melhorar os índices de saúde infantil.</p>	<p>Caso nenhuma ação seja tomada nos próximos anos, há uma tendência de aumento na taxa de mortalidade infantil em Cabedelo. Sem intervenções adequadas, os índices podem continuar subindo, comprometendo os avanços alcançados anteriormente. É crucial tomar medidas para reverter essa tendência e evitar um cenário desfavorável para a saúde infantil no município.</p>	<p>No cenário desejável, Cabedelo pode reduzir significativamente a taxa de mortalidade infantil, atingindo e superando as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um contexto ideal, onde a saúde infantil é uma prioridade e os índices encontram-se abaixo dos níveis considerados aceitáveis. Esse cenário seria resultado de ações efetivas, investimentos adequados e políticas públicas eficientes voltadas para a promoção da saúde infantil.</p>	<p>O cenário prospectivo para a taxa de mortalidade infantil em Cabedelo envolve a implementação de medidas imediatas e de curto prazo para reverter o aumento observado. Seriam adotadas estratégias eficazes, como a ampliação do acesso aos serviços de saúde, a implementação de programas de prevenção e promoção da saúde infantil, e o fortalecimento da rede de atenção básica. Essas ações seriam voltadas para a melhoria dos índices de saúde infantil no município, mesmo diante das restrições temporais impostas pelo Plano Diretor.</p>
DIRETRIZ 8	D8 Reduzir a Taxa e Mortalidade Infantil e garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Saúde em Cabedelo.		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E8.1 Intensificar as ações de saúde infantil, implementando programas de saúde materno-infantil, incluindo pré-natal de qualidade, vacinação e acompanhamento dos primeiros anos de vida.	A8.1.1	Realizar campanhas de conscientização sobre cuidados com a saúde materno-infantil.	
	A8.1.2	Investir na capacitação dos profissionais de saúde para fornecer um atendimento adequado às gestantes e crianças. (S2)	
	A8.1.3	Monitorar e avaliar regularmente os indicadores de saúde infantil para identificar lacunas e implementar medidas corretivas.	
E8.2 Fortalecer da rede de saúde, ampliando a disponibilidade de Unidades de Saúde da Família, especialmente nos bairros sem unidades próximas, além de garantir o acesso a serviços especializados, como hospitais e CAPS, por meio de transporte público eficiente.	A8.2.1	Estabelecer parcerias com instituições e organizações locais para fortalecer a rede de saúde.	
	A8.2.2	Compartilhar boas práticas e experiências com a capital João Pessoa no combate à taxa de mortalidade infantil.	
	A8.2.3	Promover a acessibilidade aos serviços de saúde em todas as regiões do município, especialmente nos bairros sem unidades de saúde próximas, como Oceania, Portal do Poço, Jacaré, Renascer e Centro. (S1 S3 S6)	
	A8.2.4	Garantir o acesso ao transporte público eficiente e seguro para facilitar o deslocamento dos usuários aos hospitais e CAPS.	
	A8.2.5	Garantir a oferta de atendimento nos equipamentos de saúde durante o período noturno. (S4)	
	A8.2.6	Melhorar as formas de comunicação da prefeitura com a população, garantindo um novo serviço de contato por telefone com a rede de saúde da prefeitura, que notifique o agendamento de consultas, por exemplo. (S5 C15 C16)	

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 17 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 9

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
<p>Cabedelo enfrenta desigualdade social e sofre com a falta de acesso aos serviços essenciais, afetando negativamente a qualidade de vida da população. A inclusão das comunidades tradicionais nas políticas e serviços públicos é limitada. A acessibilidade para pessoas com necessidades especiais em espaços públicos, edificações e serviços é insuficiente. A localização e a capacidade de atendimento do CRAS precisam ser revistas, além de haver a necessidade de construção de uma nova cozinha comunitária.</p>	<p>Em um cenário para os próximos anos, caso nenhuma ação seja tomada, a desigualdade social e o acesso limitado aos serviços essenciais persistirão em Cabedelo. As comunidades tradicionais continuarão excluídas das políticas e serviços públicos disponíveis. A acessibilidade para pessoas com necessidades especiais permanecerá insatisfatória. Ainda, a localização e capacidade de atendimento do CRAS não serão aprimoradas, e a necessidade de uma nova cozinha comunitária não será atendida.</p>	<p>Em um cenário desejável, Cabedelo pode reduzir a desigualdade social e garantir o acesso universal aos serviços essenciais. As comunidades tradicionais são plenamente incluídas nas políticas e serviços públicos, promovendo sua participação ativa. A acessibilidade para pessoas com necessidades especiais é plenamente garantida em todos os espaços públicos, edificações e serviços. O CRAS está estrategicamente localizado e possui a capacidade adequada de atendimento. Além disso, uma nova cozinha comunitária é construída para atender às demandas da população.</p>	<p>O cenário prospectivo prevê a redução da desigualdade social e avanços no acesso aos serviços essenciais. Podem ser implementadas ações específicas para incluir as comunidades tradicionais nas políticas e serviços públicos. A acessibilidade para pessoas com necessidades especiais possui a capacidade de ser aprimorada, mesmo que de forma gradual. Seriam realizados análises e ajustes na localização e capacidade de atendimento do CRAS, priorizando recursos disponíveis. A construção da nova cozinha comunitária também poderia ser planejada.</p>
DIRETRIZ 9	D9 Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E9.1 Desenvolver uma abordagem integrada para reduzir as desigualdades sociais em Cabedelo, focando em medidas que abranjam diferentes dimensões, em acordo com Plano Municipal de Assistência Social (2022).	A9.1.1	Promover investimentos e incentivos para atrair empresas e gerar empregos nas regiões mais desfavorecidas, além de oferecer programas de capacitação profissional e apoio ao empreendedorismo, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade. (E8)	
	A9.1.2	Promover a participação ativa da comunidade na definição, implementação e monitoramento das políticas públicas, por meio de conselhos comunitários, audiências públicas e mecanismos de diálogo, garantindo que as necessidades e demandas locais sejam consideradas.	
	A9.1.3	Ampliar o quadro técnico relacionada aos serviços de segurança pública, incluindo cursos para capacitação e melhoramento da comunicação. (S19 S20 S23)	
	A9.1.4	Implementar políticas de desenvolvimento sustentável para as comunidades ribeirinhas, garantindo o acesso a serviços básicos, como saúde, educação, água potável e saneamento, e promovendo a valorização de suas culturas e modos de vida.	
E9.2 Promover a acessibilidade em Cabedelo por meio de ações abrangentes e sistemáticas que visem eliminar as barreiras arquitetônicas e de comunicação, capacitar profissionais e estabelecer parcerias especializadas.	A9.2.1	Realizar um levantamento detalhado das principais barreiras de comunicação existentes em espaços públicos, edificações e serviços. Esse levantamento servirá como base para a elaboração de um plano de eliminação gradual dessas barreiras, priorizando as áreas de maior demanda e vulnerabilidade. (C10 C7 C10 S10)	
	A9.2.2	Promover a capacitação contínua dos profissionais da área de atendimento ao público, como servidores públicos, funcionários de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, por meio de cursos e treinamentos que abordem a importância da inclusão e ofereçam orientações sobre como oferecer um atendimento inclusivo, respeitoso e sensível às necessidades das pessoas com deficiência. (S21)	
	A9.2.3	Estabelecer parcerias com organizações especializadas em acessibilidade e tecnologia assistiva, como instituições de pesquisa, ONGs e empresas do setor, visando obter recursos e expertise técnica para promover a acessibilidade em todos os setores. Essas parcerias podem viabilizar a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, como rampas de acesso, dispositivos de comunicação alternativa, audiodescrição, entre outros, de acordo com as necessidades específicas identificadas.	
E9.3 Fortalecer o CRAS e construir uma nova Cozinha Comunitária em Cabedelo por meio de ações que envolvam estudos de demanda, capacitação dos profissionais e busca por parcerias.	A9.3.1	Realizar estudos de demanda para identificar as áreas do município de Cabedelo com maior vulnerabilidade social e necessidade de expansão dos CRAS. A partir desses estudos, definir a localização estratégica para a ampliação dos CRAS, garantindo que estejam próximos às comunidades em situação de maior vulnerabilidade (C12)	
	A9.3.2	Criar um banco de terras públicas com vistas a implantação de um novo CRAS e uma cozinha comunitária, por meio da utilização dos instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e do Direito de Preempção.	
	A9.3.3	Investir na capacitação dos profissionais que atuam nos CRAS, oferecendo treinamentos e cursos para aprimorar suas habilidades e conhecimentos. Essa capacitação deve abranger áreas como atendimento humanizado, orientação adequada aos usuários e articulação com outros serviços e programas sociais.	
	A9.3.4	Realizar estudos de viabilidade para a construção de uma nova cozinha comunitária em Cabedelo, levando em consideração critérios de segurança alimentar e nutricional. Buscar parcerias com instituições governamentais, organizações não governamentais e setor privado para viabilizar a construção e o funcionamento da nova cozinha, compartilhando responsabilidades e recursos.	

Fonte: URBTEC™ (2023).

4.1.5. Mobilidade urbana

A mobilidade urbana de Cabedelo trata-se de um tema que merece especial atenção frente à complexidade dos fluxos de tráfego municipal, os quais são constituídos por demandas do transporte de cargas do Porto de Cabedelo, e pelas necessidades de deslocamento da população dentro e fora do município. A BR-230, por sua vez, adquire caráter duplo frente à dinâmica municipal, atuando como principal eixo para o deslocamento viário, e delimitando também uma barreira física importante no território, a qual gera uma série de dificuldades para a sua transposição.

Adicionalmente, verifica-se que o transporte público do município pode passar por uma série de melhoramentos, tendo em vista o pequeno número de rotas de transporte, a ausência de integração entre os modais, e as condições precárias em que se encontram os pontos de ônibus e outras estruturas de suporte ao transporte, por exemplo. As ciclovias também se constituem um desafio importante para o município, havendo uma extensão pequena em comparação com a quantidade de ciclistas verificada, além de ter sido verificado um número considerável de acidentes envolvendo automóveis e ciclistas. Por fim, observam-se também problemáticas referentes ao deslocamento pedonal pelo município, sendo observada uma grande irregularidade nos passeios, e, em alguns casos, tendo sido verificada sua própria ausência em regiões específicas do território.

Como ponto focal para a presente seção, objetiva-se formular diretrizes, ações e propostas que busquem promover avanços no que tange a mobilidade urbana no município, aprimorando as condições de deslocamento e a segurança para os diferentes tipos de modais de transporte. O ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis – Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis), mostre-se pareado a esses objetivos, uma vez que possui como uma de suas metas proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos. Partindo dos elementos citados anteriormente, a presente seção considera quatro principais desafios, sendo eles:

- **Diretriz 10.** Otimizar o uso da infraestrutura viária existente.
- **Diretriz 11.** Aumentar a atratividade do transporte público coletivo no município e sua utilização pela população.

- **Diretriz 12.** Promover melhores condições de ciclomobilidade para a população de Cabedelo.
- **Diretriz 13.** Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município.

Quadro 18 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 10

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
MOBILIDADE URBANA			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
O sistema viário de Cabedelo caracteriza-se por grandes fluxos de tráfego, tanto por conta da distribuição de carga a partir do Porto, quanto pelo deslocamento da população dentro e fora do município. A circulação de pessoas e mercadorias concentra-se no eixo da BR-230, a qual passa atualmente por obras de triplicação. Verifica-se, ainda, a existência de pontos de conflito entre os diferentes fluxos de tráfego, principalmente na região central, acarretando em um aumento do tempo de deslocamento e um maior risco de acidentes de trânsito no local.	O crescimento populacional em Cabedelo, em conjunto com o aumento dos índices de motorização, pode levar ao agravamento dos conflitos de fluxos de tráfego dentro do município. Embora as obras na BR-230 sirvam para comportar o maior volume de veículos automotores, a ausência de um sistema viário estruturado no restante do perímetro municipal pode levar à formação de pontos graves de congestionamento, principalmente no Centro. Tal panorama pode acarretar na piora no tempo de deslocamento, tanto de cargas, quanto de pessoas, além do maior risco de acidentes.	A otimização e a melhor estruturação do sistema viário existente em todo o perímetro de Cabedelo podem auxiliar na melhoria dos fluxos de pessoas e de cargas. Tal melhoria pode diminuir drasticamente o tempo de deslocamentos e o número de acidentes de trânsito. Além disso, tal panorama torna-se oportuno para a melhoria do tráfego inclusive em períodos temporada, auxiliando no desenvolvimento de Cabedelo como polo turístico.	Tomando como perspectiva o desenvolvimento do Plano Diretor, a otimização da infraestrutura viária existente possui impacto direto no fluxo de pessoas e cargas do município. O melhoramento do sistema existente permitirá a utilização de outros eixos viários para circulação da população por exemplo, desafogando o tráfego relativo à BR-230. A organização da área central também permitirá uma melhor circulação de pessoas e de cargas.

DIRETRIZ 10	D10 Otimizar o uso da infraestrutura viária existente		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E10.1 Otimizar o sistema viário municipal	A10.1.1	Elaborar estudos e projetos específicos nas principais vias municipais para implantação de binários	
	A10.1.2	Realizar projeto de pavimentação em trechos municipais desprovidos de pavimento	
	A10.1.3	Concluir o processo de municipalização de trecho da BR-230.	
E10.2 Requalificar estrutura viária da área central, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal.	A10.2.1	Implementar a Zona 30 prevista pelo Plano de Mobilidade Urbana municipal, realizando sua delimitação e detalhamento.	
	A10.2.2	Elaborar estratégias de trânsito compartilhado para diminuição da velocidade na área central, principalmente em áreas pertencentes à Zona 30.	
	A10.2.3	Implantar sistema de Estacionamento Rotativo na área central.	
	A10.2.4	Realizar a manutenção e requalificação da sinalização vertical e horizontal das vagas de estacionamento	
	A10.2.5	Realizar a redistribuição das vagas de estacionamento na região central da cidade.	
E10.3 Mitigar os conflitos viários existentes entre o Porto de Cabedelo e o sistema viário urbano, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal.	A10.3.1	Implantar estacionamentos de caminhões e veículos de grande porte e área de descanso para caminhoneiros.	
	A10.3.2	Implementar balizadores retráteis ou removíveis em locais restritos em relação ao tráfego regular de caminhões.	

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 19 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 11

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
MOBILIDADE URBANA			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
O transporte público coletivo de ônibus em Cabedelo dispõe atualmente de linhas exclusivamente intermunicipais, sendo responsável pelo deslocamento da população tanto em termos metropolitanos, quanto dentro do próprio município. No presente momento, verifica-se certa precariedade em tal sistema de transporte, principalmente no que tange os pontos de ônibus, além de ter sido verificada a ausência de integração com outros modais, como o ferroviário, e de linhas que realizem conexões entre os bairros do município.	O crescimento da população, assim como o aumento da frota de veículos motorizados individuais, tende a pressionar o sistema de transporte público coletivo, o qual pode se tornar incapaz de atender às necessidades de deslocamento de seus usuários. O possível agravamento de tais problemáticas pode levar ao crescimento progressivo dos índices de motorização individual pelo abandono, por parte dos passageiros, do transporte público coletivo. Tal questão pode contribuir para o aumento considerável de tráfego no sistema viário do município.	O aumento da atratividade do transporte público coletivo no município, e do número de usuários frequentes em ônibus e trens favorece a diminuição drástica da quantidade de veículos motorizados individuais no sistema viário municipal, colaborando para o alcance de menores índices de poluição, além de diminuição progressiva do fluxo de tráfego no município, com menor tempo de deslocamento e número de acidentes. A promoção de um transporte público integrado e conectado entre os bairros pode promover também uma maior acessibilidade às diversas regiões do município.	A realização de medidas para o aumento da atratividade do Transporte Público Coletivo no município, partindo das ações em uma perspectiva de 10 anos do Plano Diretor, pode auxiliar no maior conforto e segurança dos passageiros, bem como na diminuição do tempo de deslocamento das viagens e na melhor conectividade entre os bairros de Cabedelo. Possivelmente, também pode ocorrer a diminuição do número de veículos motorizados nas ruas, na medida em que os municípios optem pelo transporte público coletivo, como ônibus e trens.
DIRETRIZ 11	D11 Aumentar a atratividade do transporte público coletivo no município e sua utilização pela população.		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E11.1 Executar ações para melhoria da estrutura relativa ao Transporte de Ônibus Coletivo no município.		A11.1.1 Garantir a qualidade das paradas de ônibus existentes, realizando reparos e melhorias nos pontos necessários. (M9)	
		A11.1.2 Implantar uma padronização dos pontos de ônibus, instalando abrigos cobertos e com assentos nas paradas. (M7)	
		A11.1.3 Acompanhar a implantação dos abrigos de ônibus no projeto de triplicação da BR-230. (M8)	
		A11.1.4 Melhorar a frota de ônibus disponibilizada para as linhas intermunicipais relativas à Cabedelo.	
E11.2 2.2 Realizar a requalificação do Terminal de Ônibus Reunidas, auxiliando na melhoria do conforto dos passageiros e na otimização dos fluxos dos ônibus circulares.		A11.2.1 Possibilitar a permanência dos passageiros em local coberto e seguro dentro do Terminal de Ônibus até, pelo menos, às 23h.	
		A11.2.2 Realizar projeto viário para a reestruturação do acesso ao Terminal de Ônibus, proporcionando um maior espaço de chegada e permanência dos ônibus circulares, o qual também seja melhor delimitado e sinalizado.	
		A11.2.3 Elaborar projeto de expansão ou de realocação do Terminal de Ônibus, tendo em vista o provável crescimento da demanda da população pelo transporte público coletivo.	
E11.3 2.3 Elaborar e implantar um Plano de Transporte Coletivo Urbano Municipal Integrado, conforme proposto no Plano de Mobilidade Urbana do município.		A11.3.1 Criar linhas de ônibus municipais que possuam acessibilidade aos bairros mais periféricos do município (M1 M5 C3 I13)	
		A11.3.2 Redistribuir e ampliar número de linhas para melhor cobertura do município, com a criação de mais linhas de ônibus para atender os bairros que se encontram fora da rota da BR-230. (M6)	
		A11.3.3 Garantir o aumento da frota de ônibus para as linhas do município (M2)	
		A11.3.4 Melhorar a circulação do transporte coletivo por meio da implantação de faixas exclusivas.	
		A11.3.5 Estender o horário de atendimento dos ônibus até as 23h. (M3)	
		A11.3.6 Estender o horário do atendimento das estações de tem até as 23h (M22)	
		A11.3.7 Ampliar os dias de atendimento dos ônibus, devendo funcionar também aos domingos. (M4).	
		A11.3.8 Realizar a integração intermodal, levando em conta os modais ferroviário, cicloviário, aquaviário, junto aos ônibus. (M16 M17)	
		A11.3.9 Estudar a viabilidade de um programa de subsídio tarifário a partir da capacidade de investimento da Prefeitura Municipal.	

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 20 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 12

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
MOBILIDADE URBANA			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
Atualmente, são poucos os trechos de ciclovias e ciclofaixas que compõe a rede cicloviária municipal, não havendo um mapeamento de tais estruturas pela prefeitura municipal. Apesar da existência de um percentual significativo de ciclistas para Cabedelo, verifica-se a ausência de um sistema cicloviário que forneça segurança e apoio para seus usuários, sendo reportado um grande número de acidentes entre ciclistas e outros veículos.	Com o aumento do número de veículos motorizados no município, verifica-se a tendência do agravamento do número de acidentes entre ciclistas e motoristas, influenciando também a diminuição do percentual da população usuária do transporte cicloviário. Embora haja a previsão de implantação de ciclovias a partir das obras da BR-230 e do Projeto Orla, não há garantia da consolidação de uma rede cicloviária conectada e integrada ao município, podendo levar à conformação de uma rede cicloviária segmentada, com pouca atratividade e eficiência para os usuários.	A implementação e ampliação da rede cicloviária, em um cenário ideal, pode promover a diminuição progressiva do número de veículos motorizados no município, bem como dos índices de poluição, e do o risco de problemas de saúde por parte da população. A estruturação de um sistema cicloviário integrado e bem sinalizado, além de ser um atrativo para novos usuários, também possui a capacidade de contribuir para o turismo local, a partir de rotas turísticas que integrem os principais pontos de visitação municipais.	Partindo das possibilidades do Plano Diretor, observa-se que a provisão de melhores condições de ciclomobilidade pode auxiliar na diminuição dos riscos enfrentados pelos ciclistas, incentivando também o aumento do número de usuários e a própria utilização de tal estrutura para lazer e fins turísticos.

DIRETRIZ 12	D12 Promover melhores condições de ciclomobilidade para a população de Cabedelo.		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E12.1 Implementação de um sistema de ciclovias e/ou ciclofaixas com maior abrangência municipal.	A12.1.1	Promover a interligação do sistema cicloviário existente, junto aos novos trechos de ciclovia a serem implantados no Projeto Orla e nas obras da BR-230.	
	A12.1.2	Realizar projeto de sistema cicloviário que integre o maior número de bairros possível do município. (M10 M11 C20 C38)	
	A12.1.3	Realizar obras nas ciclovias pré-existentes do município em necessidade de reforma/revitalização (M12)	
	A12.1.4	Mapear os trechos componentes do sistema cicloviário existente e disponibilizar tal informação para a população.	
	A12.1.5	Criar rotas cicloturísticas que utilizem totens explicativos sinalizando o sistema cicloviário e os possíveis pontos de visitação.	
E12.2 Melhorar a segurança dos ciclistas no município.	A12.2.1	Criar material de divulgação sobre a educação no trânsito envolvendo a bicicleta, a ser disponibilizado em escolas e outros equipamentos públicos.	
	A12.2.2	Melhorar a sinalização horizontal e vertical para delimitação das estruturas cicloviárias.	
E12.3 Implantação de estruturas de suporte ao sistema cicloviário.	A12.3.1	Implantar paraciclos em, pelo menos, um terço das paradas de ônibus do município.	
	A12.3.2	Construir bicicletários em mais regiões estratégicas da cidade, principalmente em polos geradores de viagens.	

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 21 – Aspectos Socioespaciais, Diretriz 13

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS			
MOBILIDADE URBANA			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
A mobilidade pedonal do município passa atualmente por grandes desafios. O estado precário de calçadas em muitas regiões de Cabedelo, ou até mesmo a ausência delas, é um grande obstáculo para a locomoção da população. Além disso, verifica-se a ausência de sinalização horizontal e vertical e de elementos de acessibilidade nas calçadas do município. Tais características transformam tal forma de deslocamento em algo muito perigoso, principalmente para crianças, idosos e pessoas com qualquer tipo de deficiência, desincentivando a caminhada em locais que não possuem infraestrutura suficiente.	A ausência de medidas corretivas e propositivas para o trabalho sobre as calçadas e os passeios do município pode acarretar no agravamento de casos de acidentes de pedestres nas vias. O crescente aumento do tráfego motorizado também implica na necessidade de implantação de uma melhor sinalização nas ruas, a fim de impedir um aumento dos acidentes envolvendo pedestres e veículos motorizados. De forma geral, estruturas de passeio precárias podem desincentivar sua utilização por pedestres, acarretando na diminuição de pessoas caminhando pelas ruas e na perda de vitalidade urbana.	A garantia de calçadas e passeios regulares, seguros, sinalizados e acessíveis pode levar não só a uma diminuição drástica no número de acidentes, como também incentivar a mobilidade pedonal entre a população. Tal tipo de deslocamento pode levar à uma série de benefícios, como o aumento da vitalidade das ruas, a diminuição de problemas de saúde por parte dos cabedelenses e a diminuição da demanda pelo transporte motorizado.	Partindo da atuação do Plano Diretor, a possibilidade de implantar um plano de regularização e correção de calçadas pode contribuir para ocorrer, gradativamente, a melhor qualidade dos passeios do município. Tal tipo de mudança tende a possuir um efeito rápido, na medida em que o pedestre começa
DIRETRIZ 13	D13 Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município.		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E13.1 4.1 Implantar sinalização viária horizontal e vertical mais efetiva no município.		A13.1.1 Realizar diagnóstico e mapeamento da sinalização horizontal e vertical da cidade, com substituição e implantação de nova sinalização em locais defasados. (M18 M19)	
		A13.1.2 Implementar programa de poda da vegetação urbana a fim de evitar casos de obstrução da sinalização viária, conforme previsto no Plano de Mobilidade Urbana municipal.	
		A13.1.3 Estabelecer medidas de moderação de tráfego em locais com maior número de ocorrência de acidentes, conforme previsto no Plano de Mobilidade Urbana Municipal. (M21)	
		A13.1.4 Aumentar o quadro técnico para manutenção de todo sistema de sinalização vertical e horizontal.	
E13.2 4.2 Melhorar as condições de segurança e acessibilidade dos passeios públicos e das travessias de pedestres.		A13.2.1 Garantir a existência de uma iluminação pública com eficiência ambiental e energética que forneça segurança aos pedestres, com monitoramento constante de lâmpadas queimadas a serem trocadas.	
		A13.2.2 Realizar programa para correção e instalação de rampas e pisos táteis que estiverem fora dos padrões NBR9050, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal. (M13)	
		A13.2.3 Elaborar projeto que estabeleça rotas acessíveis e em lugares de maior circulação do município, implantando sinalização sonora junto aos semáforos, bem como piso tátil e travessias elevadas. (M13)	
		A13.2.4 Elaborar estudos que criem alternativas para a transposição dos pedestres na BR-230 por passarelas, verificando outras formas mais convidativas para o pedestre. (I14)	
		A13.2.5 Executar passarelas em pontos estratégicos que auxiliem a transposição segura da BR-230 pelos pedestres. (M20 I12)	
E13.3 4.3 Promover a regularização de calçadas e vias existentes		A13.3.1 Realizar e executar projetos de expansão de calçadas em áreas identificadas como regiões de grande fluxo de automóveis e pedestres e que possuam pouco espaço de circulação.	
		A13.3.2 Desenvolver um Plano Emergencial de Calçadas para a manutenção corretiva das vias públicas com necessidade de reparo.	
E13.4 4.4 Criar material que estabeleça um padrão para a correta implantação e manutenção de calçadas no município, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal.		A13.4.1 Elaborar um Manual de calçadas que estabeleça os padrões necessários para a regularização e implementação de calçadas em Cabedelo. (M14 M15 C22 C27)	
		A13.4.2 Criar campanhas de conscientização e fiscalização sobre as práticas instituídas no Manual de Calçadas.	
		A13.4.3 Construir e revisar o Manual de Arborização Urbana, com enfoque na importância da vegetação urbana para o conforto da população (C25 C2)	

Fonte: URBTEC™ (2023).

4.2. Aspectos Ambientais

Conforme desenvolvido no Produto 4 da revisão do Plano Diretor, o Município de Cabedelo se encontra classificado como inteiramente urbano. Ainda assim, contém em seu território importantes áreas com características ambientais e sem ocupação urbana, destacando-se as Unidades de Conservação (UCs), os manguezais e a Ilha da Restinga.

Dentre as UCs, o município é responsável pela gestão do Parque Natural Municipal de Cabedelo, que possui plano de manejo, porém sem atividades de acesso público desenvolvidas. O Município encontra o desafio, por vezes, de monitorar a área e evitar a degradação da vegetação. Além do Parque Municipal, são Unidades de Conservação em Cabedelo a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo (gerido pelo ICMBio), o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (gerido pela SUDEMA) e a Área de Proteção Ambiental Naufrágio Queimado (gerido pela SUDEMA). Para essas, tem-se o desafio de compatibilizar as ações municipais com os demais órgãos e realizar parcerias para o atingimento dos objetivos das UCs.

Em relação aos mangues, assim como para APPs de faixa marginal de cursos d'água, Cabedelo registra a ocorrência de ocupações irregulares, com avanço da urbanização desordenada sobre essas áreas. Muitas vezes, essas áreas se configuram como de risco, sendo importante a regularização fundiária, com melhoria das condições urbanísticas das áreas, ou a realocação para a garantia da segurança dos moradores. Conjuntamente, deve-se trabalhar na qualificação das áreas ambientais, com promoção de usos compatíveis. Trata-se, pois, de se viabilizar a proteção do patrimônio natural e paisagístico de Cabedelo.

Paralelamente, as baixas declividades do município, associadas com a proximidade de corpos hídricos, eventos de marés e a baixa profundidade do lençol freático, criam situações de risco de alagamento e enchentes que se colocam como uma problemática a ser enfrentada por medidas tanto relativas a aspectos ambientais quanto socioespaciais de infraestruturas (conforme abordado das diretrizes dos aspectos socioespaciais).

Diante desse cenário, são propostas duas diretrizes que visam direcionar ações, respectivamente, para solucionar as situações de risco e de ocupações em áreas

ambientalmente frágeis, e para promover a valorização das áreas verdes e áreas especiais municipais:

- **Diretriz 14.** Realizar a gestão das áreas de risco de ocupação irregular em áreas ambientalmente frágeis.
- **Diretriz 15.** Realizar a gestão de áreas verdes e áreas especiais em âmbito municipal.

Por fim, destaca-se a Ilha da Restinga enquanto território relativamente preservado e que carece de ações para a sua conservação, além de apresentar potencial para o lazer dos habitantes e para o ecoturismo de visitantes. Para esse território em específico, propõem-se um Projeto Estruturante Estratégico de criação de uma Unidade de Conservação, conforme abordado no item 7 desse relatório.

Quadro 22 – Aspectos Ambientais, Diretriz 14

ASPECTOS AMBIENTAIS			
Áreas ambientalmente frágeis			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
Tendo em vista que o município apresenta predominantemente valores de declividades inferiores a 3%, seus riscos podem estar relacionados com eventos das marés, inundações, alagamentos, carreamento de sedimentos devido a sua estrutura geomorfológica e hídrica. Também se destaca o significativo uso antrópico de áreas de APP.	Levando em conta o ritmo e tipologia do crescimento que o Cabedelo vem apresentando nos últimos anos, a tendência é que o município possa enfrentar problemas mais sérios no que diz respeito a enchentes, alagamentos, influências das marés, entre outros, causados principalmente pelas ações antrópicas em função da ocupação intensivas de áreas ambientalmente frágeis. Tal cenário afeta não só a preservação do meio ambiente, como também coloca em risco parte da população do município, podendo tal questão ser agravada.	O cenário desejável é que sejam elaborados parâmetros e instrumentos de uso e ocupação, considerando a aptidão do solo, diferenciando as zonas e áreas ambientalmente restritivas ou frágeis.	O Cenário prospectivo é que seja elaborado um novo modelo e zoneamento do solo do município de Cabedelo, que considere as especificidades e fragilidades ambientais, de forma participativa, considerando dados primários, secundários, a ainda, a percepção da população quanto á vivencia de inconvenientes causados por algum tipo de risco ou acontecimento ambiental.
DIRETRIZ 14	D14 Realizar a gestão das áreas de risco de ocupação irregular em áreas ambientalmente frágeis.		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E14.1 Executar ações para remoção de usos e atividades nocivas ao meio ambiente nas áreas com restrição ambiental.	A14.1.1 Identificar e mapear áreas com restrição ambiental e de atividades nocivas.		
	A14.1.2 Levantar e monitorar as ocupações em área de risco.		
	A14.1.3 Arrecadar recursos financeiros para a execução dos planos de realocação.		
	A14.1.4 Criar planos para a recuperação de áreas degradadas pela atividade antrópica.		
E14.2 Mapear as áreas ambientalmente frágeis considerando a aptidão do solo local.	A14.2.1 Mapear e classificar todos os rios, córregos e lagos no Município de Cabedelo.		
	A14.2.2 Instituir um sistema de monitoramento da qualidade dos recursos hídricos no Município de Cabedelo.		
	A14.2.3 Realizar campanhas de usos consciente da água e despoluição dos rios no Município de Cabedelo.		
E14.3 Elaborar o Plano Municipal de gerenciamento de recursos hídricos.	A14.3.1 Criar políticas e diretrizes orientadas à proteção das águas em sua jurisdição.		
	A14.3.2 Identificar conflitos de uso existentes ou potenciais.		
	A14.3.3 Identificar o grau de ocupação das Áreas de Preservação Permanente em áreas urbanas.		
	A14.3.4 Criar um sistema acompanhamento e monitoramento da qualidade dos recursos hídricos municipais.		

Quadro 23 – Aspectos Ambientais, Diretriz 15

ASPECTOS AMBIENTAIS			
Áreas ambientalmente frágeis			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
No município de Cabedelo não há, oficialmente, áreas de manancial. Cabedelo está inserida no bioma Mata Atlântica. No município localizam-se algumas Unidades de conservação. O município de Cabedelo é predominantemente antropizado, observa-se a presença de poucas áreas verdes, excluindo-se as legalmente criadas. O município conta áreas de manguezais.	Observando o cenário tendencial de crescimento do município e de ocupação urbana em áreas de preservação, é possível observar que os remanescentes florestais e aéreas de manguezais, que exercem uma grande influência no microclima local e importante serviços ecossistêmicos, podem ser suprimidas ou simplesmente deixarem de existir caso não sejam tomadas atitudes em conservação dessas áreas.	Considerar que o planejamento de ações, atividades e o modelo de crescimento e desenvolvimento futuro de Cabedelo, considerem como prioritárias as restrições, técnicas, legais e ambientais das áreas ambientalmente frágeis no território municipal.	Prever um modelo de planejamento que considere o importante trabalho ecossistêmico que as áreas ambientalmente frágeis podem proporcionar para o município de cabedelo. Bem como a definição desses espaços com suas respectivas restrições e aptidão de uso pautados em princípios legais vigentes.

DIRETRIZ 15	D15 Realizar a gestão de áreas verdes e áreas especiais em âmbito municipal	
ESTRATÉGIAS		AÇÕES
E15.1 Proteger e valorizar os remanescentes de vegetação do município.	A15.1.1 Criar praças e bosques com espaços para atividades físicas e lazer.	
	A15.1.2 Desenvolver programas de reflorestamento no município.	
	A15.1.3 Mapear e revitalizar os vazios urbanos.	
	A15.1.4 Elaborar Plano de Arborização Urbana e definir a arborização como elemento básico de projetos de passeios públicos.	
	A15.1.5 Considerar as Unidades de Conservação existentes no desenvolvimento das ações de usos e ocupação do solo.	
E15.2 Incentivar a preservação do meio ambiente, da biodiversidade e dos recursos hídricos.	A15.2.1 Fomentar programas com os incentivos ao pagamento pelos serviços ambientais de acordo com a Lei nº 14.119 de 13/01/2021 Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.	
	A15.2.2 Desenvolver programas de conscientização ambiental sobre a importância das UCs e APPs.	
E15.3 Realizar a gestão do uso e ocupação e dos impactos ambientais às áreas de manguezais no município de Cabedelo.	A15.3.1 Mapear as áreas de manguezais, bem como área degradadas pela atividade antrópica. (
	A15.3.2 Criação de programas de conscientização da conservação dos manguezais.	
	A15.3.3 Implementar um sistema de monitoramento da qualidade dos manguezais no Município de Cabedelo.	

4.3. Aspectos Socioeconômicos

Cabedelo destaca-se por possuir um Produto Interno Bruto relativamente grande frente aos municípios da RMJP, ao Estado da Paraíba e ao Brasil no geral, tendo atingido, em 2020, um PIB per capita de R\$ 39,9 mil. Frente a esse número, observa-se que o município exerce ainda uma centralidade relativamente pequena na RMJP, embora o período de 2002 a 2019 tenha indicado um fortalecimento nesse sentido (IBGE, 2020). Paralelamente, indica-se o crescimento no número de vínculos formais entre 2007 e 2020 no município, apresentando uma tendência de ganhos de centralidade de Cabedelo.

Apesar de tais indicativos apontarem para aspectos positivos acerca do crescimento de Cabedelo, observa-se ainda poucas opções de empregos para a população, possuindo o município uma estrutura produtiva pouco diversificada, a qual encontra-se baseada principalmente na administração do estado e da política econômica e social, na torrefação e moagem de café e em atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas. Destaca-se ainda, nesse contexto, a potencialidade do setor turístico no município, o qual detém um forte leque de atrativos, tanto de caráter natural, quanto histórico e cultural. Nesse sentido, embora seja um dos setores com maior potência no município, é notável a ausência de um setor hoteleiro consolidado.

Tendo em vista tais considerações, elaborou-se uma **diretriz**, compatível com o ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico – Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos) e o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação). Tal diretriz encontra-se descrita a seguir:

- **Diretriz 16.** Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local.

Quadro 24 – Aspectos Socioeconômicos, Diretriz 16

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS			
DINÂMICA ECONÔMICA E INSERÇÃO REGIONAL			
CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJÁVEL	CENÁRIO PROSPECTIVO
<p>Pela dimensão de seu PIB, Cabedelo exerce uma centralidade relativamente pequena na RMJP. Apesar disso, verificou-se ganhos na centralidade entre 2002 e 2019. Em paralelo, o Índice de Integração de Cabedelo ao Arranjo Populacional de João Pessoa é relativamente elevado (0,42), sendo o maior dentre os municípios desse arranjo. Também deve-se destacar que a estrutura produtiva do município é pouco diversificada, merecendo destaque para as atividades econômicas de administração pública, torrefação e moagem de café e atividades portuárias, por exemplo. Em geral, a endogenia da economia local é relativamente baixa, havendo indicativos de que tal fato decorre da proximidade de Cabedelo ao município de João Pessoa.</p>	<p>Em uma perspectiva temporal posterior, observa-se a tendência de manutenção das características relativas ao cenário atual, sem haver grande probabilidade de transformações mais expressivas na natureza estrutural municipal.</p>	<p>Partindo de uma perspectiva ideal, a complementação da infraestrutura logística regional, a diversificação das atividades econômicas e o aumento do grau de endogenia dessas atividades poderiam ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local. Tais questões contribuiriam para a maior geração de empregos, renda e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.</p>	<p>Frente ao cenário desejado, é importante destacar que o município apresenta áreas relativamente restritas para a expansão de atividades econômicas, em particular no que se refere à atividade portuária. Partindo da necessidade de mitigar os impactos potencialmente negativos desse cenário nas áreas urbanas, torna-se importante incentivar atividades de maior densidade tecnológica.</p>
DIRETRIZ 16	D16 Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local.		
ESTRATÉGIAS		AÇÕES	
E16.1 Monitorar obras de complementação da infraestrutura logística na escala regional e municipal	<p>A16.1.1 Acompanhar o projeto de construção da ponte sobre o Rio Paraíba: Cabedelo/Lucena, conforme prevista no Programa Estadual de Parceria Público-Privada — Plano Estadual 2020/2021(Decreto Estadual nº 40.979/2021).</p> <p>A16.1.2 Acompanhar as ações que compõem o Plano de Ações do Complexo Portuário de Cabedelo segundo especificadas pelo Plano Mestre do Complexo Portuário de Cabedelo (MTPA, 2018). Essas ações estão organizadas de acordo com o escopo ao qual se referem, a saber: i) melhorias operacionais; ii) investimentos portuários; iii) acessos ao Complexo Portuário; iv) gestão portuária; v) meio ambiente; e vi) interações porto-cidade.</p>		
E16.2 Estimular a diversificação e o aumento do grau de endogenia das das atividades econômicas	<p>A16.2.1 Implementar e estimular a adesão de empreendimentos econômicos no Programa Desenvolver Cabedelo, um instrumento de promoção da inclusão social e do desenvolvimento dos setores econômicos, cujas atividades necessitem de suporte financeiro, através de programas especiais de capacitação empreendedora e financiamento (Lei Municipal nº 2.231/2022).</p>		
E16.3 Fortalecer o Ecossistema Municipal de Inovação. Segundo o Decreto Federal nº 9.283/2018 que regulamenta a Lei Federal nº 10.973/2004 (Lei de Inovação), ecossistemas de inovação se referem a espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais; e atraiam empreendedores e recursos financeiros, de forma a se constituírem como lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento.	<p>A16.3.1 Mapear os atores locais do Ecossistema Municipal de Inovação segundo o modelo da quádrupla hélice: governo, empresa, ICT e organizações da sociedade civil.</p>		
	<p>A16.3.2 Consolidar a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTIN), recém-criada pela Lei Municipal nº 2.198/2022, como instituição gestora do Ecossistema Municipal de Inovação.</p>		
	<p>A16.3.3 Estabelecer a Estratégia e a Política Municipal da Ciência, Tecnologia e Inovação.</p>		
	<p>A16.3.4 Criar a Lei Municipal de Inovação tendo por referência a Lei Estadual nº 12.191/2022 que instituiu o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Paraíba</p>		
	<p>A16.3.5 Operar os instrumentos de apoio a serem previstos na Lei Municipal de Inovação, tendo por referências a Estratégia e a Política Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação, a exemplo dos seguintes: subvenção econômica; bônus tecnológico; encomenda tecnológica; incentivos fiscais; concessão de bolsas; uso do poder de compra do Estado; e previsão de investimento em pesquisa e desenvolvimento em contratos de concessão de serviços públicos ou em regulações setoriais. Esses instrumentos estão estabelecidos no Art. 30 da Lei Estadual nº 12.191/2022.</p>		

DIRETRIZ 16	D16 Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local.	
ESTRATÉGIAS		AÇÕES
E16.4 Promover as atividades turísticas do município	A16.4.1	Articular as iniciativas da Prefeitura Municipal, dos Governos Federal e Estadual e do setor privado visando o desenvolvimento das atividades turísticas locais.
	A16.4.2	Elaborar um Plano Municipal de Turismo no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial do Turismo da Paraíba. Esse Plano visa orientar o desenvolvimento descentralizado da atividade turística, a partir da interiorização das ações e investimentos definidos e priorizados numa carteira de projetos estratégicos, com inclusão das comunidades produtivas, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população paraibana.
	A16.4.3	Estruturar o município de Cabedelo com um Destino Turístico Inteligente — DTI. O Ministério do Turismo considera do DTI aquele destino turístico que gerencia seus processos e seu território de forma inovadora e sustentável, estando comprometido com pilares que impactem positivamente tanto a qualidade de vida dos moradores, quanto a experiência dos turistas (BRASIL, 2022).
	A16.4.4	Estabelecer boas práticas de Turismo Inteligente: acessibilidade (para todos; de informações; e de mobilidade); sustentabilidade; digitalização; e herança cultural e criatividade.
	A16.4.5	Desenvolver e implantar o mapeamento / aplicativo (app) “Conheça Cabedelo e seus Atrativos Turísticos”, de forma promover, fomentar e divulgar atrativos, rotas do turismo local e regional e calendário de eventos no município e região. (T5)
	A16.4.6	Promover atrativos turísticos relacionados às manifestações de economia criativa (p. ex., artesanato e gastronomia)
	A16.4.7	Promover parcerias visando a realização de eventos de importância para as atividades turísticas locais.
	A16.4.8	Melhorar as condições da infraestrutura turística, entendida como o conjunto de instalações físicas e de fornecimento de bens e serviços do município destinado ao atendimento de turistas. (T12)
	A16.4.9	Estruturar ou revitalizar centros de comercialização de produtos associados ao turismo.
	A16.4.10	Estimular e apoiar o setor privado no fortalecimento da identidade do município, incentivando a exposição da marca cabedelense. (T14 T16)
	A16.4.11	Criar cursos preparatórios para a formação e a capacitação profissional, visando atender ao desenvolvimento da atividade turística do Município, por meio de parcerias com Instituições de pesquisa e o setor produtivo. (T1 T3 T4 U31 U33)
	A16.4.12	Operar o Fundo Municipal de Turismo segundo as finalidades previstas no Art. 1º da Lei Municipal no 2.164/2021.
	A16.4.13	Estimular e apoiar a criação de novos atrativos turísticos, priorizando aqueles com maior potencial de geração de emprego e renda e voltados para o turismo sustentável. (T18 T20)
	A16.4.14	Criar formas de incentivo para o fortalecimento da rede hoteleira no município. (T3)

Fonte: URBTEC™ (2023).

5. Ordenamento Territorial

As diretrizes, estratégias e ações propostas no Plano Diretor de Cabedelo repercutem em sua dimensão territorial, no qual se materializam a priorização de atividades e formas de ocupação urbana, o direcionamento dos vetores de expansão do tecido urbano e a equalização entre desenvolvimento socioeconômico, proteção ambiental e ampla promoção do direito à cidade sustentável, tal como prevê o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10257/2001). Nesse contexto, o Macrozoneamento estabelece as bases territoriais para a consecução do plano diretor, um instrumento de planejamento e apoio à implementação de políticas públicas. Também reverbera espacialmente os projetos estratégicos, pormenorizados nas seções seguintes deste produto. Particularmente para o caso de Cabedelo, em face do perímetro urbano equivaler a extensão do município, o Macrozoneamento Municipal corresponde ao Macrozoneamento Urbano, segmentando o território em diferentes compartimentos, denominadas macrozonas.

Tais macrozonas expressam vocações, restrições e condicionantes previamente identificadas no diagnóstico. Também dialogam com as diretrizes, estratégias e ações elencadas nas seções anteriores deste produto. Sua conformação, em síntese, aponta para áreas de intensificação do uso atual do solo urbano (adensamento), de melhoria das condições de suporte da ocupação existente (qualificação) e de restrição ou redirecionamento de vetores de expansão (contenção), de forma a privilegiar a proteção de áreas ambientalmente sensíveis ou inadequadas para a ocupação imediata, segundo prioridades de planejamento estabelecidas neste Plano Diretor Municipal. Trata-se, pois, de materializar a busca por uma cidade compacta, com infraestrutura adequada à ocupação urbana, que potencializa as vocações sociais e econômicas locais e que privilegia centralidades de bairro. Estas constituem linhas norteadoras do desenvolvimento urbano de Cabedelo, atravessando todas as macrozonas.

As diretrizes territoriais estabelecidas no Macrozoneamento são, por conseguinte, tangibilizadas em setores com parâmetros urbanísticos específicos, definindo critérios e tipologias para o uso e ocupação do solo. Amplia-se a granularidade da informação, passando-se de macrozonas para zonas urbanas, de intenções para uma efetiva proposta de ordenamento do Uso e Ocupação do Solo urbano.

Estes dois produtos — Macrozoneamento e Zoneamento Urbano — constituem o foco da presente seção. Inicialmente é apresentado o Macrozoneamento Municipal, suas

macrozonas e como estas se interrelacionam. Na sequência passa-se a setorização do território em zonas urbanas, que são acompanhadas dos respectivos parâmetros de uso e ocupação do solo urbano.

5.1. Macrozoneamento municipal

O Macrozoneamento Municipal proposto para Cabedelo se divide em sete compartimentos, que buscam qualificar a ocupação urbana existente e direcionar os vetores de expansão para áreas com maior capacidade de adensamento e de atração das dinâmicas imobiliárias locais e regionais. Desta forma, tem-se:

1. **Macrozona do Centro Expandido (MCE):** correspondente ao centro histórico de Cabedelo e adjacências, englobando os bairros Centro, Ponta de Matos, Monte Castelo, Formosa, Camalaú, Jardim Brasília e parte de Areia Dourada. A área possui oferta de modais de transporte público, de comércio e serviços, além de áreas públicas e equipamentos comunitários. Devido a carência de infraestruturas urbanas e dos conflitos decorrentes da atividade portuária lindeira, propõe-se a consolidação da ocupação mista de média densidade, com expansão das atividades vinculadas ao turismo, além de melhoria das condições de mobilidade ativa e saneamento ambiental. A vocação turística e a presença da Fortaleza de Santa Catarina apontam para uma área estratégica na consolidação da rota turística intermunicipal.
2. **Macrozona de Adensamento Prioritário (MAP):** relativa à porção intermedial leste de Cabedelo, somada ao recorte correspondente à praia fluvial do Jacaré e adjacências (oeste). Engloba os bairros de Intermares, Ponta da Campina, Poço, Camboinha e, de forma parcial, Areia Dourada, Portal do Poço e Jacaré. Trata-se do compartimento com maior dinamicidade do mercado imobiliário, de maior adensamento atual e também de melhores condições de infraestrutura urbana. A previsão de extensão da Avenida Oceano Atlântico ao sul, conectando o bairro de Intermares ao bairro do Bessa, em João Pessoa, aponta para importante conexão viária metropolitana que pode figurar como acesso urbano prioritário e alternativo ao fluxo rodoviário intenso da BR 230. Ao mesmo tempo, a previsão de construção da ponte Epitácio Pessoa, conectando ao município de Santa Rita, acena para

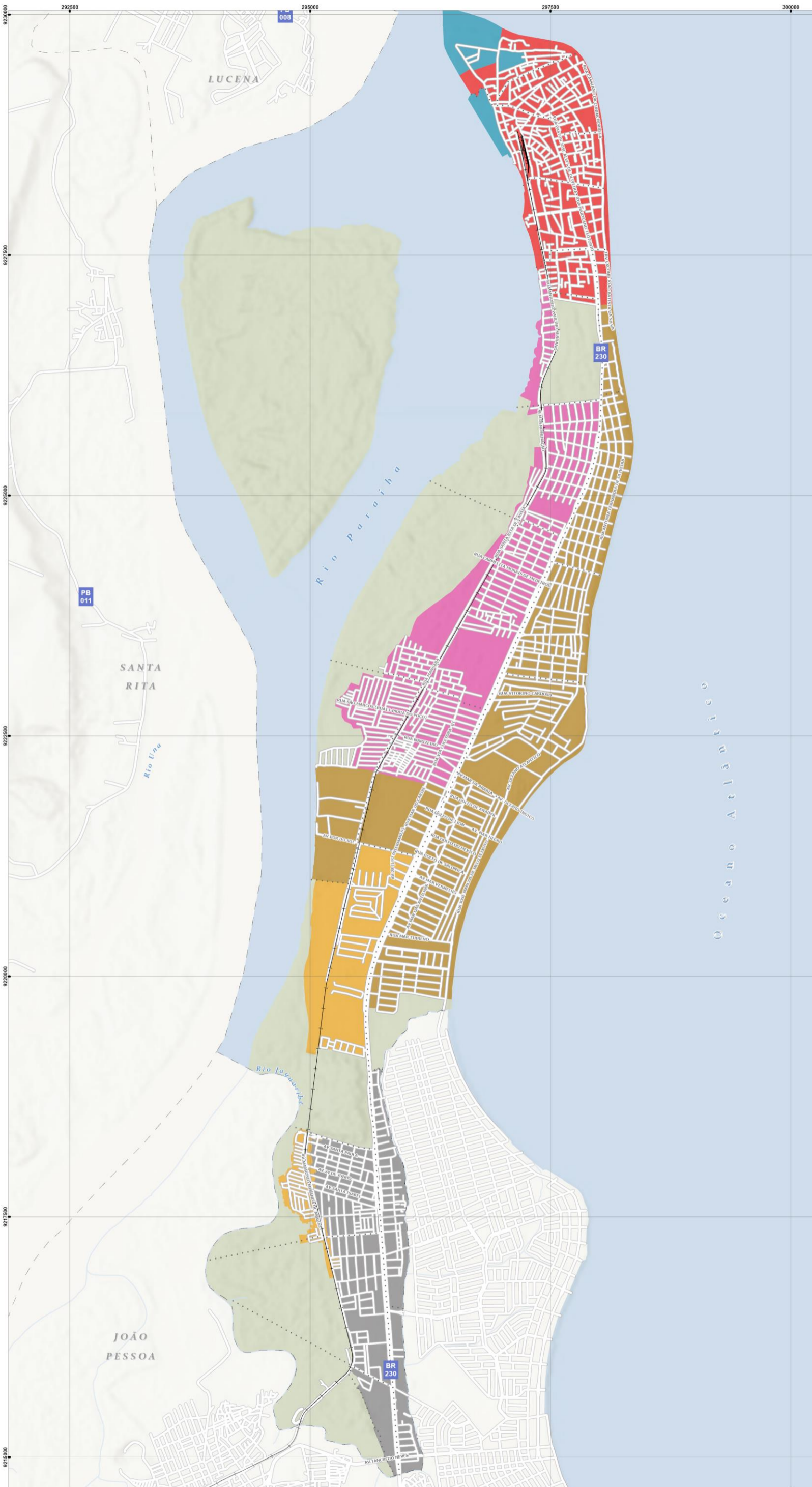
fortalecimento do eixo Avenida Por do Sol. A vocação turística da macrozona, notadamente pela presença das Ruínas de Almagre, da Ilha da Areia Vermelha e da praia fluvial do Jacaré colocam este compartimento como uma área estratégica na consolidação da rota turística intermunicipal. Tal compartimento também integra a estratégia municipal de polinucleação por meio de consolidação de centros de bairro, evitando os deslocamentos cotidianos para o centro da cidade, além de ofertar alternativas de expansão urbana em áreas lindeiras à macrozona de adensamento prioritário. Propõe-se o estímulo a ocupação urbana compacta, com a consolidação de centros de bairro e uma ocupação de uso misto de alta densidade e verticalização, ressalvada a limitação já prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

3. **Macrozona de Qualificação Urbana (MQU):** trata-se de áreas com menores restrições ambientais e disponibilidade de infraestrutura mínima que possibilitariam a ocupação urbana de média densidade, desde que seja objeto de especial atenção do poder público na melhoria das condições de mobilidade, urbanidade e oferta de áreas de lazer e equipamentos comunitários. Engloba as áreas do Amazônia Park e do Renascer. Tais áreas integram a estratégia municipal de consolidação dos bairros, evitando os deslocamentos cotidianos para o centro da cidade, além de ofertar alternativas de expansão urbana em áreas lindeiras à macrozona de adensamento prioritário.
4. **Macrozona de Controle de Ocupação (MCO):** corresponde ao compartimento oeste intermedial de Cabedelo que está comprimido entre o eixo rodoviário da BR230 e o eixo ferroviário. Apesar de possuir ocupação urbana dispersa, não dispõe de condições mínimas de infraestrutura urbana, se caracteriza por comércios e serviços de grande porte defronte à rodovia, além das áreas de apoio portuárias defronte à ferrovia, com conflitos marcantes de uso do solo e entre os tráfegos urbano e de carga. Destaca-se ainda a proximidade das áreas de manguezal do estuário do Rio Paraíba, área ambientalmente sensível municipal. Propõe-se a restrição à ocupação neste compartimento, de forma a desestimular a expansão urbana na área e redirecioná-la para a Macrozona de Adensamento Prioritário. Tal diretriz contribui também com a consolidação de uma cidade compacta, evitando uma ocupação dispersa e de baixa densidade que amplifica os desafios do governo

local para garantir condições adequadas de infraestrutura e oferta de serviços e equipamentos públicos.

5. **Macrozona de Proteção Ambiental (MPA):** distribuída pelo município, esta macrozona reúne as áreas ambientalmente sensíveis relativas as áreas de conservação e proteção ambiental, como a Flona da Restinga, o Parque Municipal, os manguezais e a Ilha da Restinga. Trata-se de áreas com forte pressão advinda da ocupação urbana limdeira. Nesse contexto, a MPA tem como diretriz a fiscalização intensiva e controle da degradação ambiental em curso, potencializando ações de recuperação ambiental e de programas de educação ambiental.
6. **Macrozona Logístico Industrial (MLIN):** trata-se da área conurbada ao município de João Pessoa, polo da Região Metropolitana homônima. Tem boas condições de acessibilidade para o transporte logístico e de carga, com fácil acesso pela BR-230 e pela ferrovia. Apesar do uso industrial e institucional já presente, apresenta número significativo de vazios urbanos com potencial de abrigar novos empreendimentos industriais e logísticos, além de constituir o compartimento prioritário para novas instalações de apoio portuárias, em localização de fácil conectividade ao porto e distante da ocupação urbana intensiva, reduzindo os conflitos viários e de uso do solo identificados no cenário atual.
7. **Macrozona Portuária (MPO):** corresponde as áreas do entorno do Porto Organizado de Cabedelo em que já estão presentes silos, edificações destinadas à armazenamento e correlatos, para os quais prevê-se a manutenção das condições para a adequada operação portuária. Em face da proximidade ao centro histórico consolidado de Cabedelo, tal macrozona também sinaliza para a preocupação de amortecimento do uso portuário incômodo em interface com a ocupação urbana tradicional.

O mapa a seguir especializa as macrozonas no território municipal de Cabedelo e permite compreendê-las contextualmente. Sua leitura, conjuntamente aos descritivos acima apresentados, comunica a forma pela qual se propõe o direcionamento dos vetores de ocupação urbana, ao mesmo tempo que sinaliza para áreas estratégicas de restrição e recuperação ambiental.



CONVENÇÕES:

- Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limite de Bairros
 - Limites Municipais
 - Malha Viária
- Macrozoneamento (Proposta 2)¹**
- Macrozona Logístico Industrial
 - Macrozona Portuária
 - Macrozona de Adensamento Prioritário
 - Macrozona de Controle de Ocupação
 - Macrozona de Proteção Ambiental
 - Macrozona de Qualificação Urbana
 - Macrozona do Centro Expandido



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: URBTEC™
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: URBTEC™ [2023]¹ | PMC [2013]
 MAPBIOMAS [2020] | GOV. PB [2023]
 DATA: outubro de 2023
 ESCALA: 1:40.000
 ESCALA GRÁFICA:



5.2. Zoneamento municipal

A estratégia territorial expressa no macrozoneamento encontra sua concretude em parâmetros de uso e ocupação do solo, no qual se definem as atividades permitidas e permissíveis em cada área do município, bem como os índices de ocupação do solo. Trata-se, pois, de modelagem da ocupação urbana, respondendo às diretrizes de desenvolvimento municipal, à composição da paisagem urbana e à garantia de condições adequadas de urbanidade, conforto ambiental e vitalidade urbana.

Antes de adentrar nos elementos propostos, deve-se realizar quatro ressalvas. Inicialmente, cabe mencionar que (i) o formato de zoneamento vigente em Cabedelo apresenta uma sobreposição de critérios de uso e índices de ocupação do solo. Tem-se, por vezes, parâmetros de ocupação (e.g., número de pavimentos) como característica de distinção entre usos. Ao mesmo tempo, percebe-se uma classificação extensa de usos, com dezenas de variações, o que dificulta a compreensão pela população e sua apropriação. Paralelamente, registra-se (ii) a ausência de outros critérios fundamentais, como os índices mínimos, básicos e máximos, que permitiriam, por um lado, caracterizar claramente lotes subutilizados e, por outro, implementar a outorga onerosa do direito de construir para promover a recuperação de valorização da terra para suporte ao financiamento urbano local.

O zoneamento vigente ainda (iii) elenca os usos permitidos por finalidade, sem tratar do porte correspondente. Esta diferenciação constitui uma estratégia fundamental na consolidação de uma ocupação urbana compacta, com a formação de núcleos de bairro: não se deve apenas considerar a atividade em si, mas o porte pelo qual ela se realiza. É desejável a presença de pequenos mercados ou pequenas lojas de material de construção na escala de bairro, de forma a atender a demandas cotidianas de residentes do entorno. Ao mesmo tempo, um supermercado no formato Atacarejo, como se convencionou chamar hoje em dia, ou um “hiper center” de materiais de construção e decoração deve se localizar em áreas específicas da cidade, com facilidade de acesso viário e distante de áreas residenciais de baixa densidade, evitando conflitos viários e usos incômodos à moradia. Vê-se, portanto, que o uso por si só é insuficiente para o adequado planejamento urbano, devendo-se também incluir a variável de porte das atividades.

Por fim, o quarto ponto se refere (iv) à variação de parâmetros urbanísticos como o lote mínimo para cada tipo de uso, variando na mesma zona. Tal medida dificulta a compreensão do zoneamento pela população, bem como a consolidação de padrões de ocupação em setores urbanos com conjunturas homogêneas de densidade e parcelamento do solo esperados. Ao ter diferentes lotes mínimos permitidos na mesma zona, cria-se, ao mesmo tempo, rigidez desnecessária no licenciamento edilício e dificuldade de renovação de áreas urbanas degradadas, pois determinadas atividades apenas podem se instalar em lotes maiores, enquanto algumas áreas estão pautadas pelo menor lote mínimo da zona, que permite apenas um conjunto restrito de usos.

Diante do exposto, a proposta de Zoneamento parte de cinco premissas de ajuste a partir do formato em vigência em Cabedelo, quais sejam:

- a. Simplificação da classificação de usos para fins de licenciamento urbano, facilitando a compreensão da população e a operacionalização da análise e emissão de alvarás para as diferentes finalidades. Ao mesmo tempo, busca-se respeitar particularidades locais relativas a classificações específicas, já consolidadas e apropriadas pela população e técnicos municipais.
- b. Inclusão da variável porte como critério de uso do solo nos diferentes zoneamentos, de forma a possibilitar o adequado desenvolvimento urbano em direção à uma cidade compacta, polinucleada e com equalização das demandas e usos urbanos.
- c. Padronização do lote mínimo por zona urbana, de forma a expressar intenções mais consistentes de parcelamento do solo e densidade urbana, tendo como repercussão positiva a melhor inteligibilidade das diretrizes urbanísticas.
- d. Separação entre a definição da tipologia de atividades, os critérios de uso do solo e os índices de ocupação, potencializando sua utilização para se tangibilizar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor.
- e. Definição de parâmetros adicionais relativos aos índices mínimos (que configurariam subutilização), os básicos (permitidos pelo zoneamento) e os máximos (para os quais exigir-se-á a compra de potencial construtivo).

Após a enunciação destas questões preliminares, passa-se a proposição do Zoneamento Urbano para o município de Cabedelo. As zonas definidas estabelecem os padrões para os seguintes critérios:

Quadro 25 – Definições dos parâmetros de uso e ocupação do solo

1. Uso do solo
<ul style="list-style-type: none"> a. Uso permitido: atividades desejáveis para a respectiva zona urbana. b. Porte: corresponde à área construída ocupada por determinada atividade e que, juntamente com sua natureza, diferenciam possibilidades em zonas urbanas de Cabedelo.
2. Ocupação do solo
<ul style="list-style-type: none"> a. Lote e testada mínimos: área mínima e dimensão mínima da testada do lote para fins de novos loteamentos bem como para demais processos de parcelamento do solo. b. Coeficiente de aproveitamento: corresponde a área permitida de construção obtida pela multiplicação do índice pela área do lote. c. Taxa de ocupação: medida percentual relativa ao quociente da área de projeção da edificação em relação à área total do lote. d. Número de pavimentos: quantidade de pavimentos permitida para edificações, ressalvada a restrição de altura prevista na Constituição Estadual da Paraíba. e. Afastamento frontal: recuo obrigatório entre o alinhamento predial da quadra e o início da edificação, medido a partir da testada do lote. f. Afastamentos laterais e de fundo: recuo obrigatório entre a edificação e as divisas laterais e de fundo o lote. g. Taxa de permeabilidade: medida percentual relativa ao quociente da área a ser mantida permeável em relação à área total do lote. h. Parâmetros básicos: correspondem aos índices permitidos para determinada zona sem que haja a necessidade de aquisição de direitos adicionais de construção via OODC. i. Parâmetros máximos: correspondem aos índices máximos permitidos para determinada zona, condicionada à aquisição de direitos adicionais de construção via OODC para o que exceder os parâmetros básicos.

Fonte: URBTEC™ (2023).

Paralelamente a estes critérios, elenca-se abaixo a classificação das atividades por tipo de uso, que será pormenorizada nas minutas de legislação posteriormente. Para os usos habitacionais se propõe uma compatibilização com as tipologias já previstas na Lei Municipal n. 130/1999 (e alterações), de forma a facilitar sua compreensão durante o processo de transição. Desta forma, a divisão de usos acompanhará as seguintes diretrizes:

Quadro 26 – Classificação das atividades por tipo de uso

<p>- Uso habitacional:</p>
<p>a. <i>Habitação unifamiliar</i> (R1): até duas unidades habitacionais no lote, geminadas, isoladas ou superpostas.</p> <p>b. <i>Habitação multifamiliar horizontal</i> (R2a): mais que duas unidades habitacionais isoladas ou geminadas no lote e não superpostas.</p> <p>c. <i>Habitação multifamiliar vertical</i> (R2b, R3, R4, R5 e R6+): mais que duas unidades sobrepostas verticalmente no lote. A variação numérica no código é relativa ao número de pavimentos.</p> <p>d. <i>Estadia transitória</i>: não constitui habitação de caráter permanente e recebe hóspedes mediante remuneração, englobando hotéis, apart-hotel e pensões.</p>
<p>- Uso comercial</p>
<p>a. <i>Comércio e serviço vicinal</i> (CSV): atividades comerciais e de serviços de uso cotidiano e que não causam incômodo em seu entorno, tais como lanchonete, padarias, açougues, consultórios individuais, salões de beleza locais, escritórios de contabilidade, entre outros.</p> <p>b. <i>Comércio e serviço de bairro</i> (CSB): atividades comerciais e de serviços diversificados, que não causam incômodo em seu entorno, e atendem ao bairro, tais como academia, borracharia, lavanderia, restaurante, centros comerciais, serviço de lavagem de veículo, entre outros.</p> <p>c. <i>Comércio e serviço setorial</i> (CSS): atividades comerciais e de serviços destinado à uma abrangência maior e que pela sua natureza podem causar conflitos viários ou de uso do solo, tais como shopping center, hipermercados, clínicas médicas, edifícios de escritórios, entre outros.</p> <p>c. <i>Comércio e serviço específicos</i> (CSE): atividades comerciais e de serviços que por sua natureza podem causar conflitos viários, de uso do solo ou impactos ambientais de maior monta, tais como centros de distribuição logística, oficinas de reparação de veículos, comércios atacadistas, entre outros.</p>
<p>- Uso comunitário</p>
<p>a. <i>Uso comunitário 1</i>: atividades destinadas à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social ou culto religioso que, por sua natureza, não tem potencial de produzir impactos significativos sobre a malha urbana nem produzir incômodo ao uso habitacional de seu entorno, tais como ambulatório, berçário, museu, entre outros.</p> <p>a. <i>Uso comunitário 2</i>: atividades destinadas à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social ou culto religioso que, por sua natureza, tem potencial de produzir impactos sobre a malha urbana ou produzir incômodo ao uso habitacional de seu entorno, tais como escolas de primeiro ou segundo grau, hospitais, centro de eventos, entre outros.</p> <p>a. <i>Uso comunitário 3</i>: atividades destinadas à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social ou culto religioso que, por sua natureza, tem potencial de produzir grandes impactos sobre a malha urbana, gerar elevado volume de viagens ou produzir incômodo ao uso habitacional de seu entorno, tais como centro de ensino superior, estádio, sede recreativa e esportiva, entre outros.</p>

- Uso industrial ou específico

- a. *Industrial tipo 1*: atividades de baixo impacto, sem potencial poluidor e que não geram demandas de tráfego de carga ou incômodos ao entorno residencial, podendo se distribuir pelo território municipal, tal como pequenas malharias, fabricação de produtos naturais e confecção de cortinas.
- b. *Indústria tipo 2*: atividades de baixo ou médio impacto, eventualmente com potencial poluidor, mas que por sua natureza devem estar segregados do uso residencial por gerarem demandas de tráfego de carga ou incômodos, tais como indústria de panificação, serralheria e fábrica de móveis.
- c. *Indústria tipo 3 e usos específicos*: atividades de médio ou alto impacto, eventualmente com potencial poluidor, que por sua natureza exigem padrões específicos de localização, acesso, tráfego e ocupação do solo, tais como frigoríficos, indústria mecânica e fabricação de adubos e defensivos agrícolas.

Fonte: URBTEC™ (2023).

O Zoneamento Urbano proposto, pois, engloba o conjunto de variáveis e índices descritos anteriormente, de forma a compor a estratégia de uso e ocupação do solo urbano de Cabedelo. Tal como reiterado no documento em diversos momentos, busca-se fomentar uma cidade compacta e polinucleada, com a equalização de usos urbanos e incômodos, o controle do uso em áreas ambientalmente sensíveis e o direcionamento dos vetores de adensamento para as áreas mais adequadas para este fim.

Destarte, tem-se as seguintes zonas e eixos propostos, com os respectivos objetivos:

- **Zona Central (ZC)**: corresponde ao centro urbano consolidado de Cabedelo, com densidade média, mas alto índice de ocupação do solo, com uso misto.
- **Zona de Comércio e Serviços (ZCS1)**: áreas especificamente delimitadas situada no entorno da BR-230 defronte a rodovia e em áreas adjacentes específicas, na qual prevê-se a instalação de atividades comerciais e de serviço de maior porte, que demandem da acessibilidade de cargas e pessoas promovidas pelo eixo rodoviário, evitando sua localização em áreas residenciais de menor porte.
- **Eixo de Comércio e Serviços (ECS1)**: eixo no qual estão contemplados os lotes com testada para a BR-230 (ou sua via marginal), em uma faixa máxima de 100 metros paralela à referida testada, no qual prevê-se a instalação de atividades comerciais e de serviço de maior porte, que demandem da acessibilidade de cargas e pessoas promovidas pelo eixo rodoviário, evitando sua localização em áreas residenciais de menor porte.

- **Zona de Comércio e Serviço 2 (ZCS2):** área especificamente delimitadas de caráter estratégico para a consolidação de comércio e serviços na escala de bairro de forma a estruturar uma rede polinucleada intramunicipal.
- **Eixo de Comércio e Serviço 2 (ECS2):** eixo no qual estão contemplados os lotes com testada para vias principais de bairros, em uma faixa máxima de 100 metros paralela à referida testada, que conformam áreas estratégicas de consolidação de comércio e serviços na escala de bairro, de forma a estruturar uma rede polinucleada intramunicipal.
- **Zona de Interesse Turístico (ZIT):** áreas em frente à orla marítima e lindeiras à ZR1 e ZC, bem como em frente à orla fluvial no bairro Jacaré, na qual espera-se ocupação de alta densidade com preponderância de uso misto, favorecendo-se a instalação de hotéis, caracterizando-se ainda pela incidência mais restritiva do limite de gabarito previsto na Constituição Estadual.
- **Zona de Grandes Equipamentos Turísticos (ZGET):** compartimentos específicos lindeiros à ZR1 e ZIT nos quais, pela localização no quadro urbano de Cabedelo, espera-se ocupação com usos hoteleiros de alta capacidade de atração turística, favorecendo-se a instalação de resorts e usos correlatos.
- **Zona Residencial 1 (ZR1):** áreas de maior adensamento municipal, no qual prevê-se uma ocupação intensiva do solo, com verticalização e uso misto.
- **Zona Residencial 2 (ZR2):** áreas com menores restrições ambientais e disponibilidade de infraestrutura mínima que possibilitam a ocupação urbana de média densidade, com verticalização restrita e uso predominantemente residencial.
- **Zona Residencial 3 (ZR3):** áreas para as quais não se recomenda a ocupação urbana imediata, seja pela proximidade com áreas ambientalmente sensíveis, pela ausência de infraestrutura mínima ou por obstáculos potenciais decorrentes da transposição do eixo rodoviário e dos usos logísticos presentes no território, visando que haja um controle da ocupação.
- **Zona Residencial 4 – Especial de Interesse Social (ZR4-ZEIS):** parcela de área urbana instituída destinada preponderantemente à população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, referindo-se à área de assentamentos informais consolidados.
- **Zona Especial de Interesse Histórico (ZEIH):** áreas de entorno do bem tombado da Fortaleza de Santa Catarina, na qual prevê-se um regime urbanístico especial com

restrições ao uso e ocupação do solo e o condicionamento do licenciamento à análise pela Câmara Técnica de Licenciamento Urbano e pelo IPHAN.

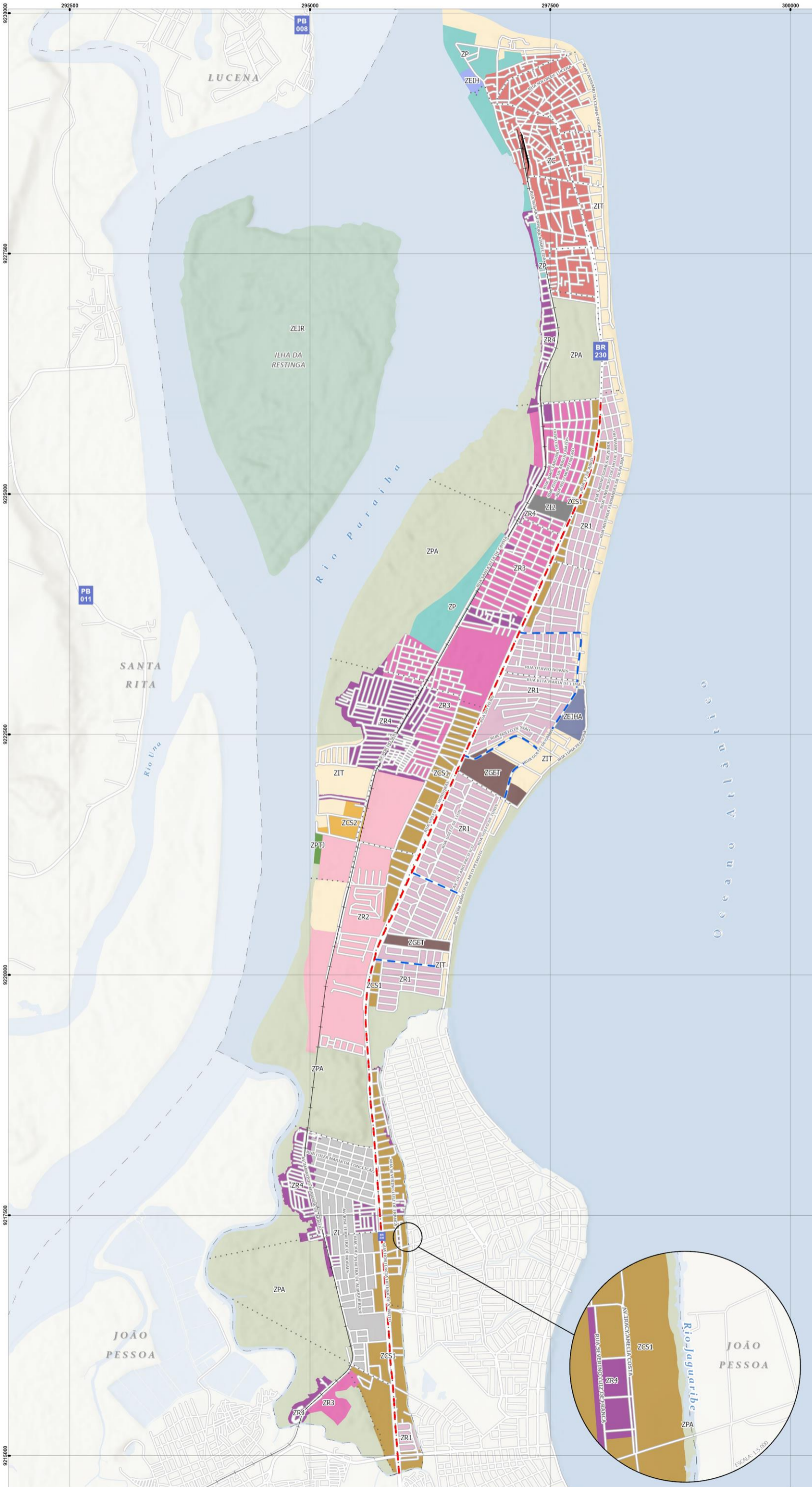
- **Zona Especial de Interesse Histórico Almagre (ZEIHA):** áreas de entorno do bem tombado Ruínas de Almagre, no qual prevê-se um regime urbanístico especial com restrições ao uso e ocupação do solo em conformidade as diretrizes já estabelecidas pelo IPHAN, cujo licenciamento fica condicionado à análise da Câmara Técnica de Licenciamento Urbano.
- **Zona Portuária (ZP):** áreas já ocupadas pelo Porto Organizado de Cabedelo e respectivas áreas de apoio, sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.
- **Zona Industrial 1 (ZI-1):** áreas destinadas a instalação de uso industrial e de comércio e serviços de grande porte que por sua natureza ou porte demandam segregação dos demais usos urbanos.
- **Zona Industrial 2 (ZI-2):** áreas destinadas ao uso industrial e de comércio e serviços de grande porte já consolidados no território em localidades não estratégicas para este uso e para os quais não se prevê desenvolvimento prioritário, devendo-se adotar medidas para mitigação dos incômodos gerados para a ocupação residencial limdeira.
- **Zona Especial da Ilha da Restinga (ZEIR):** área de proteção ambiental da Ilha da Restinga, na qual poder-se-á ser considerada a ocupação restrita apenas para usos turísticos sustentáveis e de baixo impacto ambiental, desde que respaldados por estudos ambientais prévios que mensurem a capacidade de suporte local, os riscos envolvidos e as medidas a serem adotadas para impedir a degradação da natureza.
- **Zona de Proteção Ambiental (ZPA):** áreas de proteção ambiental em que se prevê a vedação de uso e ocupação para fins urbanos.

Deve-se destacar que a proposição engloba as atividades a serem licenciadas, não implicando em proibição de usos atualmente presentes no local, ainda que estes passem a não contar com a possibilidade de ampliações de suas atividades (salvo se obtiverem parecer favorável da Câmara Técnica de Licenciamento Urbano).

Por fim, deve-se recordar que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) previstas no Código Florestal (Lei Federal nº 12651/2012), bem como as demais áreas de proteção e conservação ambiental previstas nas legislações correlatas em nível federal,

estadual e municipal, se sobrepõe as zonas urbanas propostas, prevalecendo, pois, as restrições e vedações expressas nas referidas normas ambientais.

A seguir é apresentado o mapa de Zoneamento e, na sequência, os quadros com parâmetros de uso e ocupação do solo urbano para cada zona. É importante mencionar que os parâmetros devem ser lidos em conjunto, prevalecendo o maior parâmetro em caso de lotes com uso misto, no qual as áreas destinadas a cada uso ficam restringidos ao respectivo limite de coeficiente de aproveitamento e número de pavimentos. Ademais, deve-se destacar que a área e testada mínima dos lotes se aplica para os projetos de parcelamento do solo, sejam eles novos loteamentos, subdivisões ou remembramentos.



- CONVENÇÕES:**
- Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limite de Bairros
 - Limites Municipais
 - Malha Viária
 - Ilha da Restinga
 - Massas d'Água
- Zoneamento (Proposta 3) - Eixos¹**
- Eixo de Comércio e Serviço 1 (ECS1)
 - Eixo de Comércio e Serviço 2 (ECS2)
- Zoneamento (Proposta 3)¹**
- Zona Central
 - Zona Comercial e de Serviço 1
 - Zona Comercial e de Serviço 2
 - Zona Especial da Ilha da Restinga
 - Zona Especial de Interesse Histórico
 - Zona Especial de Interesse Histórico Almagre
 - Zona Industrial
 - Zona Industrial 2
 - Zona Portuária
 - Zona Residencial 1
 - Zona Residencial 2
 - Zona Residencial 3
 - Zona Residencial 4
 - Zona de Grandes Equipamentos Turísticos
 - Zona de Interesse Turístico
 - Zona de Proteção Ambiental
 - Zona do Parque Turístico do Jacaré



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: URBTEC™
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELÓ
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: URBTEC™ [2023]¹ | PMC [2013]
 MAPBIOMAS [2020] | GOV. PB [2023]

DATA: outubro de 2023
 ESCALA: 1:40.000
 ESCALA GRÁFICA:

Zona Central (ZC)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote / testada mínimos para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote / testada mínimos para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m **	2,0 m	10%	360 m ² / 12m
R2a	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		
R2b	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m	2,0 m		
R3	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	1,8	3	4,0 m	2,0 m	2,0 m		
R4	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	1,2	2,0	4	4,0 m	3,0 m	3,0 m		
R5	-	360 m ² / 15 m	50%	0,1	1,2	2,5	5	4,0 m	3,0 m ***	3,0 m		
R6+	-	600 m ² / 20 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3 m + h/10***	3 m + h/10***		
Estadia transitória	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3m + h/10 ***	3m + h/10 ***		
Com. e serviço vicinal	750 m ²	360 m ² / 12 m	60%	0,1	2,5	3,6	6	5,0 m	Até 3 pav: 1,5m	Até 3 pav: 2,0m		
Com. e servi de bairro	750 m ²	360 m ² / 12 m							4 e 5 pav.: 2m+h/10 ***	4 e 5 pav.: 2m+h/10 ***		
Com. e serviço setorial	750 m ²	360 m ² / 12 m							Demais: 3m + h/10 ***	Demais: 3m + h/10 ***		
Comunitário 1 e 2	500 m ²	360 m ² / 12 m										

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00m.

*** Para edificações com cinco ou mais pavimentos, o afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser reduzido para 1,50m nos três primeiros pavimentos, caso o uso nesses pavimentos seja não habitacional.

Zona Residencial 1 (ZR1)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote / testada mínimos para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote / testada mínimos para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m	10%	450 m ² / 15m
R2a	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		
R2b	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m	2,0 m		
R3	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	1,8	3	4,0 m	2,0 m	2,0 m		
R4	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	1,2	2,0	4	4,0 m	3,0 m	3,0 m		
R5	-	360 m ² / 15 m	50%	0,1	1,2	2,5	5	4,0 m	3,0 m ***	3,0 m		
R6+	-	600 m ² / 20 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3 m + h/10***	3 m + h/10***		
Estadia transitória	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3m + h/10 ***	3m + h/10 ***		
Edifício de Escritórios (Serviço Setorial)	-	450 m ² / 15 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3m + h/10 ***	3m + h/10 ***		
Com. e serviço vicinal	500 m ²	360 m ² / 12 m	60%	0,1	2,5	3,6	6	5,0 m	Até 3 pav: 1,5m 4 e 5 pav.: 2m+h/10 *** Demais: 3m + h/10 ***	Até 3 pav: 2,0m 4 e 5 pav.: 2m+h/10 *** Demais: 3m + h/10 ***		
Com. e serviço de bairro	500 m ²	360 m ² / 12 m										
Com. e serviço setorial	500 m ²	450 m ² / 15 m										
Comunitário 1 e 2	500 m ²	450 m ² / 15 m										
Comunitário 3	1000 m ²	750 m ² / 20 m										

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00 m.

*** Para edificações com cinco ou mais pavimentos, o afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser reduzido para 1,50 m nos três primeiros pavimentos, caso o uso nesses pavimentos seja não habitacional.

Zona Residencial 2 (ZR2)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote / testada mínimos para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote / testada mínimos para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m **	2,0 m	10%	450 m ² / 15m
R2a	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		
R2b	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m	2,0 m		
R3	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	1,8	3	4,0 m	2,0 m	2,0 m		
R4	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	1,2	2,0	4	4,0 m	3,0 m	3,0 m		
R5	-	360 m ² / 15 m	50%	0,1	1,2	2,5	5	4,0 m	3,0 m ***	3,0 m		
R6+	-	600 m ² / 20 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3 m + h/10***	3 m + h/10***		
Estadia transitória	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3m + h/10 ***	3m + h/10 ***		
Com. e serviço vicinal	500 m ²	360 m ² / 12 m	60%	0,1	2,5	3,6	6	5,0 m	Até 3 pav: 1,5m	Até 3 pav: 2,0m		
Com. e serviço de bairro	500 m ²	360 m ² / 12 m							4 e 5 pav.: 2m+h/10 ***	4 e 5 pav.: 2m+h/10 ***		
Comunitário 1 e 2	500 m ²	450 m ² / 15 m							Demais: 3m + h/10 ***	Demais: 3m + h/10 ***		
Indústria tipo 1	250 m ²	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00 m.

*** Para edificações com cinco ou mais pavimentos, o afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser reduzido para 1,50 m nos três primeiros pavimentos, caso o uso nesses pavimentos seja não habitacional.

Zona Residencial 3 (ZR3)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote / testada mínimos para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote / testada mínimos para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m **	2,0 m	20%	360 m ² / 12m
R2a	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		
R2b	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m	2,0 m		
R3	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	1,8	3	4,0 m	2,0 m	2,0 m		
R4	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	1,2	2,0	4	4,0 m	3,0 m	3,0 m		
Estadia transitória	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	1,2	2,0	4	5,0 m	3m + h/10 ***	3m + h/10 ***		
Com. e serviço vicinal	250 m ²	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	1,8	3	5,0 m	1,5 m **	2,0 m		
Com. e serviço de bairro	250 m ²	360 m ² / 12 m										
Comunitário 1 e 2	250 m ²	360 m ² / 12 m										
Indústria tipo 1	250 m ²	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00 m.

*** Para edificações com cinco ou mais pavimentos, o afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser reduzido para 1,50 m nos três primeiros pavimentos, caso o uso nesses pavimentos seja não habitacional.

Zona Residencial 4 — Especial de Interesse Social (ZR4 — ZEIS)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote / testada mínimos para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote / testada mínimos para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	180 m ² / 8 m	60%	-	1,2	-	2	3,0 m	1,5 m **	2,0 m	10%	180 m ² / 8m
R2a	-	225 m ² / 10 m	60%	-	1,2	-	2	3,0 m	1,5 m **	2,0 m		
R2b	-	225 m ² / 10 m	60%	-	1,2	-	2	3,0 m	1,5 m	2,0 m		
R3	-	300 m ² / 12 m	60%	-	1,2	1,8	3	4,0 m	2,0 m	2,0 m		
R4	-	300 m ² / 12 m	50%	-	1,2	2,0	4	4,0 m	3,0 m	3,0 m		
Estadia transitória	-	360 m ² / 12 m	50%	-	1,2	2,0	4	5,0 m	3,0 m	3,0 m		
Com. e serviço vicinal	250 m ²	180 m ² / 8 m	60%	-	1,2	-	2	5,0 m	1,5 m **	2,0 m		
Com. e serviço de bairro	250 m ²	180 m ² / 8 m										
Comunitário 1 e 2	250 m ²	300 m ² / 12 m										
Indústria tipo 1	250 m ²	180 m ² / 8 m	60%	-	1,2	-	2	3,0 m	1,5 m **	2,0 m		

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00 m.

*** Para edificações com cinco ou mais pavimentos, o afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser reduzido para 1,50 m nos três primeiros pavimentos, caso o uso nesses pavimentos seja não habitacional.

Zona de Interesse Turístico (ZIT)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,8	-	3	5,0 m	1,5 m **	2,0 m	10%	450 m ² / 15m
R2a	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,8	-	3	5,0 m	1,5 m **	2,0 m		
R2b	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	5,0 m	1,5 m	2,0 m		
R3	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	1,8	3	5,0 m	2,0 m	2,0 m		
R4	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	1,2	2,0	4	5,0 m	3,0 m	3,0 m		
R5	-	360 m ² / 15 m	50%	0,1	1,2	2,5	5	5,0 m	3,0 m ***	3,0 m		
R6+	-	600 m ² / 20 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3 m + h/10***	3 m + h/10***		
Estadia transitória	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3m + h/10 ***	3m + h/10 ***		
Com. e serviço vicinal	500 m ²	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,8	-	3	5,0 m	1,5 m **	2,0 m		
Com. e serviço de bairro	500 m ²	360 m ² / 12 m										
Com. e serviço setorial	500 m ²	450 m ² / 15 m										
Comunitário 1 e 2	500 m ²	450 m ² / 15 m										

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00 m.

*** Para edificações com cinco ou mais pavimentos, o afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser reduzido para 1,50 m nos três primeiros pavimentos, caso o uso nesses pavimentos seja não habitacional.

Zona de Comércio e Serviço 1 (ZCS1) e Eixo de Comércio e Serviço 1 (ECS1)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m	10%	450 m ² / 15m
R2a	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		
R2b	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m	2,0 m		
R3	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	1,8	3	4,0 m	2,0 m	2,0 m		
R4	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	1,2	2,0	4	4,0 m	3,0 m	3,0 m		
Estadia transitória	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3m + h/10 ***	3m + h/10 ***		
Ed. de Escritórios (Serviço Setorial)	-	450 m ² / 15 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3m + h/10 ***	3m + h/10 ***		
Com. e serviço vicinal e de bairro	1.000 m ²	360 m ² / 12 m	70%	0,1	2,1	2,8	4	5,0 m	3,0 m	3,0 m		
Com. e serviço setorial e específico	1.000 m ²	450 m ² / 15 m										
Comunitário 1 e 2	1.000 m ²	450 m ² / 15 m	70%	0,1	2,1	2,8	4	5,0 m	3,0 m	3,0 m		
Comunitário 3	-	450 m ² / 15 m										

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00 m.

*** Para edificações com cinco ou mais pavimentos, o afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser reduzido para 1,50 m nos três primeiros pavimentos, caso o uso nesses pavimentos seja não habitacional.

Zona de Comércio e Serviço 2 (ZCS2) e Eixo de Comércio e Serviço 2 (ECS2)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permea- bilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m	10%	450 m ² / 15m
R2a	-	300 m ² / 12 m	60%	0,1	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		
R2b	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m	2,0 m		
R3	-	360 m ² / 12 m	60%	0,1	1,2	1,8	3	4,0 m	2,0 m	2,0 m		
R4	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	1,2	2,0	4	4,0 m	3,0 m	3,0 m		
R5	-	360 m ² / 15 m	50%	0,1	1,2	2,5	5	5,0 m	3,0 m ***	3,0 m		
R6+	-	600 m ² / 20 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3 m + h/10***	3 m + h/10***		
Estadia transitória	-	360 m ² / 12 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3m + h/10 ***	3m + h/10 ***		
Ed. de Escritórios (Serviço Setorial)	-	450 m ² / 15 m	50%	0,1	2,5	4,0	-	5,0 m	3m + h/10 ***	3m + h/10 ***		
Com. e serviço vicinal	500 m ²	360 m ² / 12 m	70%	0,1	2,5	4,2	6	5,0 m	Até 3 pav: 1,5m	Até 3 pav: 2,0m		
Com. e serviço de bairro	750 m ²	450 m ² / 15 m							4 e 5 pav.: 2m+h/10 ***	4 e 5 pav.: 2m+h/10 ***		
Comércio e serviço setorial	750 m ²	450 m ² / 15 m							Demais: 3m + h/10 ***	Demais: 3m + h/10 ***		
Comunitário 1 e 2	750 m ²	450 m ² / 15 m										

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00 m.

*** Para edificações com cinco ou mais pavimentos, o afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser reduzido para 1,50 m nos três primeiros pavimentos, caso o uso nesses pavimentos seja não habitacional.

Zona Especial de Interesse Histórico (ZEIH)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	**	**	-	**	-	**	**	**	**	**	450 m ² / 15m
Estadia transitória	**	**	**	-	**	-	**	**	**	**		
Com. e serviço vicinal	**	**	**	-	**	-	**	**	**	**		
Com. e serviço de bairro	**	**	**	-	**	-	**	**	**	**		

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** Índices de ocupação do solo a serem estabelecidos mediante consulta a Câmara técnica de Licenciamento Urbano

Zona Especial de Interesse Histórico Almagre (ZEIHA)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	**	**	-	**	-	**	**	**	**	**	450 m ² / 15m
Estadia transitória	**	**	**	-	**	-	**	**	**	**		
Com. e serviço vicinal	**	**	**	-	**	-	**	**	**	**		
Com. e serviço de bairro	**	**	**	-	**	-	**	**	**	**		

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** Índices de ocupação do solo a serem estabelecidos mediante consulta a Câmara técnica de Licenciamento Urbano

Zona de Proteção Ambiental (ZPA)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permea- bilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Zona Especial da Ilha da Restinga (ZEIR)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permea- bilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	**	20%	-	**	**	3	**	**	**	60%	**
Estadia transitória	**	**	20%	-	**	**	3	**	**	**		
Comércio e Serviço Setorial: centro de eventos	**	**	20%	-	**	**	3	**	**	**		
Comércio e Serviço de Bairro: restaurante e correlatos	**	**	20%	-	**	**	3	**	**	**		

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** Índices de ocupação do solo a serem estabelecidos mediante consulta a Câmara técnica de Licenciamento Urbano e condicionado ao respectivo Licenciamento Ambiental.

Zona Industrial 1 (ZI-1)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	300 m ² / 12 m	60%	-	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m	10%	450 m ² / 15m
R2a	-	300 m ² / 12 m	60%	-	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		
R2b	-	360 m ² / 12 m	60%	-	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m	2,0 m		
R3	-	360 m ² / 12 m	60%	-	1,2	1,8	3	4,0 m	2,0 m	2,0 m		
Com. e serviço vicinal	-	360 m ² / 12 m	70%	-	1,4	-	2	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		
Com. e serviço de bairro	-	360 m ² / 12 m										
Com. e serviço setorial	-	450 m ² / 15 m	70%	-	2,1	-	3	5,0 m	2,0 m	2,0 m		
Com. e serviço específico	-	450 m ² / 15 m										
Comunitário 1 e 2	-	450 m ² / 15 m	70%	-	2,1	-	3	5,0 m	2,0 m	2,0 m		
Comunitário 3	-	450 m ² / 15 m										
Indústrias tipo 1, 2 e 3	-	450 m ² / 15 m	70%	-	2,1	-	3	5,0 m	2,0 m	2,0 m		

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00 m.

Zona Industrial 2 (ZI-2)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permea- bilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	300 m ² / 12 m	60%	-	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m	10%	450 m ² / 15m
R2a	-	300 m ² / 12 m	60%	-	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		
R2b	-	360 m ² / 12 m	60%	-	1,2	-	2	4,0 m	1,5 m	2,0 m		
R3	-	360 m ² / 12 m	60%	-	1,2	1,8	3	4,0 m	2,0 m	2,0 m		
Com. e serviço vicinal	-	360 m ² / 12 m	70%	-	1,4	-	2	4,0 m	1,5 m **	2,0 m		
Com. e serviço de bairro	-	360 m ² / 12 m										
Com. e serviço setorial	-	450 m ² / 15 m	70%	-	2,1	-	3	5,0 m	2,0 m	2,0 m		
Com. e serviço específico	-	450 m ² / 15 m										
Comunitário 1 e 2	-	450 m ² / 15 m	70%	-	2,1	-	3	5,0 m	2,0 m	2,0 m		
Comunitário 3	-	450 m ² / 15 m										
Indústrias tipo 1, 2 e 3	-	450 m ² / 15 m	70%	-	2,1	-	3	5,0 m	2,0 m	2,0 m		

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00 m.

Zona Portuária (ZP)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permeabilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
**	**	**	**	-	**	-	**	**	**	**	**	**

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** Tipologia e Índices de ocupação do solo a serem estabelecidos mediante consulta a Câmara técnica de Licenciamento Urbano

Zona do Parque Turístico do Jacaré (ZPTJ)

Tipologia de Uso		Índices de ocupação do solo										
Uso	Porte	Lote mínimo / testada para uso	Taxa de ocupação	Coeficiente de Aproveitamento			Máx. Pav.*	Afastamentos			Permea- bilidade	Lote mínimo / testada para parcelamento
				Mínimo	Básico	Máximo		Frontal	Lateral	Fundos		
R1	-	300 m ² / 12 m	60%	-	1,8	-	3	4,0 m	1,5 m **	2,0 m	10%	450 m ² / 15m
Estadia transitória	-	360 m ² / 12 m	60%	-	2,5	3,6	6	5,0 m	Até 3 pav: 1,5m	Até 3 pav: 2,0m		
Com. e serviço vicinal	-	360 m ² / 12 m	60%	-	2,5	3,6	6	5,0 m	4 e 5 pav.: 2m+h/10 ***	4 e 5 pav.: 2m+h/10 ***		
Com. e serviço de bairro	-	450 m ² / 15 m							Demais: 3m + h/10 ***	Demais: 3m + h/10 ***		

Observações: * O número de pavimentos é limitado adicionalmente pela normativa prevista na Constituição Estadual da Paraíba.

** O afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser dispensado no caso de edificação com uso R1 ou R2a, desde que limitada a um pavimento, com pé-direito máximo de 3,00 m.

*** Para edificações com cinco ou mais pavimentos, o afastamento das divisas laterais e de fundo poderá ser reduzido para 1,50 m nos três primeiros pavimentos, caso o uso nesses pavimentos seja não habitacional.

6. Sistema Viário

Conjuntamente as diretrizes de desenvolvimento territorial de Cabedelo faz-se fundamental estabelecer uma hierarquia viária que equalize a tipologia e intensidade dos usos planejados com a natureza e capacidade das vias para comportar a circulação de pessoas, veículos e mercadorias. Conforme abordado na etapa de diagnóstico, percebe-se que uma parte significativa do município não dispõe das condições suficientes para estruturação do sistema viário, tanto em termos de pavimentação e infraestrutura, quanto em relação às dimensões mínimas para promover a caminhabilidade e a ciclomobilidade.

Neste contexto, a revisão da hierarquia viária de Cabedelo e sua adequação às diretrizes de ordenamento territorial possibilitam o desenvolvimento urbano adequado do município, evitando conflitos viários e potencializando as estratégias delineadas para os próximos dez anos. Paralelamente, a previsão de diretrizes viárias e de dimensões mínimas por classe de via contribuem para orientar futuros loteamentos e garantir a continuidade de vias importantes para a estruturação municipal.

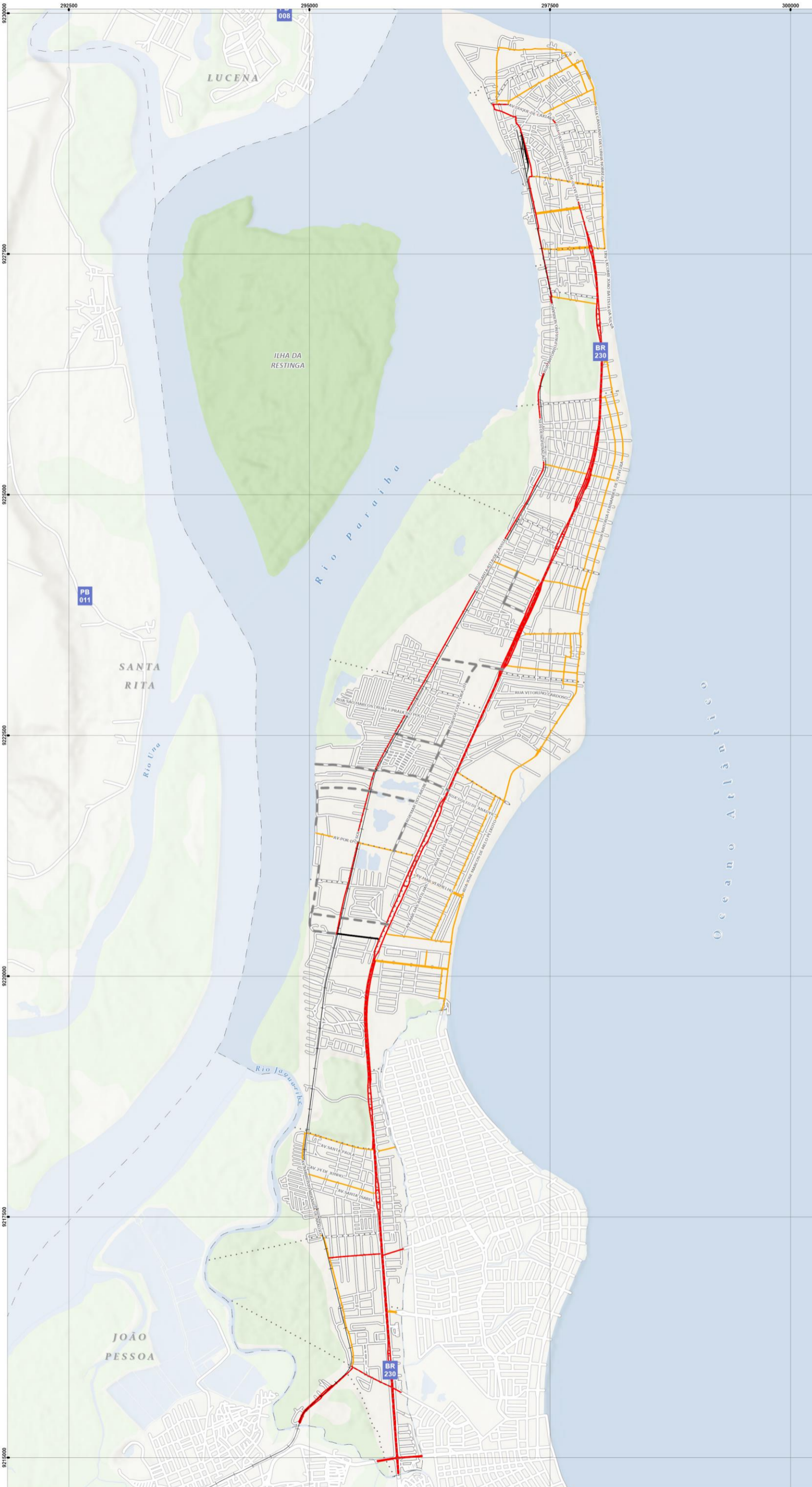
A classificação proposta parte da hierarquia tradicionalmente estabelecida para vias urbanas pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997 e alterações), de forma a simplificar a gestão pelos técnicos municipais e facilitar sua compreensão pela população. Desta forma, a hierarquia viária proposta para Cabedelo divide-se em:

- **Via Expressa:** destinada a promover a interligação da BR-230 com a futura ponte Cabedelo–Lucena, para a qual recomenda-se velocidade máxima de 80 km/h.
- **Via Arterial:** destinada a possibilitar o trânsito entre as regiões da cidade, para a qual recomenda-se velocidade máxima de 60 km/h.
- **Via Coletora:** destinada a coletar e distribuir o trânsito dentro das regiões da cidade. para a qual recomenda-se velocidade máxima de 40 km/h.
- **Via Local:** destinada ao acesso local ou a áreas restritas. para a qual recomenda-se a velocidade máxima de 30 km/h.

Ainda que a configuração atual da Rodovia Transamazônica (BR-230) seja de uma via expressa, a presente revisão do Plano Diretor propõe sua classificação como **via arterial**, considerando as tratativas em curso para municipalização do trecho cabedelense e sua conversão em via urbana. Sua classificação como via arterial sinaliza para a

graduação incorporação da estrutura urbana do município, articulando-se à Rua Santa Rita de Cássia (e outras conexas) para estruturar um anel de integração da área portuária com as áreas de apoio presentes no bairro Recanto do Poço, conectando-os à Região Metropolitana de João Pessoa. A partir desse anel arterial, organiza-se o restante do sistema viário municipal.

Nesse contexto, especial menção à Avenida Oceano Atlântico, que se origina da conexão com João Pessoa pela orla e se estende ao longo de toda a costa de Cabedelo. Apesar de sua extensão, a natureza do fluxo é de organização na escala do bairro, de forma que a classificação como coletora se relaciona a uma intenção de desenho urbano que promova maior apropriação do entorno e menor velocidade de veículos, adequada ao uso turístico e de lazer das praias. Complementarmente, há um sistema de vias coletoras estruturando a porção Sul do município bem como a área central, que se somam à eixos específicos nos quais se prevê a constituição de centros de bairro, avançando para o desenvolvimento urbano polinucleado almejado. O mapa a seguir apresenta a espacialização do Sistema Viário proposto para Cabedelo.



- CONVENÇÕES:**
- Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limite de Bairros
 - Limites Municipais
 - Ilha da Restinga
 - Massas d'Água
 - Remanescentes Florestais
- Hierarquia Viária (Proposta 2)¹**
- Via Expressa
 - Via Arterial
 - Via Coletora
 - Via Local
 - Diretrizes Viárias (Proposta 2)¹



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: URBTEC™
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: URBTEC™ [2023]¹ | PMC [2013]
 MAPBIOMAS [2020] | GOV. PB [2023]
 DATA: novembro de 2023
 ESCALA: 1:40.000
 ESCALA GRÁFICA:



A partir da configuração espacial delineada, são estabelecidas dimensões mínimas que garantam a acomodação dos fluxos previstos para cada via (Quadro 27). Tendo em vista o tempo e os custos envolvidos com projetos de adequação geométrica das vias, deve-se considerar tais medidas como referenciais para novos loteamentos e para projetos de requalificação urbana que envolvam o desenho urbano na escala da via. Em caso de impossibilidade de atendimento, deve-se excluir primeiramente a área reservada à estacionamento e, na sequência, parte do leito carroçável, de forma a privilegiar a calçada e a ciclovia. A consolidação da rede cicloviária ao longo das vias coletoras e arteriais funcionará como mecanismo indutor da conversão de viagens no município — atualmente realizadas de motocicleta e carros para, futuramente, majoritariamente de bicicleta.

Quadro 27 – Dimensões mínimas de vias

Tipologia	Caixa da Via dimensões mínimas					Largura Total mínima
	Calçada ¹	Ciclovía	Estacionamento (um lado da via)	Leito carroçável (faixas de rolamento)	Canteiro Central	
Expressa	2					40,00m
Arterial	3,50m para cada lado	2,40m (bi-direcional)	-	18,6m	2,00m	30,00m
Coletora	3,00m para cada lado	1,20m (unidirecional)	2,40m ³	14,4m	-	24,00m
Local	1,80m para cada lado	-	4	8,40m	-	12,00 m

Fonte: URBTEC™, 2023.

Notas:

¹ Nos casos em que não há a possibilidade de atendimento de tais dimensões, garantir, no mínimo, calçada com 1,20m livre de obstáculos para circulação de pessoas.

² A depender do projeto da ponte Cabedelo-Lucena.

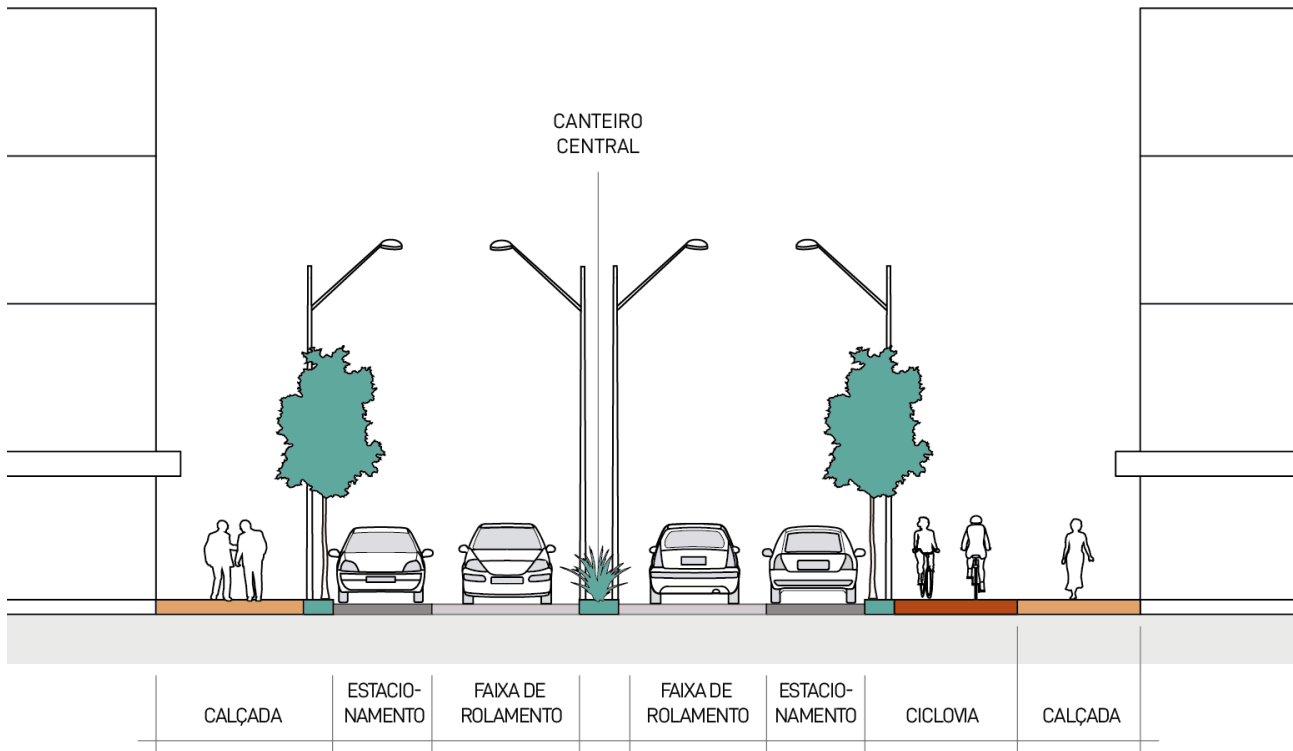
³ Em vias existentes em que não seja possível atender a largura total mínima, desconsiderar a previsão de estacionamento na via.

⁴ Permitindo o estacionamento de veículos em ambos os lados da via, sem demarcação específica.

A Figura 5 ilustra a setorização da via a partir dos elementos elencados no quadro acima. Deve-se observar que nem todos os elementos estão previstos em todas as tipologias — por exemplo, apenas a Via Arterial possui previsão de canteiro central.

Destaca-se que o quadro indica as elementos e dimensões mínimos para a tipologia, podendo o projeto da via sofrer adaptações para o contexto, conforme descrito anteriormente.

Figura 5 – Setorização da via



Fonte: URBTEC™ (2023).

7. Instrumentos Urbanísticos

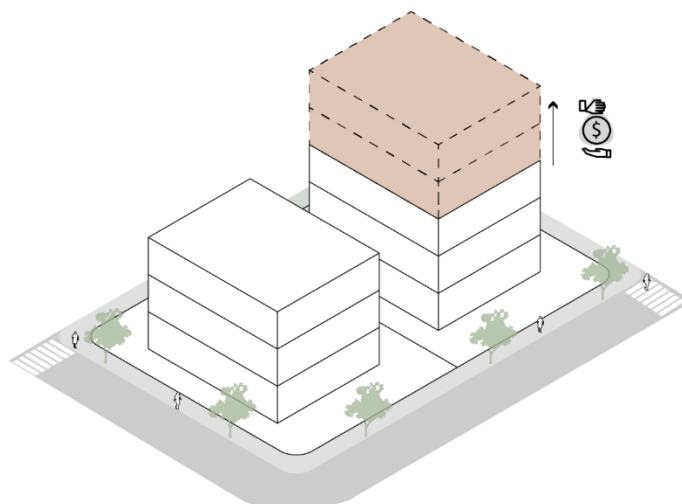
As diretrizes gerais da política urbana, tal como previstos na Lei Federal 10257/2001, do Estatuto da Cidade, envolvem a garantia do direito à cidade sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Neste contexto, para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, cabe a política urbana local garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização, ordenando o uso do solo urbano a fim de evitar a proximidade de usos incompatíveis, a retenção especulativa de imóveis urbanos, a degradação ambiental, dentro outros aspectos.

Para tanto, o regramento nacional prevê um conjunto amplo de instrumentos passíveis de serem utilizados e que possibilitam a indução do desenvolvimento urbano, a recuperação parcial da valorização da terra e a regularização fundiária de assentamentos informais. O correto desenho e aplicação destes instrumentos urbanísticos permite delinear estratégias consistentes de consecução das diretrizes de desenvolvimento municipal. Para o caso de Cabedelo propõe-se a adoção dos seguintes instrumentos urbanísticos:

7.1. Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)

Tal como prevê o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor poderá prever áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida, conforme ilustrado na Figura 6. Tal instrumento possibilita a recuperação de parte da valorização da terra decorrente do aumento do potencial construtivo, levando ao aumento da capacidade do município em financiar o desenvolvimento urbano local.

Figura 6 – Esquema de área sujeita à Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)



Fonte: URBTEC™ (2023).

Paralelamente, experiências recentes no Brasil tem se utilizado de fatores complementares para o cálculo da contrapartida financeira. Em termos práticos, significa que determinadas áreas da cidade ou determinados usos passam a ter custos menores para a compra de potencial adicional de construção, de forma que a OODC também funcionaria como um instrumento de indução ao desenvolvimento ou priorização de alguns usos, como a habitação de interesse social.

Para operacionalização da cobrança da OODC, considera-se essas possibilidades de isenção ou redução, alinhando-se as estratégias previamente estabelecidas neste Plano Diretor. Deve-se ainda destacar que, tal como previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), tal contrapartida pode ser realizada de outras formas para além do pagamento direto do valor ao poder público, incluindo a realização de obras públicas, construção equipamentos urbanos ou doação de unidades habitacionais de interesse social em valor correspondente. Assim, tem-se a seguinte fórmula:

$$CP = 0,40 \times ACA \times VMT \times FIS \times FVU$$

Em que: CP é o valor da contrapartida; ACA é a área construída adicional adquirida além do coeficiente de aproveitamento básico; VMT é o valor por metro quadrado construído conforme Planta Genérica de Valores; FIS é o fator de interesse social e o FVU corresponde ao fator de vitalidade urbana.

A proposta para os fatores de interesse social, urbanidade e vitalidade são pormenorizadas a seguir:

Quadro 28 – Fatores para o cálculo do valor da OODC

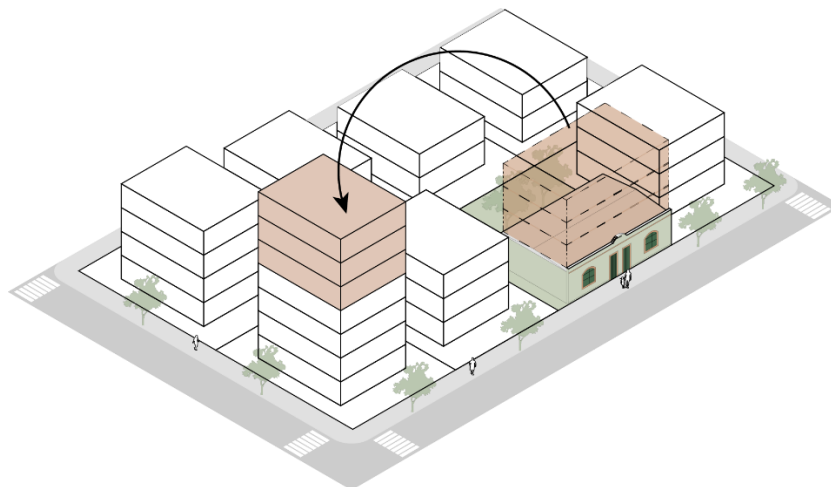
Fator redutor	Objetivo	Valores	Índice
Fator de Interesse Social (FIS)	Estimular a construção de habitação social em áreas bem localizadas a partir da isenção da outorga onerosa para esse fim.	Empreendimento destinado total ou parcialmente à habitação de interesse social	0,00
		Equipamentos culturais e turísticos, exceto aqueles destinados à estadia transitória.	0,25
		Hospitais e universidades	0,50
		Demais empreendimentos	1,00
Fator de Vitalidade Urbana (FVU)	Estimular a construção de empreendimentos que mesclm usos habitacionais e comerciais no mesmo lote, promovendo maior vitalidade urbana.	Empreendimento que mescla usos residenciais (R1 a R6+) com comércio e serviços (vicinais ou de bairro), com térreo não residencial.	0,80
		Demais empreendimentos.	1,00

Fonte: URBTEC™, 2023.

7.2. Transferência do Direito de Construir (TDC)

De forma a estimular a preservação de áreas de interesse ambiental, do entorno dos bens tombados no município e dos próprios imóveis históricos, a utilização da TDC possibilitará que o proprietário de imóvel deixe de utilizar o potencial construtivo disponível, transferindo-o para outro lote. Usualmente, sua aplicação envolve a possibilidade de comercialização periódica (a cada 5 anos, por exemplo), de forma a estimular o proprietário a manter o imóvel em condições adequadas de conservação. No caso do PDM de Cabedelo, tal transferência poderá contribuir com a conservação dos patrimônios históricos tombados do município, bem como daqueles não contemplados nesta relação. Assim, ao invés de adquirir a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), o empreendedor poderá adquirir com condições específicas o direito à área construída adicional. Sua aplicação poderá ser regulamentada para estimular a preservação e conservação de edificações históricas e novas áreas de proteção ambiental.

Figura 7 – Esquema de área sujeita à Transferência do Direito de Construir



Fonte: URBTEC™ (2023).

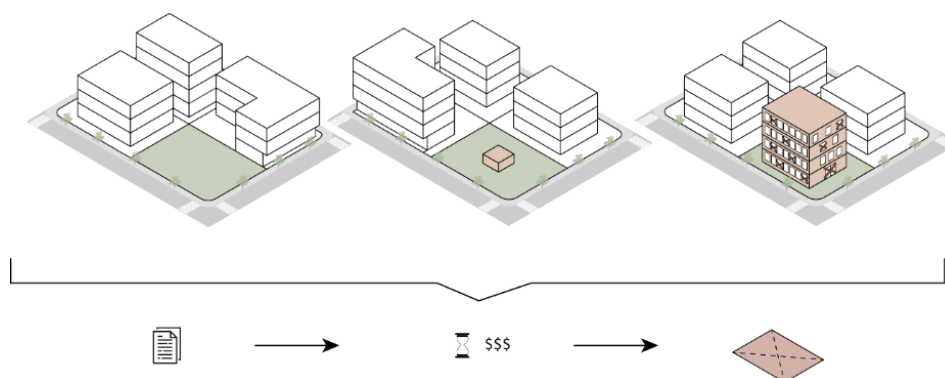
No instrumento, além de serem definidos os imóveis cujo potencial construtivo é passível de transferência, são indicadas as indicadas zonas para as quais tal potencial poderá ser transferido. No caso de Cabedelo, sugere-se que a TDC seja direcionada para a Zona Residencial 1, Zona Central ou Zona/Eixo de Comércio e Serviços, de forma a reforçar também o caráter indutor de desenvolvimento urbano destes instrumentos. Deve-se atentar para o fato de que a TDC não permite o extrapolar os parâmetros construtivos permitidos para determinada zona, possibilitando apenas o alcance dos limites estipulados nos quadros de parâmetros.

7.3. Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória (PEUC)

O PEUC é um instrumento urbanístico estratégico para combater a reserva especulativa de imóveis urbanos e promover a ocupação de áreas com disponibilidade de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, garantindo, em última instância, o cumprimento da função social da propriedade e da cidade. Sua utilização envolve a aplicação subsequente do IPTU progressivo no tempo (no caso de não atendimento da notificação de utilização do lote ou edificação), possibilitando também a desapropriação com título da dívida pública, conforme a Figura 8.

O PEUC está relacionado ao não atendimento do coeficiente mínimo de aproveitamento para determinadas zonas, tal como estabelecido nos quadros de parâmetros do zoneamento, refletindo prioridades de adensamento e direcionamento do crescimento esperado para o município nos próximos dez anos.

Figura 8 – Esquema de aplicação do PEUC



Fonte: URBTEC™ (2023).

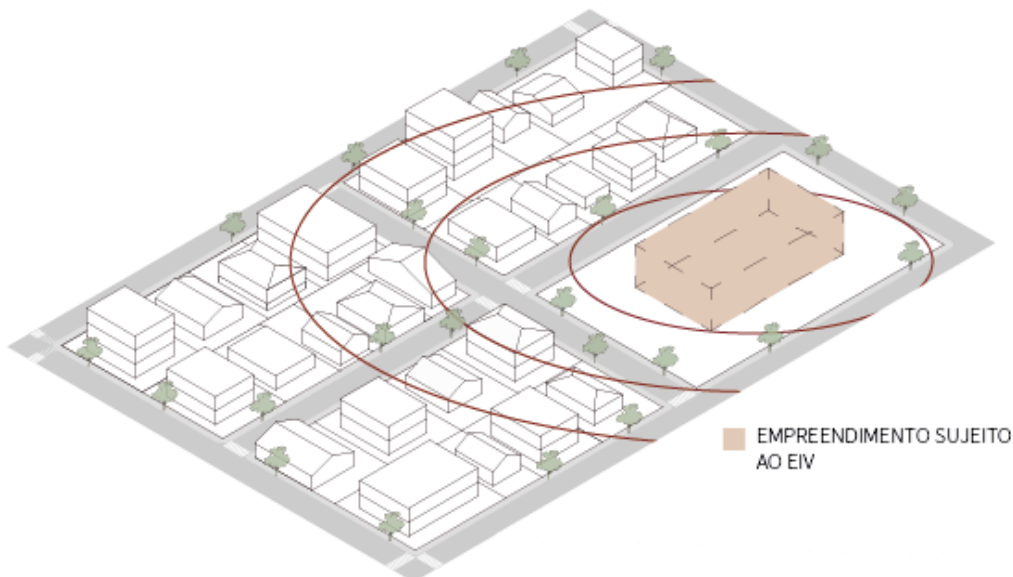
No contexto do PDM de Cabedelo, recomenda-se a aplicação do PEUC direcionado para lotes com mais de 600m² na Zona Residencial 1 (ZR1), na Zona de Interesse Turístico (ZIT) e na Zona de Comércio e Serviço 2 (ZCS2), áreas prioritárias de adensamento urbano, nas quais há disponibilidade de infraestrutura e equipamentos urbanos, mas há um volume significativo de lotes vagos.

7.4. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

A condicionalidade de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para empreendimentos ou atividades econômicas de impacto na cidade possibilita a avaliação dos impactos positivos e negativos da sua implantação, bem como o adequado monitoramento do uso do solo e mitigação dos eventuais efeitos adversos de determinado empreendimento sobre o suporte natural, a rede viária e de mobilidade, dentre outros fatores. A possibilidade de o município requerer a execução de medidas mitigadoras e compensatórias para se manifestar favoravelmente ao licenciamento mostra-se estratégico

na atuação ativa para garantia das condições adequadas de desenvolvimento urbano em Cabedelo.

Figura 9 – Empreendimento sujeito ao Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV)



Fonte: URBTEC™ (2023).

Considerando as limitações de infraestrutura urbana e mobilidade identificadas na etapa de diagnóstico do Plano Diretor, faz-se fundamental estabelecer um rol de condicionalidades que contemple os principais polos geradores de tráfego e impacto sobre a cidade. Nesse contexto, propõe-se que o EIV passe a ser exigido para os usos e portes especificados no quadro a seguir.

Quadro 29 – Critérios para exigência de EIV

Tipos específicos de uso, independente da zona em que se localiza	
Uso	Porte
Comércio e Serviço Setorial	Maior que 1.000 m ²
Comunitário 1 e 2	
Comunitário 3	
R3	Maior que 2.500 m ²
R4	
R5	
R6+	
Estadia transitória	
Edifício de Escritórios	
Comércio e Serviço Específico	Maior que 5.000 m ²
Indústria tipos 1, 2 e 3	
Para zonas específicas, independente do uso	
Zona de Grandes Equipamentos Turísticos (ZGET)	
Zona Portuária (ZP)	
Zona Especial da Ilha da Restinga (ZEIR)	
Zona Industrial 2 (ZI2)	

Fonte: URBTEC™, 2023.

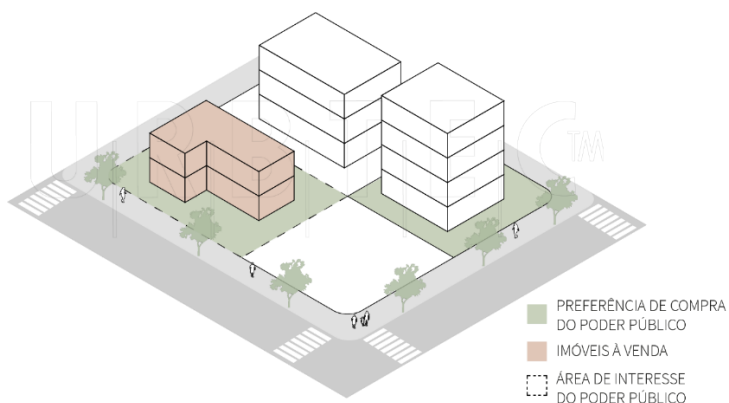
Deve-se destacar que a apresentação do EIV não objetiva aprovar empreendimento ou atividades que não sejam permitidas para determinada zona.

No instrumento, é prevista ainda a possibilidade de o município requerer a execução de medidas mitigadoras e compensatórias para se manifestar favoravelmente ao licenciamento, mostrando-se estratégico na atuação ativa para garantia das condições adequadas de desenvolvimento urbano em Cabedelo. Tal questão trata-se de um importante ponto a ser reforçado na Revisão do PDM, devendo ser elaborada na lei, ferramentas que garantam a possibilidade de aplicação do instrumento e da cobrança de contrapartidas pelo município. Em versões futuras deste produto serão estabelecidos os procedimentos e critérios mais detalhados para a aplicação deste instrumento.

7.5. Direito de Preempção

O Direito de preempção trata-se de um instrumento que garante a preferência do município na alienação onerosa entre particulares, conforme representado na Figura 10.

Figura 10 – Esquema de aplicação do Direito de Preempção



Fonte: URBTEC™ (2023).

Por meio do instrumento, o proprietário é obrigado a notificar o poder público sobre a interesse de venda de seu imóvel, cabendo ao executivo municipal a avaliação sobre a conveniência e a possibilidade de exercer a preferência para a aquisição de tal imóvel. Também será necessário estabelecer por lei a área de incidência do instrumento, os objetivos e os procedimentos necessários para sua execução, devendo envolver minimamente a notificação dos proprietários sobre a exigência de comunicação ao poder público previamente à efetivação da alienação onerosa.

8. Projetos Estruturantes Estratégicos

8.1. Qualificação urbana e regularização fundiária

Conforme tratado anteriormente, uma das premissas para o ordenamento do desenvolvimento urbano de Cabedelo encontra-se na melhoria das condições de suporte à ocupação já existente no município. Tal questão aponta para existência de uma significativa quantidade de áreas ocupadas que carecem de melhor tratamento e qualificação, em necessidade de avanço nas condições de mobilidade, urbanidade e oferta de equipamentos comunitários, por exemplo. Ainda que a proposta para a Revisão do PDM conte com uma Macrozona específica voltada para a Qualificação Urbana, o presente projeto visa englobar regiões específicas do território que extrapolam tais limitações, tendo sido indicadas para estudo tanto por conta de sua potencialidade para o aprimoramento das condições urbanas do município, quanto pela necessidade de haver um olhar mais aproximado sobre suas problemáticas específicas.

Partindo desse contexto, o projeto encontra-se subdividido em **três eixos estratégicos** principais, os quais visam promover a qualificação urbana, porém considerando contextos e desafios urbanos distintos. O primeiro a ser trabalhado trata-se da qualificação urbana voltada para o desenvolvimento de centros de bairro; o segundo envolve as áreas de ocupação do Rio Jaguaribe; e o terceiro contempla um projeto para a regularização da área central do município.

8.1.1. Desenvolvimento dos Centros de Bairro

Partindo da leitura da realidade municipal, observa-se que Cabedelo possui um padrão de ocupação territorial predominantemente monofuncional, sendo expresso pela escassez de áreas mistas, e pela presença de bairros de caráter residencial e de áreas específicas concentradoras de comércios e serviços. Em uma análise espacial de uso do solo predominante, o bairro Centro é caracterizado pela concentração de usos comerciais menores, enquanto BR-230 destaca-se pela formação de um eixo aglutinador de comércios e de serviços de grandes dimensões.

Tal característica morfológica acarreta em uma maior necessidade de deslocamento pela população, na medida em que serviços essenciais encontram-se mais distantes de suas moradias. Paralelamente, o aumento da demanda por deslocamentos tende a pressionar as estruturas municipais, como o sistema viário e o transporte público coletivo, contribuindo também para o aumento de custos para gestão urbana do município. Dessa forma, o desenvolvimento de centralidades de bairro busca fomentar e organizar áreas afastadas do Centro que concentrem comércios e serviços de bairro mais acessíveis, diminuindo a necessidade de grandes deslocamentos.

Parte das ações para a promoção das centralidades de bairro e da polinucleação do município encontra-se presente em propostas já destacadas em capítulos anteriores do presente relatório, sendo importante pontuar: (I) a proposição de instrumentos de incentivo ao uso misto, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir; (II) as alterações no zoneamento municipal, com vistas para o fomento de uma cidade compacta e polinucleada; e (III) as alterações dos parâmetros vigentes de ocupação do solo, mais especificamente dos usos permitidos e permissíveis em cada zona do município.

Todavia, destaca-se ainda a importância de formular ações específicas que prevejam, a longo prazo, o melhor desenho e qualificação urbana das centralidades de bairro, garantido condições de passeio urbano e fluxo compatíveis com uma área de concentração de comércio e serviços. Dito isso, é importante notar que, como trata-se de uma proposta que considera a criação de novas centralidades, as ações de qualificação de tais núcleos devem ser elaboradas a longo prazo, de maneira pareada à consolidação dos próprios centros de bairros.

Como principais ações de qualificação a serem trabalhadas juntamente com a criação e o fortalecimento das centralidades de bairros, destaca-se a necessidade de compatibilização de tais áreas, tomando como foco o ciclista e o pedestre. Das ciclorrotas, reforça-se a importância da instituição de ciclorrotas estratégicas estruturais que conectem o bairro aos serviços oferecidos na centralidade, em consonância com a Diretriz 1 (A 1.2.2). No que tange ao pedestre, verifica-se a necessidade de fomento de projetos de desenho urbano que tenham como principais ações:

- Realizar a padronização e ampliação dos passeios próximos às áreas de concentração de comércios e serviços, em consonância com a Diretriz 13 (A13.3.1).
- Adotar elementos de redução de velocidade, como travessias urbanas elevadas.

- Implantar elementos qualificadores do espaço urbano, como iluminação pública diferenciada e tipos diferenciados de paginação de pisos.

8.1.2. Áreas de ocupação do Rio Jaguaribe

O Rio Jaguaribe trata-se de um importante elemento de análise em Cabedelo, tanto por conta de suas características ambientais, quanto pela ocupação informal inserida ao longo de suas margens, nas divisas entre Cabedelo e João Pessoa.

Em uma análise temporal, verifica-se que o Rio Jaguaribe teve seu curso natural desviado ainda na década de 1920, em função de obras de engenharia sanitária que previam a diminuição de alagamentos e o combate à Malária na região. As obras resultaram na mudança do seu desague para o rio Mandacarú, transformando a seção interrompida no chamado “Rio Morto”, o qual tornou-se afluente do próprio Rio Jaguaribe. Posteriormente, a implantação do Manaíra Shopping Center, em 1989, causou a reversão de seu desague novamente para o mar, não possuindo, todavia, força suficiente para fluir de forma adequada (DIEB; MARTINS, 2017).

As sucessivas obras de ampliação do Shopping ao longo dos anos também resultaram no progressivo estreitamento do leito, inviabilizando seu escoamento nas épocas de chuva e provocando, conseqüentemente, diversos casos de inundações (MEDEIROS; SILVA JÚNIOR, 2016). Atualmente, o “Rio Morto” encontra-se com águas poluídas devido ao intenso processo de urbanização, sem a infraestrutura de saneamento adequada ao longo de suas marginais (MEIRA, 2014). O antigo leito do rio permaneceu aberto em sua maior parte, recebendo águas de córregos existentes no bairro Bessa de João Pessoa. Com relação à vegetação, verifica-se ao longo do rio eliminação da mata ciliar. Paralelamente, em sua foz, tem-se a manutenção de área de mangue.

Conforme mencionado na leitura da realidade municipal, o trecho com ocupação urbana consolidada do Rio Jaguaribe teve a sua faixa marginal de proteção de 30 m reduzida para 15 m, de acordo com a Lei Complementar nº 82/2022 (CABEDELLO, 2022a), permitindo a regularização de parte das ocupações ali existentes, com base nos critérios legais. Conforme pode-se observar a partir da Figura 11, verifica-se a ausência de padrões de qualidade de vida aceitáveis, principalmente tendo em vista o risco causado por inundações, e pela presença de vetores transmissores de doenças.

Figura 11 – Trechos do Rio Jaguaribe



Fonte: (Google Maps, 2021).

Frente a essas questões, pontua-se a necessidade da realização de um projeto de regularização fundiária e de urbanização no local. Para isso, tem-se a necessidade de elaboração, junto à comunidade local, de um Plano que implemente a urbanização por etapas das ocupações ao longo do trecho do “Rio Morto” do Rio Jaguaribe, devendo conter:

- A demarcação urbanística de áreas ocupadas por assentamentos informais nos termos da Lei 13465/2017, em acordo com a Diretriz 4 (A4.2.2);
- Projeto para regularização fundiária do trecho de ocupação;
- Plano para realocação das famílias cujas moradias não se encontram em condições de manutenção às margens do Rio Jaguaribe;
- Implantação de infraestrutura urbana na área da ocupação, visando, principalmente o controle sobre o despejo incorreto de resíduos nas águas do Rio Jaguaribe, e a implantação de rede de esgotamento sanitário, em conformidade com o proposto na Diretriz 6 (A 6.1.6).

Paralelamente às ações voltadas para regularização urbana e fundiária das ocupações, indica-se ainda a importância da realização de um plano para recuperação ambiental do trecho do “Rio Morto” do Rio Jaguaribe, que converse diretamente com os projetos a serem implantados para a regularização da área. Algumas das ações que podem ser contempladas, nesse sentido, são:

- Realizar um projeto para elaboração de estudo regular das condições de fauna e flora do Rio Jaguaribe, bem como da qualidade de suas águas Jaguaribe, a exemplo

- do diagnóstico socioambiental elaborado pelas Secretarias de Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura (SEMAPA), em conjunto com outras secretarias (CABEDELÓ, 2022c);
- Elaborar e implementar projeto de desenho urbano nas margens do Rio Jaguaribe, que preveja equipamentos públicos, passeios ou ciclovias que visem fornecer estrutura para o local e auxiliem no controle do avanço de novas ocupações.

8.1.3. Regularização fundiária e edilícia no Centro e entorno

Em termos da ocupação urbana de Cabedelo, a porção norte merece destaque por ter abrigado a colonização original do município, a qual iniciou-se ainda no século XVI, por Martin Leão. Tal ocupação urbana consolidou-se no entorno da Fortaleza de Santa Catarina, construída para defender a entrada do estuário do Rio Paraíba e João Pessoa. (LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA., PMC; 2023). De forma distinta, a evolução da ocupação do município nas décadas seguintes não seguiu o mesmo padrão original, tendo sido consolidados vetores de crescimento partindo da região sul de Cabedelo, principalmente em decorrência das dinâmicas estabelecidas com a capital paraibana.

Partindo dessa questão, observa-se um caráter singular no padrão de ocupação histórico da porção norte frente ao restante do município, sendo observadas questões específicas que merecem especial atenção, principalmente no que toca os seguintes bairros: Santa Catarina, Centro, Ponta de Matos, Monte Castelo, Camalaú, Formosa, Jardim Brasília e Areia Dourada.

Quanto às características morfológicas resultantes do processo de ocupação original, observam-se padrões que apontam para um desenvolvimento predominantemente orgânico da região, sendo notável a existência de uma malha viária sinuosa, com muitas ruas sem saída e angulosidades em suas ramificações. Ainda, tem-se a ausência de uma padronização evidente na disposição dos lotes, os quais possuem dimensões relativamente pequenas, refletindo em uma alta densidade demográfica da região. Tais características podem ser observadas conforme a Figura 12.

Figura 12 – Imagem aérea e perfil dos lotes da região próxima à Fortaleza de Santa Catarina



Fonte: (Google Maps, 2023 e Prefeitura Municipal de Cabedelo, 2023).

Partindo disso, a primeira questão a ser abordada trata-se da irregularidade fundiária verificada em tal porção do território. Conforme dados da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), há um grande número de lotes ali inseridos pertencentes ao seu patrimônio e que, todavia, possuem irregularidades cadastrais. Nesse contexto, cabe destacar que, embora a irregularidade fundiária esteja associada frequentemente a casos de assentamentos e ocupações informais em situação de fragilidade ambiental e socioeconômica, o contexto aqui relatado mostra-se distinto, não havendo uma relação clara entre a situação de ocupação e tais aspectos citados.

A ausência de cadastro imobiliário na porção norte do município gera uma série de dificuldades para os moradores e para a municipalidade, na medida em que não existem garantias quanto à procedência do imóvel, gerando entraves em uma série de processos, como na venda e transferência da propriedade, mostrando-se uma importante questão a ser tratada no Projeto de Qualificação urbana. Conforme levantado pela equipe técnica municipal, existe uma delimitação na qual concentram-se imóveis em necessidade de regularização cadastral, como pode ser observado na Figura 13.

Figura 13 – Área delimitada de concentração de imóveis em necessidade de regularização cadastral



Fonte: (Google Earth, com dados da Prefeitura Municipal, 2023).

Complementarmente, outra questão importante a ser destacada trata-se da **irregularidade edilícia** expressiva em tal região, a qual se dá em decorrência da incompatibilidade entre as edificações e os parâmetros urbanísticos constantes no zoneamento. Conforme observou-se ainda na leitura da realidade municipal, a porção norte trata-se da região cuja concentração de ocupações sobreutilizadas é a maior do município, indicando um extrapolamento dos índices permitidos na zona. Nesse sentido, a irregularidade cadastral anteriormente destacada gera entraves para a própria normalização das construções, prejudicando também a aprovação de projetos e reformas.

Assim, tais problemas devem ser encarados a partir de duas etapas de ação, estando a Etapa 1 relacionada com a elaboração de um acordo de cooperação mútua, junto

à SPU, para regularização cadastral dos imóveis. Após devidamente cadastrados, a Etapa 2 deve proporcionar um movimento para a normalização das construções irregulares, podendo tal ação ocorrer em paralelo com a proposição de novos critérios para a Lei de Regularização Edilícia — Diretriz 5, (A5.1.4) — tendo em vista que atualmente a Lei Complementar nº 76, de 31 de agosto de 2020, (CABEDELÓ, 2020), que estabelece e regulamenta critérios para a regularização de edificações por meio de sanções pecuniárias proporcionais ao valor do solo criado ou conquistado de forma irregular, carece de algumas delimitações mais específicas, sendo atualmente possível utilizá-la para regularização em qualquer tipo de circunstância.

8.2. Desenvolvimento do Turismo

Conforme pontuado ao longo do diagnóstico, o município de Cabedelo possui diversas opções de turismo e lazer, com atrativos nos segmentos natural, histórico, cultural, além de diversas festividades e eventos ao longo do ano que alcançam uma grande quantidade de turistas, principalmente nos períodos de alta temporada. Quanto aos atrativos naturais, mais especificamente, cabe destacar que Cabedelo possui um dos litorais com maior potencialidade de turismo da Paraíba, havendo a presença de diversas atividades atreladas ao turismo náutico, como mergulho; prática de surf, kitesurf e windsurfe; prática velas e veleiros; passeios de catamarãs; e prática da pesca esportiva.

Em geral, cidades com atrativos turísticos expressivos e dessa natureza contam com um elevado número de vínculos de empregos formais na atividade “Hotéis e similares”, indicando a permanência dos turistas nessas cidades. No entanto, em Cabedelo, esse número é relativamente pequeno (132, em média nos anos 2018 a 2020) (IBGE, 2023). Há indicativos de que esse fato decorre da proximidade de Cabedelo ao município de João Pessoa, que centraliza as condições de hospedagem de turistas que se dirigem à sua região metropolitana. Dessa forma, esse contexto justifica um Projeto Estruturante Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo no município de Cabedelo.

Assim, conforme também observado ao longo da leitura da realidade municipal, ainda pode-se observar a necessidade de medidas efetivas voltadas à qualificação das infraestruturas voltadas ao turismo, devendo o presente projeto buscar pela **qualificação**

do setor turístico, e seu fortalecimento perante aos demais polos turísticos da Paraíba. Em linhas gerais, considera-se que as diretrizes e as ações presentes no Capítulo 4 — Diretrizes, Estratégias e Ações, contribuirão direta ou indiretamente para a melhoria das condições dos atrativos e das infraestruturas correlacionadas no presente Projeto Estratégico.

Como primeiro ponto a ser destacado, o presente projeto deve ser realizado no âmbito das iniciativas voltadas para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial do Turismo da Paraíba (PDTTUR) até 2030, lançado em outubro de 2022 pelo governo do estado. Conforme site do PDTTUR, tal plano trata-se de um instrumento de planejamento integrado que busca orientar o desenvolvimento descentralizado da atividade turística, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população paraibana. Além disso, constitui-se, também, de um instrumento técnico de gestão, voltado para a condução e o acompanhamento das decisões das ações e investimentos da política do turismo orientado para melhorar a capacidade empresarial com alargamento da participação do Estado nos mercados do turismo (PARAÍBA, 2023a).

Para a sua formulação, o PDTTUR tem como referencial as 8 (oito) diretrizes da Política Estadual do Turismo da Paraíba, a saber: interiorização do turismo; abordagem territorial; integração e participação social; inclusão, entendendo a região como espaço plural e participativo contemplando as comunidades históricas e tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, artesãos etc.); descentralização; sustentabilidade, compreendendo o desenvolvimento sustentável das regiões turísticas como base para a preservação da identidade cultural, respeitando as especificidades políticas, econômicas, sociais e ambientais; inovação; e competitividade, entendida como a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas ao setor de turismo e de forma sustentável (PARAÍBA, 2023b).

Esse Plano está sendo executado em nove etapas distintas, começando pela elaboração do plano de trabalho executivo e seguido por: Diagnóstico; Planejamento Estratégico; Planos Táticos; Portal Web; Plano de Monitoramento de Execução; Plano de Comunicação; Plano de Marketing e Promoção; Sinalização Turística. Em julho de 2023, o Governo Estadual disponibilizou os *Relatórios dos Diagnósticos Setoriais do PDTTUR* para validação pela população. Esses relatórios se referem a 16 diagnósticos relativos a alguns temas, como: Ambiente Econômico e Social recente e atual; Regionalização do Turismo;

Produtos e Atrativos turísticos; Aspectos Socioambientais; Oferta Turística; Gastronomia e Meios de Hospedagem (PARAÍBA, 2023b). Alguns desses diagnósticos são realizados na escala das Regiões Turísticas do estado da Paraíba, dentre as quais verifica-se a Rota Sanhauá, que contempla os municípios de Cabedelo, João Pessoa, Lucena, Santa Rita e Bayeux (CABEDEL, 2021a).

Além disso, o Projeto de Desenvolvimento do Turismo no município deve ser articulado com a Plataforma Digital Cabedelo + Criativa (SECULT, SEBRAE e Associação de Culturas Gerais — ACG), elaborada em dezembro de 2022. Essa plataforma, presente na Figura 14, visa fomentar e fortalecer os grupos e produções culturais da cidade de Cabedelo, através da criação de oportunidades de comercialização física e virtual de produtos e serviços da cadeia produtiva local (CABEDEL, 2023).

Figura 14 – Portal Cabedelo + Criativa



Fonte: (CABEDEL, 2023).

Nesse contexto, e visando referenciar o Projeto de Desenvolvimento do Turismo no município de Cabedelo, é possível indicar o seguimento de parte das iniciativas presentes na cartilha *Investe Turismo: parcerias para transformar destinos*, pertencente ao Programa Investe Turismo, elaborado pelo Ministério do Turismo em 2019. Tal programa teve como objetivo direcionar a convergência das ações e investimentos para promover o desenvolvimento, gerar empregos e qualidade competitiva para 30 Rotas Turísticas Estratégicas no Brasil (BRASIL, 2019). Nesse sentido, o Investe Turismo define quatro eixos estratégicos para o delineamento de ações específicas (Figura 15), os quais podem

ser adotados como elementos orientativos para o presente Projeto Estruturante Estratégico, partindo de uma adaptação ao contexto municipal.

Figura 15 – Eixos estratégicos do Programa Investe Turismo



Fonte: (BRASIL, 2019).

Para o eixo de Fortalecimento de Governança, recomenda-se em Cabedelo a promoção de uma maior integração entre os setores público e privado, de forma a unir e articular gestores públicos, técnicos da Secretaria de Turismo (SETUR), lideranças empresariais de todos os segmentos envolvidos no turismo local, membros dos conselhos municipais e instâncias de governança regionais para construir uma agenda pareada ao desenvolvimento do setor turístico de Cabedelo.

Paralelamente, para o eixo de Melhoria de serviço e atrativos turísticos, deve-se destacar a potencialidade na observação das boas práticas nacionais e internacionais do turismo (benchmarking), como forma de constituir um acervo de propostas para o melhoramento dos resultados do setor no município. Ainda, pontua-se a importância da promoção de ações voltadas para a inovação da oferta turística, sendo delas:

- Apoiar ao desenvolvimento de projetos de revitalização e movimentos de intervenções criativas em espaços públicos³;

³ A intervenção nesses espaços pode ser definida como a reutilização e a revitalização de locais de uso comum nas áreas urbanas, para maior interação da população e dos visitantes por meio de lazer, economia criativa e entretenimento (BRASIL, 2019).

- Articular parcerias com as empresas de telecomunicação para ampliação da cobertura de internet em destinos estratégicos (Wifi zone, estrutura de cabeamento para os empreendimentos turísticos);
- Realizar a inserção produtiva para empreendimentos voltados à produção associada ao turismo⁴, promovendo relações comerciais entre os produtores e a cadeia local do turismo, aumentando a capilaridade dos produtos e facilitando o acesso do público final, o turista;
- Seguir as diretrizes para o Desenvolvimento de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI)⁵.

Com relação ao eixo de Atração de investimentos e apoio ao acesso a serviços financeiros, pontua-se a importância de estudar oportunidades de implantação de novos empreendimentos por meio de estudos de viabilidade econômica e levantamento de linhas de crédito e fontes de financiamento disponíveis para o setor turístico. Dentro do escopo da realidade do município, também se destaca a possibilidade de atração de investimentos em infraestrutura turística com base na Lei no 2.164/2021, a qual instituiu o Fundo Municipal de Turismo do município de Cabedelo (CABEDELÓ, 2021b). Como outras ações, são ainda listadas:

- Realizar seminários relativos ao Investe Turismo Cabedelo;
- Produzir materiais de apoio para atração de investimentos, como cartilhas para investidores e portal online para atração de investidores;
- Apoiar o acesso a serviços financeiros por parte dos agentes da cadeia produtiva do turismo.

Por último, para o eixo de Marketing turístico e apoio à comercialização, pontua-se a importância em fortalecer campanhas de marketing turístico e ações de marketing digital. Para além disso, recomenda-se também a participação do município em feiras e eventos de promoção turística nacionais e internacionais e a realização de estudos e pesquisas de inteligência mercadológica.

⁴ Produção associada ao turismo é qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma localidade ou região, capazes de agregar valor ao produto turístico. (BRASIL, 2011).

⁵ Espaços turísticos inovadores, acessíveis a todos, consolidado sobre uma infraestrutura tecnológica de vanguarda que garante o desenvolvimento sustentável do território, que facilita a interação e integração do visitante com o entorno e incrementa a qualidade da sua experiência no destino e a qualidade de vida dos residentes (SEGITTUR, 2015).

Para além das estratégias previstas no Programa Investe Turismo, são recomendadas ainda ações voltadas para os aspectos mais específicos de Cabedelo, considerando as potencialidades e deficiências atreladas aos aspectos socioespaciais levantados anteriormente. Nesse sentido, um dos pontos trata-se da promoção de uma melhor sinalização horizontal e vertical do município voltada para o turismo, em paralelo com as ações de melhoria de sinalização geral já apontadas na Diretriz 13, (A13.1.1 e A13.1.4) Tal estratégia pode ser direcionada da seguinte forma:

- Destacar em placas informativas, localizadas em pontos de grande tráfego no município, a distância e direções orientativas para chegada nos pontos turísticos mais próximos;
- Inserir placas informativas contendo o nome das praias ao longo da orla do município, auxiliando na identificação e delimitação.

Partindo das questões municipais existentes, pontua-se a possibilidade de implantação e qualificação de distintos tipos de rotas turísticas em Cabedelo, que explorem o maior número de atrativos turísticos possíveis do município. Partindo das características e da estrutura atual do município, sugere-se:

- Qualificar e fortalecer a rota do ônibus turístico gratuito fornecido pelo plano turístico “Aqui é Cabedelo” (Figura 16), traçando uma rota turística que englobe o maior número de praias e outros atrativos possíveis. Fornecer pontos de espera para o ônibus que sejam bem sinalizados e servidos por bancos e cobertura e manter a divulgação do itinerário do ônibus nas redes sociais. Sugere-se a realização de estudo sobre a possibilidade de cobrança do transporte para turistas como estratégia para financiar as melhorias propostas;

Figura 16 – Ônibus turístico "Aqui é Cabedelo"



Fonte: (CABEDELÓ, 2022c).

- Elaborar, em conjunto com os projetos de ciclovias, ciclorrotas que perpassem diversos pontos turísticos, com totens ou placas de identificação que sinalizem os pontos e orientem quanto às distâncias, em paralelo com a Diretriz 12 (A12.1.1, A12.1.2 e A12.1.5).

Por fim, considerando a grande quantidade de atrativos naturais em Cabedelo, e a existência de locais ainda pouco explorados pelo setor turístico local, recomenda-se o estudo de viabilidade para a criação de roteiros turísticos educacionais voltados para temas ambientais, como a visitação da FLONA e do Parque Municipal de Cabedelo, com atividades educativas e de conscientização. Tais roteiros podem auxiliar na transformação positiva de tais pontos, tornando-se mais atrativos para turistas e para os próprios cabedelenses. A maior frequência com os roteiros turísticos auxilia na apropriação de tais espaços pela população, contribuindo também para a conscientização e preservação do meio ambiente, diminuindo também as possibilidades de degradação.

8.3. Ilha da restinga

A Ilha da Restinga, integrante do território do Município de Cabedelo e localizada na foz do Rio Paraíba, apresenta características ecológicas e paisagísticas que apontam para a importância de sua preservação e, ao mesmo tempo, para o seu potencial enquanto área de estudo e educação ambientais e de atrativo turístico. Assim, propõe-se como um

Projeto Estruturante Estratégico a transformação da Ilha da Restinga em uma Unidade de Conservação municipal, de modo a garantir a sua preservação e orientar possíveis usos científicos, turísticos e de lazer.

Sugere-se um conjunto de ações para a consecução desse projeto, elencados abaixo e detalhados na sequência:

1. Realização de estudo para a caracterização do meio biótico, meio físico, aspectos socioeconômicos, potencial de visitação da área, existência de populações tradicionais residentes ou que fazem uso da área, questão fundiária e descrição do uso da terra;
2. Definição da categoria de Unidade de Conservação, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985/2000), sendo sugerida uma UC de uso sustentável, de modo a possibilitar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais;
3. Abertura de consulta pública sobre a criação da UC;
4. Definição dos limites da UC;
5. Ato de criação da UC e inclusão no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;
6. Gestão da Unidade de Conservação, com a elaboração do seu Plano de Manejo e a formação de Conselhos;
7. Regularização cadastral, fundiária e de utilização dos imóveis existentes na ilha, e;
8. Destinação de imóveis da União para o Município de Cabedelo ou para terceiros, para o desenvolvimento de atividades em conformidade com o Plano de Manejo da UC.

Com relação ao primeiro ponto, a partir de estudos já realizados na região da Ilha da Restinga, destacam-se como elementos específicos que apontam para o potencial da área em se transformar em Unidade de Conservação a existência de remanescentes florestais em bom estado de conservação, a presença de espécies ameaçadas, raras, migratórias e endêmicas, e a sua beleza cênica com potencial para o ecoturismo.

Em relação ao meio físico e biótico, a Ilha da Restinga faz parte de um conjunto de outras ilhas e de canais presentes no estuário do Rio Paraíba, tendo sido formada pela deposição de sedimentos do rio (OLIVEIRA, 2012). Possui aproximadamente 530 hectares e topografia relativamente plana, com grande área coberta por manguezais, além de um

sistema de alagados temporários em seu interior (FARIAS, 1980), com remanescentes florestais de mata atlântica (SOSMA, 2016).

A ilha consta como Área Prioritária para a Conservação da Biodiversidade pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2018), denotando sua importância biológica e possuindo ações recomendadas. As áreas prioritárias são um instrumento de política pública que visam orientar o planejamento e implementação de medidas adequadas à conservação, à recuperação e ao uso sustentável de ecossistemas, classificadas de acordo com o bioma onde se encontram e sua importância. A Ilha da Restinga encontra-se classificada como uma área híbrida de Mata Atlântica com Zona Costeira e Marinha, especificamente a área de código MAZC034, com importância biológica e prioridade de ação Extremamente Altas, e que possui como ações prioritárias i) a regularização ambiental de imóveis rurais (CAR e PRA) e ii) a criação de Unidade de Conservação. Dentre os alvos de conservação identificados na área (BRASIL, 2018), podem ser citados:

- Área de restinga, com justificativa de importância de conservação de fitofisionomias;
- Áreas de manguezais, com justificativa de se tratar de vegetação com distribuição restrita e com importância de se preservar os serviços ambientais relacionados a reprodução de espécies;
- Área de estuário, também com importância de se preservar os serviços ambientais relacionados a reprodução de espécies;
- Ocorrência da ave maçarico-rasteirinho (*Calidris pusilla*), espécie considerada ameaçada — constante da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção como “Em Perigo (EN)” (BRASIL, 2014) e da Lista Vermelha da IUCN como “Quase ameaçada (NT)” (BirdLife International, 2016a);
- Ocorrência da ave maçarico-de-costas-brancas (*Limnodromus griséus*), espécie considerada criticamente ameaçada — constante da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção como “Criticamente em Perigo (CR)” (MMA, 2014) e da Lista Vermelha da IUCN como “Pouco Preocupante (LC)” (BirdLife International, 2016b).

Além disso, observa-se que todo o entorno da Ilha da Restinga também consta como Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade, parte como Zona Costeira e Marinha (área ZCM-53) e parte como Mata Atlântica (área MA269). Ambas possuem importância biológica e prioridade de ação Extremamente Altas, sendo que a primeira

possui como ação principal indicada a criação de Unidade de Conservação, e como outras ações a redução de impacto de atividade degradante e a realização de pesquisas sobre o conhecimento tradicional associado à área. Já a segunda possui como ação prioritária a recuperação de áreas degradadas (melhoria do manejo do solo, água, pastagem).

Em relação a fauna, além das espécies já mencionadas, importa salientar que a Ilha da Restinga é área de alimentação e repouso para aves migratórias, sendo uma área de concentração dessas aves e com ocorrência de migratórias ameaçadas (CEMAVE/ICMBio, 2022). Ademais, o ambiente complexo da ilha, com manguezais, floresta de restinga e vegetação de tabuleiro, bem como o ecossistema de estuário onde está inserida, fornece habitat para espécies diversas, como crustáceos (FARIAS, 2008), peixes (ROSA, 1980) e mamíferos aquáticos (REAL, 2016).

A partir dessas breves considerações sobre as características ambientais da ilha, nota-se a sua importância ecológica e relevância de conservação. Além dessas características, deve-se destacar o grande potencial para atividades de lazer, ecoturismo e de exploração consciente de seus recursos naturais. Atualmente, conforme apontado no Produto 4 — Relatório de Caracterização e Diagnóstico Consolidado da revisão do Plano Diretor, o acesso de visitantes a ilha é realizado por meio de embarcações que realizam o traslado mediante reserva, mas não há estrutura para recepção. Há alguns anos, no entanto, a família responsável por parte dos imóveis na Ilha da Restinga recebia turistas que desejavam conhecer a área (A UNIÃO, 2022). Além disso, é possível que a ilha contenha moradores, por mais que o Censo 2010 (IBGE, 2010) não os identifique e apenas contabilize duas moradias.

A avaliação dessas e outras atividades, em conjunto com o levantamento do meio físico e biótico da ilha, deverão fornecer insumos para a definição da categoria de Unidade de Conservação a ser instituída. Sugere-se a escolha entre as categorias de Uso Sustentável, conforme definidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985/2000), tendo em vista os usos atuais realizados e os usos futuros potenciais na área, que podem se mostrar compatíveis com a conservação da biodiversidade, desde que ordenados, como se pretende com a criação da UC. É importante que para a realização do diagnóstico da Ilha da Restinga e da escolha de sua categoria de UC sejam consultados os órgãos públicos que desenvolvem atividades na região, em especial de órgãos estaduais e federais, como a Secretaria do Patrimônio da

União (SPU), o IBAMA, o ICMBio e a SUDEMA, tendo em vista os aspectos patrimoniais da ilha que serão abordados a seguir.

Após a realização dos estudos e definição da categoria da unidade, a ação seguinte no processo de criação é a realização de consulta pública, apresentando a proposta para a população. É importante que nesse momento todos os interessados sejam convidados, como as principais autoridades do município, os órgãos ambientais e a população que reside ou utiliza a área, bem como outros órgãos públicos como os acima mencionados.

Prossegue-se então para a definição final dos limites da UC e sua criação por ato do Poder Executivo Municipal, com posterior cadastramento da unidade no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Inicia-se, assim, o processo de gestão da UC, por meio da formação de seus Conselhos e da elaboração do seu Plano de Manejo.

Um detalhe importante a respeito da Ilha da Restinga diz respeito aos seus aspectos patrimoniais, isto é, a quem detém o domínio de suas áreas. Conforme dispõem o art. 1º, c, do Decreto-Lei nº 9.760/1946, e o art. 20, I, da Constituição Federal, as ilhas fluviais permanentes pertencem à União quando estão situadas na fronteira com outro país ou quando estão situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés. Ademais, por força do art. 2º, b, do Decreto-Lei nº 9.760/1946, incidem na ilha terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 m para a parte da terra da posição da linha do preamar-médio de 18316. Nesse sentido, a Ilha da Restinga pertence ao patrimônio da União, com presença de terrenos de marinha e cuja gestão é de responsabilidade da SPU.

Assim, será importante a formação de parceria com a SPU no sentido de verificar a situação cadastral, fundiária e de utilização dos bens existentes na ilha, apurando a necessidade de regularização dos imóveis — atualmente, encontra-se o registro de 22 imóveis na Ilha da Restinga na busca por imóveis federais (SPU, 2023), um deles com regime de ocupação de Uso Comum e os demais de Aforamento. Deve-se avaliar também a necessidade de destinação dos imóveis ao Município (como por Cessão em Condições Especiais) para a criação da UC e se referido ato deve ser realizado antes ou após a formalização da unidade — tal como a destinação por Cessão de Uso Gratuita do imóvel da União correspondente ao Parque Natural Municipal de Cabedelo (Portaria SPU/PB nº 144/2017).

⁶ Não há ainda Linha do Preamar Médio (LPM) posicionada para o trecho da Ilha da Restinga.

8.4. Transformação Digital

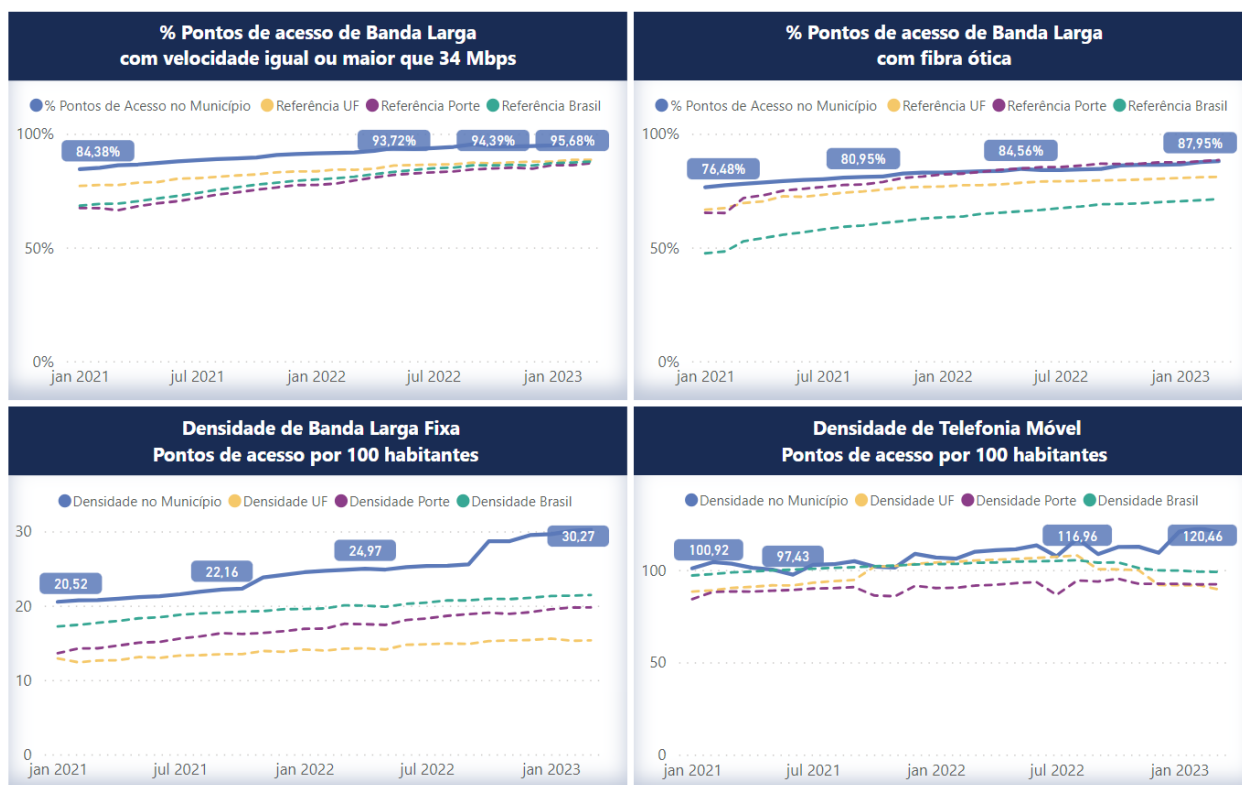
Nas condições do atual paradigma técnico-econômico⁷ centrado nas tecnologias de informação e comunicação — como computadores, produtos eletrônicos, software, telecomunicações, novos materiais, serviços de informação — cuja difusão nos processos de produção de bens e serviços, inclusive públicos, se acelerou a partir dos anos 1980, os processos de transformação digital passaram a ser objeto de políticas públicas. Conforme indica Mariano Lafuente, Especialista Principal em Modernização do Estado no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), embora a transformação digital no setor público tenha avançado nos níveis federal, estadual e municipal, o processo nos municípios mostra-se notavelmente mais lento (BID, 2022).

Nesse sentido, o Mapa de Governo Digital, elaborado pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos busca prover dados, informações e estudos sobre a evolução da transformação digital nos municípios brasileiros, com atualização contínua. Tal plataforma disponibiliza, por meio de um painel interativo, indicadores relativos às dimensões de infraestrutura, governança, pessoas, serviços e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Nela estão contidos indicadores provenientes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (MUNIC), e de dados da ANATEL (BRASIL, 2023a).

Esse Mapa apresenta os Indicadores de Demanda, de Oferta e de Gestão e Infraestrutura para o município de Cabedelo e indica os comparativos dos resultados do município com o estado da Paraíba, a Região Nordeste e com municípios do mesmo porte. Como pode ser observado no Quadro 1, no que se refere aos Indicadores de Demanda, a situação do município de Cabedelo se destaca favoravelmente em todos os indicadores e relativamente com relação às referências do estado da Paraíba, e a municípios do mesmo porte no Brasil.

⁷ “Um paradigma técnico-econômico constitui-se num modelo de progresso que incorpora um conjunto fixo de tecnologias (que impactam fortemente na economia e na sociedade) em torno das quais se desempenha a inovação e a atividade econômica” (FREEMAN; PEREZ, 1988).

Quadro 30 – Mapa de Governo Digital para o município de Cabedelo: Indicadores de Demanda



Fonte: (Mapa de Governo Digital, 2023).

No que se refere à Oferta, a situação do município apresenta vulnerabilidade em vários indicadores, que apresentam respostas negativas ou nulas, a exemplo dos seguintes: aplicativos de celular para a solicitação de serviços; semáforos inteligentes; sensores para monitoramento de áreas de risco; sistema de iluminação inteligente; grupos de discussão; e votações online. Merece destaque a avaliação positiva do indicador “Web site da Prefeitura para solicitações online”, embora em níveis relativamente baixos quando comparado ao estado, Região Nordeste e Brasil.

Os Indicadores de Gestão e Infraestrutura relativos ao município de Cabedelo podem ser observados no Quadro 32. Alguns indicadores apresentam avaliação positiva, dentre os quais os seguintes: existência de estrutura organizacional para a área de TIC; conexão com a internet via cabo ou fibra ótica; e existência de centro de processamento de dados. Os indicadores “Desenvolve programas ou ações de inclusão digital” e “Desenvolveu software para atender necessidade específica” receberam avaliação negativa. No que se refere aos quesitos relativos a parcerias com os governos Federal e estadual, com a iniciativa privada e outros municípios, a resposta foi nula.

Quadro 31 – Mapa de Governo Digital para o município de Cabedelo: Indicadores de Gestão e Infraestrutura

Gestão e Infraestrutura				
Indicador	Resposta	UF	Região	Porte
Existência de estrutura organizacional para a área de TIC	positiva ✓	35,87%	45,60%	86,72%
Conexão com a internet via cabo ou fibra ótica	positiva ✓	82,51%	80,32%	84,75%
Existência de centro de processamento de dados (Data Center)	positiva ✓	9,42%	24,75%	75,42%
Desenvolve programa ou ação de inclusão digital	negativa ✗	44,39%	52,23%	70,62%
Possui intranet	positiva ✓	34,08%	33,39%	63,28%
Todas unidades da prefeitura possuem computadores ligados em rede	positiva ✓	42,60%	43,70%	51,13%
Desenvolveu software para atender necessidade específica	negativa ✗	12,56%	13,43%	31,92%
Parcerias para os programas e ações com Governo federal	nula !	17,04%	23,52%	23,73%
Parcerias para os programas e ações com o Governo do estado	nula !	7,17%	13,43%	23,16%
Parcerias para os programas e ações com a iniciativa privada	nula !	2,24%	3,34%	7,34%
Parcerias para os programas e ações com outros	nula !	2,24%	3,34%	4,52%
Parcerias para os programas e ações com outro município	nula !	0,90%	0,50%	0,85%

Fonte: (Mapa de Governo Digital, 2023).

Quadro 32 – Mapa de Governo Digital para o município de Cabedelo: Indicadores de Oferta

Oferta				
Indicador	Resposta	UF	Região	Porte
Acesso a documentos disponibilizados na página da internet	positiva ✓	66,82%	64,16%	78,53%
Agendamento de consulta na rede pública de saúde na página da internet	positiva ✓	0,90%	1,62%	4,52%
Aplicativo de celular para solicitação de serviços	negativa ✗	2,24%	4,74%	15,54%
Aplicativos criados pela prefeitura nos últimos 12 meses, para o cidadão por meio de celular ou smartphones	negativa ✗	1,79%	3,85%	11,58%
Aplicativos criados por outros organismos ou cidadãos a partir de informações ou dados disponibilizados pela prefeitura nos últimos 12 meses, para o cidadão por meio de celular ou smartphones	negativa ✗	2,69%	3,79%	10,73%
Atualização diária do conteúdo rede sociais da prefeitura	positiva ✓	41,70%	48,83%	79,38%
Bilhete eletrônico transporte público	negativa ✗	2,24%	2,90%	23,16%
Cadastramento de fornecedores disponibilizado na página da internet	positiva ✓	12,11%	14,49%	17,80%
Centro de controle e operações	positiva ✓	2,69%	8,36%	28,25%
Concurso público disponibilizado na página da internet	positiva ✓	74,89%	63,32%	84,75%
Consulta a processos/acompanhamento de protocolos disponibilizados na página da internet	positiva ✓	21,97%	27,65%	55,65%
Consulta prévia disponibilizados na página da internet	positiva ✓	5,83%	13,55%	24,01%
Consulta pública on line para que cidadãos possam enviar contribuições para leis, orçamentos e planos	negativa ✗	11,66%	13,10%	26,55%
Consulta pública on line para que cidadãos possam enviar contribuições para leis, orçamentos e planos via Outro website	nula !	0,90%	0,78%	1,98%
Consulta pública on line para que cidadãos possam enviar contribuições para leis, orçamentos e planos via Redes sociais	nula !	4,04%	5,46%	9,32%
Consulta pública on line para que cidadãos possam enviar contribuições para leis, orçamentos e planos via Website da prefeitura	nula !	8,52%	10,09%	21,47%
Consulta pública on line para que cidadãos possam enviar contribuições para leis, orçamentos e planos via Website outro órgão público	nula !	0,45%	0,84%	1,98%
Diário oficial, legislação municipal e finanças públicas disponibilizados na página da internet	positiva ✓	89,24%	77,76%	80,79%
Disponibiliza formas de atendimento a distância pela internet	positiva ✓	93,72%	85,56%	90,96%
Emissão alvará na página da internet	positiva ✓	4,04%	10,42%	21,75%
Emissão certidão negativa de débito disponibilizada na página da internet	positiva ✓	9,42%	24,14%	57,91%
Emissão de documentos como licenças, certidões, permissões e outros documentos na página da internet	positiva ✓	4,93%	13,49%	33,05%
Emissão nota fiscal eletrônica na página da internet	positiva ✓	30,04%	43,98%	81,64%
Emitir boletos de tributos ou outras guias de pagamento nos últimos 12 meses, para o cidadão por meio de celular ou smartphones	negativa ✗	2,69%	8,64%	25,71%
Emitir guia de pagamento de tributos na página da internet	positiva ✓	14,35%	25,81%	67,51%
Enquete on line sobre assuntos de interesse da prefeitura	negativa ✗	15,25%	16,67%	21,75%
Enquete on line sobre assuntos de interesse da prefeitura via Outro website	nula !	1,35%	1,00%	0,85%
Enquete on line sobre assuntos de interesse da prefeitura via Redes sociais	nula !	9,87%	12,93%	14,41%
Enquete on line sobre assuntos de interesse da prefeitura via Website da prefeitura	nula !	6,28%	6,41%	11,30%
Enquete on line sobre assuntos de interesse da prefeitura via Website outro órgão público	nula !	0,45%	0,84%	1,13%
Envio de sms para o cidadão nos últimos 12 meses, para o cidadão por meio de celular ou smartphones	negativa ✗	2,24%	3,34%	8,19%
Fazer download de documentos ou formulários disponibilizados na página da internet	positiva ✓	68,61%	60,87%	78,81%
Grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet	negativa ✗	5,83%	7,30%	11,86%
Grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet via Outro website	nula !	0,00%	0,56%	0,56%
Grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet via Redes sociais	nula !	3,59%	6,02%	9,89%
Grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet via Website da prefeitura	nula !	2,24%	1,56%	1,13%
Grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet via Website outro órgão público	nula !	0,00%	0,50%	0,56%
Informações gerais sobre licitações disponibilizados na página da internet	positiva ✓	91,48%	82,44%	90,11%
Matrícula escolar na rede pública online na página da internet	positiva ✓	0,90%	2,06%	7,34%
Ônibus municipal com GPS	negativa ✗	1,35%	4,29%	12,71%
Ouvidoria e serviços de atendimento ao cidadão disponibilizados na página da internet	positiva ✓	78,03%	67,06%	85,88%
Pesquisa de satisfação relacionada aos serviços prestados pela prefeitura na página da internet	positiva ✓	13,45%	13,99%	16,67%
Possui computadores em funcionamento	positiva ✓	100,00%	99,89%	100,00%
Recebimento de sms do cidadão nos últimos 12 meses, por meio de celular ou smartphones	negativa ✗	1,35%	2,79%	3,67%
Redes sociais para solicitação de serviços	positiva ✓	21,52%	24,36%	27,40%
Semáforos inteligentes	negativa ✗	0,45%	1,78%	6,78%
Sensores para monitoramento de área de risco	negativa ✗	0,45%	2,29%	11,86%
Serviços informativos disponibilizados na página da internet	positiva ✓	84,30%	82,22%	92,37%
Sistema de iluminação inteligente	negativa ✗	1,35%	3,68%	5,08%
Situação da página da prefeitura na internet	positiva ✓	99,10%	93,20%	97,18%
Telefone para solicitação de serviços	positiva ✓	38,57%	41,92%	65,54%
Votação on line para orientar a tomada de decisão sobre políticas públicas, orçamento, etc.	negativa ✗	5,83%	5,30%	9,60%
Votação on line para orientar a tomada de decisão sobre políticas públicas, orçamento, etc. via Redes sociais	nula !	0,45%	0,50%	0,28%
Votação on line para orientar a tomada de decisão sobre políticas públicas, orçamento, etc. via Website da prefeitura	nula !	2,24%	2,51%	6,21%
Votação on line para orientar a tomada de decisão sobre políticas públicas, orçamento, etc. via Website outro órgão público	nula !	0,00%	0,45%	0,85%
Website adaptado para dispositivos móveis ou desenhado em versão mobile nos últimos 12 meses, para o cidadão por meio de celular ou smartphones	positiva ✓	22,42%	22,02%	43,79%
Website da prefeitura para solicitação de serviços	positiva ✓	30,49%	25,75%	46,89%
Website que não é da prefeitura para solicitação de serviços	negativa ✗	0,45%	1,67%	4,52%

Fonte: (Mapa de Governo Digital, 2023).

Nesse contexto, com mais de 5 mil prefeituras liderando a entrega de serviços públicos na ponta, torna-se essencial garantir que nenhum município fique de fora da transformação digital do setor público (BID, 2022). Para responder a esse desafio, a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), lançaram recentemente a Plataforma Rede GOV.BR (BRASIL, 2023b), que tem como objetivos diagnosticar os principais desafios em governo digital e construir planos de ação orientados para dar mais celeridade à transformação.

Esse processo começa com um questionário de autodiagnóstico que ajuda o município a avaliar o seu nível de maturidade (inicial, intermediário, aprimorado e avançado) em 8 dimensões (Figura 17

). As perguntas também permitem saber qual a colocação da cidade em comparação com outras localidades que completaram o autodiagnóstico. Importante destacar que esse “ranking” mantém o sigilo sobre as posições dos outros municípios.

Figura 17 – Plataforma Rede GOV.BR: dimensões da transformação digital



Fonte: (BRASIL, 2023b).

O recurso a essa plataforma permite um detalhamento do Projeto de Transformação Digital do Município de Cabedelo. Nessa plataforma, é possível encontrar orientações relativas aos tópicos discriminados na Figura 18.

Figura 18 – Recursos da Plataforma Rede GOV.BR



O que encontrar na plataforma Rede GOV.BR

- Realização de diagnóstico**
Acesso a ambiente digital no qual o gestor municipal pode visualizar e compreender de modo detalhado os principais desafios que a sua cidade enfrenta para avançar na estratégia de transformação digital.
- Formulação de planos de ação baseados em boas práticas**
Acesso a ferramenta que auxilia na construção de planos de ação direcionados aos principais desafios diagnosticados e baseados em boas práticas.
- Elaboração de pré-projetos de financiamento dos planos de ação**
Possibilidade de estruturação de pré-projetos de financiamento que poderão ser submetidos a bancos de fomento, incluindo a linha 'Brasil Mais Digital' do Banco Interamericano de Desenvolvimento (para municípios elegíveis).
- Adesão Digital à Rede GOV.BR e fórum de colaboração**
Acesso simplificado ao processo de adesão à rede GOV.BR mantida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério de Gestão e Inovação dos Serviços Públicos (SGD/ME), além de fóruns de colaboração, intercâmbio e articulação entre gestores municipais.

Fonte: (BRASIL, 2023b).

Para isso, indica-se ao município de Cabedelo a adesão à Plataforma Rede GOV.BR, sendo possível verificar não só os principais desafios para a construção de um governo municipal digital, como também receber ações orientativas para promover a transformação digital

Referências

A UNIÃO, João Pessoa, 14 ago. 2022. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/2022/agosto/jornal-em-pdf-14-08-22-cdepc.pdf/view. Acesso em: 1 nov. 2023.

BID – INSTITUTO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Transformação digital dos municípios: a hora é agora**. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/transformacao-digital-dos-municipios-a-hora-e-agora/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Mapa de Governo Digital**. 2023a. Disponível em: [https://www.gov.br/governodigital/pt-br/transformacao-digital/rede-nacional-de-governo-digital/mapa#:~:text=O%20Mapa%20de%20Governo%20Digital,\(TIC\)%20no%20setor%20%C3%BAblico](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/transformacao-digital/rede-nacional-de-governo-digital/mapa#:~:text=O%20Mapa%20de%20Governo%20Digital,(TIC)%20no%20setor%20%C3%BAblico). Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Destinos Turísticos Inteligentes (DTI)**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/destinos-turisticos-inteligentes-dti>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Empresa Brasileira de Turismo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Programa Investe Turismo**. p.40, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/mtur-cartilha-investe-turismo-pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Associação de Cultura Gerais. **Manual para o Desenvolvimento e a Integração de Atividades Turísticas — Produção Associada ao Turismo**. Brasília, DF, p.100, 2011. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Manual%20de%20Integracao%20da%20Producao%20Associada%20ao%20Turismo.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. 2ª Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade 2018. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/ecossistemas-1/conservacao-1/areas-prioritarias/2a-atualizacao-das-areas-prioritarias-para-conservacao-da-biodiversidade-2018>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. **Plataforma Rede GOV.BR**. 2023b. Disponível em: <https://plataforma.rede.gov.br/>. Acesso em 26 jul. 2023.

CABEDELÓ. **Cabedelo disponibiliza ônibus para a visitação de turistas à cidade**. 2022b. Disponível em: <https://cabedelo.pb.gov.br/aqui-e-cabedelo-cabedelo-disponibiliza-onibus-para-visitacao-de-turistas-a-cidade/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CABEDELÓ. **Cabedelo participa de reunião para institucionalização do Fórum de Turismo Rota Sanhauá.** 2021a. Disponível em: <https://cabedelo.pb.gov.br/cabedelo-participa-de-reuniao-para-institucionalizacao-do-forum-de-turismo-rota-sanhaua/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

CABEDELÓ. **Lei Complementar nº 76, de 31 de agosto de 2020.** Estabelece e regulamenta critérios para a regularização de construções irregulares no município de Cabedelo, revoga a Lei Complementar Nº 68/2019, e dá outras providências. Cabedelo: Câmara Municipal de Cabedelo, 2020. Disponível em: <https://cabedelo.pb.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/LEI-COMPLEMENTAR-N%C2%B0-76-ESTABELECE-E-REGULAMENTA-CRITERIOS-PARA-REGULARIZACAO-DE-CONSTRUCOES-IRREGULARES-1.pdf#:~:text=ESTADO%20DA%20PARA%C3%ADBA%20MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20CABEDELÓ%20GABINETE%20DO,LEI%20COMPLEMENTAR%20NO%2068%2F2019%2C%20E%20DA%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIAS>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CABEDELÓ. **Lei Complementar nº 82, de 29 de novembro de 2022.** Define faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput do art. 4º, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.285, de (...). Cabedelo: Câmara Municipal de Cabedelo, 2022a. Disponível em: https://sapl.cabedelo.pb.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/3681/lc_no_082_2022-define_faixas_marginais_distintas.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

CABEDELÓ. **Lei nº 2.164, de 23 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Turismo, e dá outras providências. Cabedelo: Câmara Municipal de Cabedelo, 2021b. Disponível em: https://sapl.cabedelo.pb.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/3513/lei_no_2.164_2021-fundo_municipal_de_turismo.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

CABEDELÓ. Secretaria de Cultura. **Cabedelo + Criativa.** Disponível em: <https://www.cabedelomaiscriativa.com/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

CABEDELÓ. Secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura. **Diagnóstico Socioambiental APP – Rio Jaguaribe.** Cabedelo. 2022c. 39 p.

DIEB, Marília de Azevedo; MARTINS, Paula Dieb. **O Rio Jaguaribe e a história urbana de João Pessoa/PB:** da harmonia ao conflito. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo — SP. Anais do XVII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional: Desenvolvimento, crise e existência: quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional? 2017.

FARIAS, Maria da Conceição Quintino. Crustáceos decápodos da Ilha da Restinga. **Boletim do Instituto Oceanográfico**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 169-172, 1980. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0373-55241980000200034>.

FREEMAN, C , PEREZ, O. **Structural crises of adjustment business, cycles and investment behaviour.** In: DOSI, G. et al., eds. Technical change and economic theory. London : Pinter. 1988.

Fundação SOS Mata Atlântica; INPE. Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 2019/2020, relatório técnico. São Paulo: **Fundação SOS Mata Atlântica**, 2021. 73p.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **PNAD Contínua**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 23 mai. 2023.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios — 2020**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=o-que-e&c=2503209>. Acesso em: 18 mai. 2023.

LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA; PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO - PMC. **Plano Municipal de Mobilidade Urbana**. 511f., 2023.

MEDEIROS, Monalisa Cristina Silva; SILVA JÚNIOR, Josué Barreto da. ESTUDO DE CASO DA EXPANSÃO DO SHOPPING MANAÍRA E COMUNIDADE SÃO JOSÉ SOBRE O RIO JAGUARIBE EM JOÃO PESSOA-PB. **Polemica**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 71-89, 19 maio 2016. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.
<http://dx.doi.org/10.12957/polemica.2016.22903>.

MEIRA, Marília Silva Rangel. **Avaliação hidromorfológica e paisagística do baixo Rio Jaguaribe na Zona Costeira do Estado da Paraíba**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Engenharia Urbana e Ambiental, Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>. Acesso em: 01 mar. 2023.

OLIVEIRA, A.S. **Análise de resíduos encalhados na Ilha da Restinga (análise de resíduos)**. Monografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2012.

Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

Nações Unidas Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PARAÍBA. Companhia de Desenvolvimento da Paraíba. **Diagnóstico Setorial do Ambiente Econômico-Social recente atual**. 179 p. 2023b. Disponível em:

https://www.paraiba2030.com.br/_files/ugd/274b66_093eb6173c7d43a0a083138e1a6480ab.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

PARAÍBA. Companhia de Desenvolvimento da Paraíba. **Governo disponibiliza**

Relatórios dos Diagnósticos Setoriais do PDDTUR para validação da população.

2023a. Disponível em: <https://www.paraiba2030.com.br/post/governo-disponibiliza-relat%C3%B3rios-dos-diagn%C3%B3sticos-setoriais-do-pdttur-para-valida%C3%A7%C3%A3o-da-popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 24 jul. 2023.

PARAÍBA. Edital de licitação - Solicitação de Ofertas (SDO) nº 006/2022. [Aquisição de leite pasteurizado]. **Governo do Estado da Paraíba**. 281f. João Pessoa, 18 out. 2022.

REAL.C. **Relatorio de Impacto Ambiental da Implantacao do Estaleiro de Docagem de Pedra do Inga em Lucena-PB**. 2016.

SEGITTUR — Sociedad Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas. **Informe destinos turísticos Inteligentes:construyendo el futuro**. p.207, 2015. Disponível em: <https://www.segittur.es/wp-content/uploads/2019/11/Libro-Blanco-Destinos-Tursticos-Inteligentes.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SOUSA, V. dos S. **Áreas prioritárias para a conservação: um estudo da sociodiversidade estuarina do Rio Paraíba do Norte**. 162f. Dissertação (Pós-Graduação) Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11747/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023